



Revista da Academia Lagartense de Letras



Lagarto - Sergipe N. 9 / v. 1 - Dez. 2021

Dossiê Silvío Romero

ISSN 2594-5378



Número 09 - v. 1

Dossiê Sílvio Romero

(Edição eletrônica— ISSN 2594-5378)

Instalada no dia 19 de abril de 2013, a Academia Lagartense de Letras reúne intelectuais e agentes culturais de diversas áreas, com importantes ações desenvolvidas na sociedade e inúmeros trabalhos publicados. Ao longo de sua existência, vem se pautando pela defesa da língua nacional e do patrimônio cultural local, representado que é por sua tradicional História, cujas primeiras notícias remontam ao século XVI. Criada para ser instrumento de divulgação da produção lítero-cultural e científica de seus membros, a Revista da Academia Lagartense de Letras também receberá trabalhos da comunidade, incluindo a escolar, com vistas a manter uma estreita relação de interlocução com os sujeitos produtores e gestores de saber, arte e cultura.

Lagarto—Sergipe

2021

© 2021 Revista da Academia Lagartense de Letras

Editor Chefe

Paulo Andrade Prata.

Editores Gerentes:

Claudefranklin Monteiro Santos
Taysa Mércia Santos Souza Damaceno

Editores de Comunicação:

Alessandro Santos Monteiro
Maria Angélica Amorim Correia.

Conselho Editorial:

Aglaé d'Ávila Fontes
Antônio José Monteiro Rocha
Beatriz Góis Dantas
Deijaniro Jonas Filho
José Carvalho de Souza, Mons
Maria do Carmo Oliveira da Fonseca
Noeme da Silva Dias
Paulo Sérgio Oliveira Nunes
Rodrigo Freire de Amorim
Rosalvo Andrade Nogueira

Conselho de Pesquisa, Revisão e Normas Técnicas

Anselmo Vital de Oliveira
Assuero Cardoso Barbosa
César de Oliveira Santos
Jane Guimarães Vasconcelos Santos
Josefa Suely Rodrigues Prata
José Uesele Oliveira Nascimento
Rusel Marcos Batista Barroso

Conselho Consultivo:

Prof. Dr. Milton Araújo Moura (UFBA).
Prof. Dr. Severino Vicente da Silva (UFPE).
Prof. Dr. José Milton Barbosa (UFS)

Jornalistas Responsáveis

Emerson da Silva Carvalho
Euller Tavares Ferreira
Débora Barreto

Apoio Técnico:

José Carlos Nascimento Júnior
Raildes Fontes

REVISTA DA ACADEMIA LAGARTENSE DE LETRAS

NÚMERO 09

VOLUME 01

Dossiê Sílvia Romero

(Edição Eletrônica)

Lagarto-Sergipe
2021

Imagem da capa: Luís Jorge Pinheiro de Araújo

A168r

Academia Lagartense de Letras.
Revista da Academia Lagartense de Letras. / Academia Lagartense
de Letras. Dossiê José Corrêa Sobrinho.
- Lagarto: [s.n.], v.1.n.9 2021.

186 p.
Semestral.
ISSN: 2594-5378

1. História-Memória -Cultura

2. Literatura-Arte

3.Publicação periódica – Revista Acadêmica-Lagarto/SE

I - Título

CDU: 050:94:008 (813.7)

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária: Jane Guimarães Vasconcelos Santos CRB-5/975

Academia Lagartense de Letras

Cadeira 1 (Sílvio Romero)

Rusel Marcos Batista Barroso

Cadeira 2 (Laudelino Freire)

Assuero Cardoso Barbosa

Cadeira 3 (Aníbal Freire)

Joaquim Prata Souza (Fundador)

Rodrigo Freire de Amorim

Cadeira 4 (Ranulfo Hora Prata)

Anselmo Vital de Oliveira

Cadeira 5 (Enock Santiago)

Deijaniro Jonas Filho

Cadeira 6 (Abelardo Romero Dantas)

Claudefranklin Monteiro Santos

Cadeira 7 (Luiz Antônio Barreto)

Emerson da Silva Carvalho

Cadeira 8 (Joel Silveira)

Euler Tavares Ferreira

Cadeira 9 (Vicente Francisco de Jesus, Com.)

Mário Rino Sivieri, Dom. (Fundador)

Vaga

Cadeira 10 (João B. de Carvalho Daltro, Mons.)

José Carvalho de Souza, Mons.

Cadeira 11 (José Martins Fontes)

Taysa Mércia Santos Souza Damaceno

Cadeira 12 (José Vicente de Carvalho)

Maria Angélica Amorim Correia

Cadeira 13 (José Nogueira Fontes)

Rosalvo Andrade Nogueira

Cadeira 14 (Adalberto Fonseca)

Beatriz Góis Dantas

Cadeira 15 (José Cláudio Monteiro Santos)

Paulo Andrade Prata

Cadeira 16 (José Antônio da Costa)

Aglaé d'Ávila Fontes

Cadeira 17 (Onofre Silva Santos)

Euclides Oliveira Santos (Fundador)

Vaga

Cadeira 18 (Armando Hora de Mesquita)

Noeme da Silva Dias

Cadeira 19 (Teodoreto Arcanjo do Nascimento)

Antônio José Monteiro Rocha

Cadeira 20 (Joaquim Prata Souza)

Paulo Sérgio Oliveira Nunes

Cadeira 21 (João Almeida Rocha)

Maria do Carmo Oliveira da Fonseca

Cadeira 22 (Themístocles Emílio de Carvalho)

Alessandro Santos Monteiro

Cadeira 23 (Joviniano Ramos Romero)

José Uesele Oliveira Nascimento

Cadeira 24 (Nilo Romero)

Josefa Suely Rodrigues Prata

Cadeira 25 (José Machado dos Santos)

César de Oliveira Santos

APRESENTAÇÃO

Há quem ache um exagero, cento e sessenta anos depois de seu nascimento, ainda se falar e escrever tanto a seu respeito. Afora as conhecidas polêmicas envolvendo seu nome e a sua memória (e não poderia ser diferente, tendo sido ele um exímio polemista), Sílvio Romero ainda é e o será por muitos anos tema de inúmeros outros trabalhos frente à riqueza que nos deixou, concordemos com ele ou não.

Nesse sentido, nós da Academia Lagartense de Letras não poderíamos nos furtar de homenageá-lo em mais uma efeméride. Por isso mesmo, este número 9 lhe dedica um dossiê tão bem representado por dois textos. Um do confrade José Uesele, conhecido especialista no assunto, com vários trabalhos publicados e tendo dedicado boa parte de sua formação superior ao conterrâneo famoso de Lagarto. O outro, de autoria de Sayonara Viana em torno da Exposição “FILHO DA NATUREZA, CRIADO AO SOL: 170 ANOS DE SÍLVIO ROMERO”, do Memorial do Judiciário de Sergipe, que eu ilustro com algumas fotos de minha lavra.

Como na edição anterior, quero render um agradecimento especial ao Senhor Luís Jorge Pinheiro de Araújo (Jorge de Dovão), que além de nos brindar com a imagem da capa, incansavelmente me enviou dezenas de matérias a respeito de Sílvio Romero, publicadas em diferentes épocas, notadamente nos anos 40, como é o caso do Suplemento Literário do jornal A Manhã.

Pelo segundo número consecutivo, o professor e historiador, Willames de Santana Santos nos apresenta mais uma de suas primorosas transcrições na seção Documentos, desta feita em torno da questão dos enterramentos e da figura de Inácio Barbosa.

A seção artigos está ricamente representada, com cinco textos de fôlego. Ailton Silva dos Santos discorre sobre o periódico lagartense Folha de Lagarto. André Barbosa, Paloma Silva e Zilmara Alves trazem uma valiosa página da afrodescendência lagartense, por meio dos remanescente quilombolas. As recém-licenciadas em História pela UFS, Cristiane Alexandrino e Débora de Andrade dissertam sobre o Engenho São Félix (Santa Luzia do Itanhy). Dayana Lorena presta uma justa e bela homenagem ao poeta Assuero Cardoso, tecendo uma análise sobre o livro O Espectro no Espelho. E professora e a bibliotecária Geraldine Leal analisa os impactos das Fake News na educação midiática.

Na seção crônicas, destaque para os textos do acadêmico Paulo Sérgio, Salete Maria e Malisson Silva. Um verdadeiro retrato da vida privada ao embalo da arte literária.

Como de costume, na seção poema, a graciosa colaboração da confreira Jane Guimarães, além de três novos colaboradores: Ailton Silva, Massilon Silva e da jovem poetisa Gisela da Cruz Nascimento.

Prof. Dr. Claudfranklin Monteiro Santos
Editor Gerente

SUMÁRIO

DOSSIÊ – Sílvia Romero	13
SÍLVIO ROMERO EM CONTOS E EM CANTOS	15
José Usele Oliveira Nascimento	
EXPOSIÇÃO FILHO DA NATUREZA, CRIADO AO SOL: 170 ANOS DE SÍLVIO ROMERO.....	43
Sayonara Rodrigues Viana	
EXPOSIÇÃO FILHO DA NATUREZA, CRIADO AO SOL: 170 ANOS DE SÍLVIO ROMERO (ICONOGRAFIA).....	47
Claudefranklin Monteiro Santos	
DOCUMENTO	49
CIRCULAR ENVIADA ÀS CÂMARAS MUNICIPAIS DA PROVÍNCIA DE SERGIPE PELO PRESIDENTE SALVADOR CORREIA DE SÁ BENEVIDES PROIBINDO OS ENTERROS NAS IGREJAS & O MONUMENTO TUMULAR PARA OS RESTOS MORTAIS DO EX-PRESIDENTE DR. IGNACIO JOAQUIM BARBOSA (1857).....	51
TRANSCRIÇÃO	51
Willames de Santana Santos	
ARTIGOS	61
ENTRE OS PERIÓDICOS E A MEMÓRIA: UMA ANÁLISE SOBRE A HISTÓRIA DO JORNAL FOLHA DE LAGARTO (1992 - 2018).....	53
Ailton Silva dos Santos	
CURRÍCULO E EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NO MUNICÍPIO DE LAGARTO-SE.....	81
André Barbosa de Santana - Paloma Silva de Souza - Zilmara Alves da Silva	
BREVE HISTÓRIA DE UM ENGENHO ADORMECIDO: SÃO FÉLIX, SANTA LUZIA DO ITANHY-SE (1986-2016).....	101
Cristiane Nunes Alexandrino - Débora de Andrade Silva	
UM ARTÍFICE DA PALAVRA: ASSUERO CARDOSO BARBOSA EM O ESPECTRO NO ESPELHO (2005).....	133
Daynara Lorena Aragão Côrtes	
A ESCOLA COM UM OLHAR VOLTADO PARA A EDUCAÇÃO MUDIÁTICA: REFLEXÃO SOBRE AS FAKE NEWS.....	149
Geraldine Leal Martins	

CRÔNICAS	161
ZEFINHA DO CRIOLO NO BATACLAN DE PARIS.....	163
Paulo Sérgio Oliveira Nunes	
FILARMÔNICA LIRA POPULAR DE LAGARTO.....	167
Salete Maria Souza Cruz	
PROCURA-SE TRADUTOR.....	169
Massilon Silva	
POEMAS	173
MANOEL.....	175
Ailton Silva dos Santos	
EBULIÇÃO.....	177
Gisela da Cruz Nascimento	
MAR DOCE.....	179
Jane Guimarães	
MADRUGADA DAS PALAVRAS.....	181
Jane Guimarães	
A URNA.....	183
Massilon Silva	

DOSSIÊ

SÍLVIO ROMERO



Suplemento Literário d do jornal "A Manhã" - nº 15, 7 de maio de 1944

SÍLVIO ROMERO EM CONTOS E EM CANTOS

José Uesele Oliveira Nascimento¹

Todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas idéias (ROMERO, 1953, p. 55-6).

O ato de ouvir e contar histórias adensa a percepção de qualquer mortal, por estas exercerem um poder mágico de nos fazer transpor a realidade e adentrar no universo imagético, recôndito psicológico particular de cada um. Tal fato remonta à origem primitiva dos seres humanos, que, desde a Pré-história, já se reuniam em cavernas diante das fogueiras para relatarem a jornada diária dos enfrentamentos contra as feras selvagens na luta pela sobrevivência. A prática de *contação* de estórias sempre coabitou as convivências humanas em comunidades, pois era assim que se perpetuavam as tradições; pela transmissão oral é que se aprendiam os ofícios, se guardava e se fazia o repasse para as gerações futuras dos costumes. E dessa forma o aprendizado face às heranças culturais acontecia diuturnamente. No convívio com as experiências do fazer adulto é que as crianças das aldeias se apropriavam dos saberes e fazeres da coletividade. Como nos conta a professora Sílvia Oberg na apresentação para o livro *Contos de fadas* dos Irmãos Grimm:

Os homens pré-históricos reuniam-se dentro das cavernas ou em volta da fogueira para ouvir os relatos das caçadas; os índios sentavam-se para escutar respeitosamente o contador da tribo que contando, ensinava e garantia que a cultura e as tradições daquele povo não seriam esquecidas depois de um dia exaustivo de trabalho, crianças e adultos ouviam e contavam estórias nos tempos medievais; nos castelos, o rei e sua corte reuniam-se em elegantes saraus para ouvir contos e relatos de viajantes de outras terras; e até os dias de hoje, histórias são

¹ Ocupante da cadeira de nº 23 da Academia Lagartense de Letras

contadas, inventadas e lidas para saciar a fome das pessoas por fantasias e por narrativas. (OBERG *apud* GRIMM, 2002, p. 9).

Nas narrativas míticas da Antiguidade, as epopeias narradas pelos *aedos*² eram repletas de heróis fortes e hábeis, carregados de vingança à semelhança dos viventes. Na tradição medievá e da renascença europeia, os contos populares trazem protagonistas astutos e bondosos, tendendo a um desfecho feliz. Já no período pós-fabril o *mundo do texto* transforma-se em realidade cultural comercializada, noção assegurada pela definição de cultura entendida como “tudo o que pode ser produzido e aprendido, para o consumo ou satisfação pessoal ou coletivamente, e posteriormente estes artefatos simbólicos se reproduzem e se difundem, em uma dada sociedade” (BURKE, 2010). A comunicação entre o “mundo do texto” e o “mundo do leitor” perpassa pela construção de sentidos. Dessa forma, entendem-se como, a partir da contemporaneidade, os textos “*podem ser diversamente apreendidos, manipulados e compreendidos*” (CHARTIER, 1991, p. 181).

Mas foi na transição do século XVIII para o XIX que a psicologia popular ganhou *status* preservacionista pelas mãos dos irmãos Jacob e Wilhelm Grimm (suas coletâneas de contos foram publicadas em 1812 e 1815), o que despertou, ao longo do século XIX, o empenho de outros autores em coligir o material folclórico, sendo casos exemplares o de Hans Christian Andersen, na Dinamarca (1835) e o de Joseph Jacobs, colhendo estórias na Inglaterra, Irlanda e Índia (a partir de 1890). O pioneirismo da coleta de contos de matriz popular, devemos também ao alemão Johann Herder, desde fins do século XVIII, legando aos sucessores intelectuais amantes do *folk*, uma espécie de “tradição compilatória”, para usar uma expressão do historiador inglês Peter Burke.

As teses sobre o gosto popular surgiram como oposição ao caráter de racionalidade do Iluminismo³ francês, auto afirmadas em países europeus como Espanha e Alemanha, em fins do século XVIII. Porém, ainda em situação periférica, a preservação dos contos e cantigas populares, no primeiro momento ficou por conta dos poetas-antiquários.

² Os *Aedos* eram poetas-cantadores que percorriam a Grécia cantando um repertório composto de lendas e tradições populares acompanhados ao som de liras ou cítaras.

³ Um dos pensadores iluministas voltados para preservação dos costumes populares, encarado como cultura primitiva, foi Rousseau.

Em Portugal, o primeiro a fazer este papel foi o poeta Almeida Garrett. Em alguns lugares os vates-folcloristas foram acusados de charlatões por supostamente deturparem a essência dos textos originais encontrados, ao transpor para uma escrita própria e particular, principalmente as cantigas de gestas.

Outros países aproveitaram o embalo vanguardista e se lançaram na operação de salvaguarda das tradições populares. Foi o caso de Portugal, através de Adolfo Coelho (1879), Teófilo Braga (1883) e Consiglieri Pedroso (1910). No Brasil, a iniciativa coube a Couto de Magalhães (1876), aos românticos, José de Alencar, Bernardo Guimarães e Visconde de Taunay, e ao próprio escritor evolucionista Sílvio Romero. Esses homens em suas preocupações com o popular foram à cata das minudências do povo, e com sua curiosidade inauguraram a percepção de “coisas do povo, enquanto espírito de uma nação”, num momento em que *“as cidades avançavam, os costumes mudavam e as ‘histórias da carochinha’ iam perdendo terreno”* (2008, p. 12), o povo precisaria ser resgatado em sua verve cultural e em seu dinamismo social, os autores oitocentistas lançaram assim, essa ambiência mnemônica para o *devir* da história nacional (que estava em vias de construção), no emblema civilizatório de forjar uma identidade dentro de um projeto de nação.

Entre fins do século XIX e início do século XX predominou a orientação crítica sociológica, de base positivista, naturalista, materialista e determinista, influenciando a mentalidade da intelectualidade vanguardista brasileira de então, que produziram escritos emanados pelos círculos culturais da nação recém-fundada. Ao fazer uma caracterização da época, o crítico Afrânio Coutinho traça um *raio x* preciso da nossa realidade social:

Em 1880, o Romantismo, ou “escola subjetiva”, estava morto. Começava-se uma nova era, dominada pelo espírito filosófico, científico, de cunho materialista, naturalista, determinista. Por sua vez, o Brasil entrara num momento de grandes transformações sociais e econômicas. Era a própria estrutura da sociedade brasileira que mudava, dando início à industrialização, por sobre a tradicional composição agrária, latifundiária, aristocrática. (COUTINHO, 2002, p. 24)

É neste espírito de época que se insere a produção romeriana influenciada diretamente por Comte, Taine e Spencer; suas obras servem-nos como pontos de partida, por serem documentos de estudo complexos para o entendimento da logística cultural do tempo vivido pelo autor, em seus conceitos e embates frente aos contemporâneos.

No conjunto de sua obra podemos encontrar crítica e história literária, folclore, etnografia, política e estudos sociais, filosofia, poesia e opúsculos (de acordo com classificação elaborada pelo próprio autor). Perpassa seu legado documental a interpretação sociológica da formação étnica, com predominância mestiça, as influências do meio físico e da imitação estrangeira, tal percepção marcará a história cultural brasileira por quase meio século após a sua morte, em 1914. Por ser, no entendimento de Coutinho (2002, p. 44): *“uma enciclopédia de conhecimentos sobre o Brasil, a origem e a evolução de sua cultura, nas raízes sociais e étnicas”*.

Sílvio Romero abarcou no materialismo de suas ideias a dicotomia Província/ nação este foi o traço mais característico de seu “brasileirismo”, encarnado: na cultura mestiça, no provincianismo da “Escola do Recife”, no debate de ideias. Reafirmou, em seu brasileiro, a base de uma língua nacional unificada na língua portuguesa, a valorização da cultura popular fincada nas origens luso-brasileiras, o sentido de eliminar os estrangeirismos nos modos da nação. Sempre pela ótica de autoafirmação dos valores provincianos em detrimento aos vícios advindos da corte.

Os *mediadores populares* (expressão usada por Durval Muniz) são os folcloristas que primeiro usaram nas representações textuais o contexto das usanças e costumes no envolvimento da população que saíam da zona rural para o meio urbano (os costumes ligados ao trabalho, divertimentos em festas, na feira, cerimônias religiosas — casamentos, batizados, dias santos — e feriados, atividades boêmias como o envolvimento em bebedeiras). Leandro Gomes de Barros recebeu da crítica o reconhecimento de primeiro cordelista no registro de tais vivências, e por isto é encarado como um *“importante mediador e tradutor entre um universo cultural dominado pela oralidade e o universo cultural dominado pela escrita (...)”* (ALBUQUERQUE JR., p. 196).

2- O LEGADO DA TRADIÇÃO POPULAR ROMERIANA

As pesquisas de literatura oral no Brasil começam, segundo Câmara Cascudo, com o pioneirismo romeriano em fins do século XIX, sendo a trilogia: *Cantos Populares do Brasil*, *Contos populares do Brasil* e *Estudos sobre a Poesia popular no Brasil* o eixo difusor dos estudos folclóricos no período pós-romântico nacional.

Para uma definição ampla de literatura oral nos balizaremos no conceito dos professores Marcos Ayala e Maria Ignez N. Ayala (2006, p. 70): “a expressão costuma ser utilizada de forma bastante abrangente, englobando todas as manifestações culturais populares que são transmitidas oralmente (inclusive cantos e danças) e, para alguns, até a literatura popular impressa (os folhetos nordestinos, por exemplo)”.

Na concepção de Cascudo (1978) a literatura folclórica se relaciona ao imaginário lúdico-popular transmitido e conservado ao longo do tempo entre os povos, é o que se preserva pela força da tradição (divulgação dos conhecimentos e recreações populares) e circula no cotidiano, envolta nos sincretismos étnicos dos povos formadores da nação. Segundo Albuquerque (2003), o conceito-chave para o entendimento do popular nas narrativas folclóricas é o de *fato folclórico*, cunhado por Cascudo nas pesquisas etnológicas da primeira metade do século XX:

Luís da Câmara Cascudo definia o fato folclórico como sendo aquele que possuía quatro características: a) antiguidade, também chamada de tradição; b) anonimato; c) persistência; d) oralidade e que se constituía: um patrimônio de tradições que se transmite oralmente e é defendido e conservado pelo costume. Esse patrimônio é milenar e contemporâneo. (CASCUDO *apud* ALBUQUERQUE JR., p. 248).

A sociedade brasileira é uma repositória cultural e dos resquícios da produção humana que chegou até nossos dias, mas este legado foi se rareando ao longo das décadas. No início do século XX, intelectuais como Sílvio Romero (primeiras duas décadas), Mário de Andrade (década de 20 e 30) e Câmara Cascudo (entre as décadas de 40 e 60) situam as contribuições das matrizes formadoras do Brasil Colonial, apontando as influências musicais lusas na incorporação de instrumentos como o violão, o cavaquinho, a viola, a flauta, o piano e o grupo dos arcos, que se

popularizariam entre nós; as formas poéticas, como a moda, o acalanto, a roda infantil e as danças e bailados, em sua maioria dramáticos, a exemplo do fado, do fandango, dos reisados, dos pastoris, da marujada, da chegança e do bumba-meu-boi.

Com relação aos nativos registram-se “o maracá, o refrão curto, dando uma especial conformação ao canto popular brasileiro” (CASCUDO, p. 39), as danças como cateretê, caruru e suspeita-se de influência coreográfica nas danças sacro-profanas de São Gonçalo e na de Santa Cruz (do Sul). Observa-se também na mentalidade cultural do país traços de afro-descendência nos cantos e danças: nas congadas e maracatus, ritmados pelos ganzás, cuícas e atabaques, no jeito lascivo do bailado e na performance coreográfica da capoeira, do maxixe, do samba, do tango e do foxtrote.

O mestre Cascudo em seu estudo clássico sobre a *Literatura Oral no Brasil* (1952) confirma a tese de que a linguagem cultural circula e se molda aos ambientes coletivos atravessando séculos sem perder a originalidade, adquirindo um frescor tropical na análise dos folcloristas nacionais em fins do século XIX e na primeira metade do século XX. Então essas narrativas assumem formas e melodias variadas: “Canto, dança, mito, fábula, tradição, conto, independem de uma localização no espaço. Vivem numa região, emigram, viajam, presentes e ondulantes na imaginação coletiva” (CASCUDO, 1978, p. 51)

Entre os porta-vozes da lírica popular oral mais expressivos na ambiência rural, encontram-se os *aboiadores*, repentistas, cordelistas e as amas-de-leite, mitigados nos diversos espaços de sociabilidade, indo da lida diária com o trato do gado à labuta na venda de víveres nas feiras das vilas. Ao anoitecer, era comum nas varandas dos sobrados das casas-grandes se ouvirem as *contações* de estórias que emanavam da sabedoria de negras idosas ao pé dos ouvidos pueris, as memórias da mãe África.

A forma de transmitir oralmente as tradições, os contos, adivinhas, provérbios e cantigas das amas de leite advêm da genética étnica, do DNA dos *griots* africanos que legaram às gerações mnemônicas na costura do enredo no ato de contar seduzindo o interlocutor na trama, pela gestualidade, pela dinâmica fisionômica, na carnalidade dos personagens inanimados ou do gênero humano.

A transmissão dos romances populares caiu em desuso no seio familiar, desde as primeiras décadas do século XX (como atesta Cascudo em seu livro *Literatura oral no Brasil*). Os contos populares em sua maioria são de origem portuguesa, sendo uma ferramenta de representação da mentalidade de uma nação, pois:

(...) revela informação histórica, etnográfica, sociológica, jurídica, social. É um documento vivo, denunciando costumes, ideias, mentalidades, decisões, julgamentos. Para todos nós é o primeiro leite intelectual. Encontramos nos contos vestígios que julgávamos tratar-se de pura invenção do narrador. (CASCUDO, 1978, p. 243).

Câmara Cascudo discorda da divisão apresentada por Sílvio Romero em seus *Contos Populares do Brasil*, por este apresentar critérios meramente de origem etnológica (contos de origem europeia, de origem afro-indígena e mestiça). Segundo o pesquisador potiguar, as histórias populares não têm origem definidas, elas advêm de uma procedência sincrética e amorfa em suas palavras elas “*cruzam-se, recruzam-se, combinam-se, avivados, esmaecidos, ressaltados no trama policolor do enredo*” (CASCUDO, p. 265).

Os principais autos populares nacionais foram listados por Câmara Cascudo em sua *Literatura oral no Brasil*, constando o fandango ou marujada, a chegança, os bumba-meu-boi e o autêntico congo ou congadas. No caso do último foi definido como uma dança dramática de predominância negra, com desenvolvimento cênico que envolve elementos dramáticos vários, como: coroamento dos Reis do Congo, cerimônias nas igrejas, cortejo, visitas protocolares às pessoas influentes. Caracterizam-se por um “sincretismo de danças guerreiras africanas, reminiscências históricas mais vivas nas regiões de onde os escravos bantos foram arrancados. Congo Angola fundidas num só ato recordador, tornando possivelmente nacional mesmo para a escravaria de outras raças e nações.” (CASCUDO, p. 432).

Em fins do século XIX, os festejos folclóricos populares ainda apresentavam uma confluência entre o Sagrado e o Profano, encontrando resistência das instituições religiosas, especialmente por parte de padres de ideologia romanizadora. Em ocasiões comemorativas organizadas por irmandades religiosas, para os Reis e as Rainhas do Congo, era concedida liberdade durante um dia pelos senhores, os escravos recebiam a coroa das mãos do vigário, e depois da missa solene a festa profana tomava as ruas das vilas.

Um folguedo mestiço, comum por seu caráter lúdico e pela participação popular foi o Bumba-meu-boi (também conhecido por

outras variantes como boi, boi-bumbá, boi kalemba, etc), que aparece em todo o país e geralmente representado entre dezembro e as festas de Reis. Segundo Cascudo, seu registro mais antigo se deu nas páginas do *Carapuço* (1840) pelas mãos do frei Miguel do Sacramento Lopes Gama. O bailado figura entre as brincadeiras mais populares do Norte, aglutinando em seu enredo simples, jornadas e “cantigas de reisados”. Por esses motivos:

Não há, entre todos os autos brasileiros, outro que reúna maior documentário satírico, não somente nas letras pobres do canto mas, essencialmente, na representação material, atitudes, gesticulação, andar, entonação, algumas vezes maravilhas de comicidade e de verismo personalizador. (CASCUDO, 1978, p. 448)

A produção folclórica romeriana se desenvolveu quando o mesmo se muda para a capital do Império (RJ), em 1879. Aí produziu suas principais obras, a Coletânea de *Cantos e Contos populares do Brasil*, respectivamente publicados em 1883 e 1885. E os *Estudos sobre a poesia popular no Brasil* e *História da Literatura Brasileira* (ambos de 1888). Foi a década de 80 do século XIX o auge para sua produção de base folclórica.

A ferramenta teórica preconizada pelo autor sergipano é o “critério etnográfico”, pelo qual buscou compreender a sociedade e a cultura brasileira pelo signo da mestiçagem, fator (para ele) de diferenciação nacional. Por ser o mestiço “um elemento dinamizador de reestruturação cultural-etnológica, favorecedor da integração entre os homens civilizados e o continente selvagem, Sílvio Romero aponta-o como produtor-padrão da cultura popular brasileira e eixo da reflexão a empreender sobre ele” (MATOS, p. 26).

O trabalho de pesquisa de Sílvio Romero se reverte em estudos de perícia etnográfica que segundo Cláudia Neiva de Matos (em artigo encomendado pela Revista do IPHAN, nº 28, ano 1999), suas coletâneas que versam sobre a poesia popular acontecem em três etapas: “coleta e registro de textos de literatura oral; comentário crítico-teórico desenvolvido a partir deste material e dos postulados do folclorismo “científico”, discussão e avaliação dos trabalhos análogos empreendidos antes dele no Brasil” (p. 29).

Numa espécie de discussão entre pares acadêmicos, em que o povo ficava ofuscado pelas camadas de erudição e prolixidades do autor no bojo dos embates cientificistas e literários da *Belle époque carioca*,

abrindo um fosso entre os intelectuais provincianos e os críticos de casaco e algibeira da corte. Ambos trouxeram contribuições importantes para os debates no tocante à preocupação com o povo anônimo fazendo ecoar as vozes, antes silenciadas, em suas produções, a exemplo do que estava acontecendo no velho mundo um século antes, tudo isso sem perder os rigores da cientificidade tão comuns à época.

Os embates irão se estabelecer no campo das ideias, nos meios acadêmicos e nos jornais, circularão as posições eivadas pelo cientificismo em voga. Ele, Romero, vai, pelas lides do folclore, demarcando seu caminho intelectual. De forma inquietante vai sulcando um espaço no cenário das letras nacionais àquela altura. Segundo a autora Cláudia Neiva Matos (1994), o mote para sua aparição no meio carioca se deu por seu próprio empenho de intelectual destemido alçado no apego às origens:

Qual há de ser seu primeiro lance, e que novidade tem ele para apresentar? Pois Sívio vai buscá-la justamente no seu baú pessoal de provinciano: daí ele tira um material que não extraiu dos livros alheios, mas da observação direta desenvolvida na própria vida, e mais disponível para um rapaz de interior que para um filho da cidade grande — trata-se do folclore. (MATOS, 1994, p. 28)

Em seus estudos sobre a poesia popular, observam-se um apelo etnográfico, e uma forte oposição às ideologias romântico-indianistas, além de “valorização da cultura folclórica e rural”. Podemos notar ainda, em relatos concedidos a João do Rio (1905) e Coelho Neto, o apreço dispensado em suas recolhas às origens, encarnado no nativismo, no apego à negra Antônia e num raro sentimento religioso. (MATOS, 1994, p. 29-30)

a) Coletânea de *Cantos...* e *Contos populares do Brasil*, respectivamente publicados em 1883 e 1885:

Os cantos e contos populares do Brasil foram apresentados pelo estudioso do folclore Câmara Cascudo como “o primeiro documentário de literatura oral brasileira”.

Segundo observações da pesquisadora Cláudia Neiva (1994), Sívio Romero pouco se dedicou ao trabalho de catalogação e coleta do

material apresentado em suas obras de cunho popular (cantos, contos e poesia popular...), advindos de lugares e de vivência variadas (Sergipe, Pernambuco, Parati e Rio de Janeiro), pois sua vida atribulada de intelectual inserido na política não lhe permitia período de férias prolongadas para tal fim. Nesse tocante, Neiva de Matos se coloca:

Muita coisa ele confessa tirar da própria memória, das lembranças distantes do engenho onde cresceu e onde ouviu à noite os criados contar histórias; sabemos, entretanto, que esse período terminou aos cinco anos de idade; e a temporada no Lagarto, quando presenciava as festas do povo, só durou até os doze anos de idade. (MATOS, 1994, p. 38)

O autor sergipano já realizava àquela altura o que os historiadores chamam hoje de crítica interna e externa dos documentos recolhidos. Através da coleta e registros dos textos de literatura oral, e posteriores comentários crítico-teóricos dos mesmos e sobre os mesmos, partindo de estudos existentes, servindo-lhes como confrontação de dados e hipóteses de outros autores que se debruçaram sobre o tema antes dele no Brasil, fazendo isto de forma densa e atilada:

Por outro lado, tal procedimento tem a utilidade de constituir um levantamento das pesquisas folclóricas brasileiras na época, ensejando uma tentativa pioneira de sistematização nesse domínio de estudos que, a seu modo, abre uma das primeiras vias de comunicação no Brasil, entre os mundos letrado e iletrado. (MATOS, 1994, p. 39)

Seus estudos sobre o folclore pouco ressoaram em sua época, encontrando abrigo nos estudos de Melo Moraes Filho, seu “único companheiro neste gênero”. (MATOS, 1994). A preocupação com o popular encontra ressonância nos estudos de Celso de Magalhães, José de Alencar, Couto de Magalhães e menções em Capitalismo de Abreu, José Veríssimo, José Antonio de Freitas, no gaúcho Carlos Koseritz e no cearense Araripe Júnior. A estes dois últimos Sílvio Romero externou maior apreço por terem reconhecido, em seus escritos, contribuições valiosas ao folclore pátrio.

Os estudos da poesia popular lhe servirão para entrar nos círculos intelectuais do Império, definitivamente reunidos em obra de 1888, sendo um verdadeiro tratado da cultura popular, onde reuniu canções e narrativas populares, com rebuscado apanhado teórico das tradições provincianas. Por este motivo foi alcunhado de *Sílvio Romero folclorista* com as primeiras produções folclóricas datadas entre 1873-1880. E com publicações de afirmação no cenário cultural brasileiro entre 1883/ 85 e 1888, período em que deteremos nossa análise.

b) Estudos sobre a Poesia Popular no Brasil e História da Literatura Brasileira (1888):

A década de (18)80 é encarada como produtiva na vida intelectual brasileira. Foi o período em que Sílvio Romero escreve suas obras de folclore. Coincidentemente, vivíamos numa época de ebulição sociocultural, expectativas no cenário político nacional e de fértil atividade crítico-literária. No último aspecto, a poesia popular encontra espaço ao alicerçar o caráter nacional, em vias de construção, na mesma marcha em que reafirma o provincianismo do autor, em oposição às ideias determinantes vindas da corte.

A poesia popular começa a figurar (na segunda metade do século XIX) nos estudos de caráter cientificista como atestado de documento de identidade na formação nacional, afirmando-se como autorretrato dos projetos liberais, de Abolição e da República, que figuravam na ordem do dia da transição Império-República.

Como anota Cláudia Neiva de Matos, em observação à obra *Estudos da poesia popular no Brasil*, Sílvio Romero se detém mais nas análises etnográficas (de caráter determinista), deixa na tangência as justificativas pelas quais os textos coletados dialogam com o contexto estético-cultural.

O interesse de Sílvio pela poesia popular, enquanto edifício da nacionalidade, vai se eivar no movimento pré-romântico alemão *Sturn und Drang*, tido como raiz do nacionalismo alemão (na segunda metade do séc. XVIII). Mas defendia um enlace entre razão e emoção, tendo um cuidado acurado no trato da transcrição dos falares e estórias populares, distanciando assim do “toque espontâneo” sugerido pelos Grimm’s (e seguidos pelos românticos de toda parte). Romero defendia um caráter científico, na interpretação social, a partir dos costumes e tradições (matérias-primas) para o entendimento das nações.

Distanciando-se das análises pretéritas de cada grupo, nos questionaríamos quem estaria com a razão na defesa de suas posições ideológicas, cada parte com suas convicções. As posições de Sílvio Romero chegaram a ser ácidas e desmedidas contra os românticos, que sem nenhuma suspeita lançaram as bases da discussão, empreendo as primeiras pesquisas (sistemáticas ou não) no campo dos estudos da poesia popular, inserindo os nativos nas narrativas, mas nos estudos de Alencar e Araripe Jr. nota-se a inserção do elemento sertanejo. Aspecto combatido pelo “polemista da Escola do Recife”, que no escopo de suas críticas qualifica tais atitudes de “vícios românticos”, principalmente, a exaltação indianista como elemento sublimador da brasilidade. Uma análise míope, situada na fronteira de interesses acadêmicos da ideologia escolanovista (partindo do Recife), em contraposição às ideias fincadas pela corte.

Esta dicotomia de ideias é sustentada pelo embate fervoroso entre os dois grupos, românticos da “Escola do Rio de Janeiro” *versus* folcloristas da “Escola do Recife” (expressões fincadas por Romero), que refletem um cenário de “renovação cultural” e “das ideias novas”, apresentadas pela “Escola do Recife” como sendo fruto dos novos tempos. E hoje, distante dos fatos, evidencia-se uma questão conjuntural pela vitória da Alemanha sobre a França (na guerra franco-prussiana) e da dicotomia presentes nos debates entre a cultura letrada da corte e as ideias folclóricas provincianas. Explicando melhor, os arautos da Escola do Recife faziam oposição às ideias da corte (de influência francesa), ao tempo que eram simpáticos à ideologia cultural germânica, voltada para as questões folclóricas (assentadas na língua e na religião).

No confronto das definições de brasilidade, que se deu no decorrer do século XIX, viu-se o abandono da feição indianista romântica, e a eleição de uma “noção popular” para esta identidade pátria, mas faltava definir o que seria esse tal caráter popular e qual seu direcionamento. Como bem salienta Cláudia Neiva de Matos:

O povo é sempre como aquele de quem se fala, o outro desse intelectual: obscuro objeto de desejo e curiosidade, que assume no espírito dos homens cultos e letrados múltiplas e até divergentes feições, solicitando diversas abordagens por parte da investigação científica, permitindo variadas apropriações ideológicas. (MATOS, 1994, p. 64)

As narrativas romerianas defendem veementemente o anonimato no curso da poesia popular. E por essa razão excluem do rol da lírica de iniciativa espontânea as modinhas (lundus e canções) e a literatura de cordel, por estas perderem sua essência oral e assumirem feições de registro, cabendo apenas ao folclorista, na visão romeriana, a tarefa de tombá-la para além do memorialístico. Assim o ato de coletar a poesia popular no seio da sociedade, entre os homens simples do povo, carrega o risco da perda, pois *“o coletor apropria-se de um ato de presença, de um diálogo vivo, para reduzi-lo à mudez da página impressa. Não são apenas os acentos particulares da voz do poeta que se perdem na operação (...)”* (MATOS, p. 187).

Romero é reconhecido como exímio sistematizador da cultura brasileira, por aproximar folclore e literatura, mas seu entendimento sobre aspectos particulares de grandes autores, a exemplo de Gonçalves Dias e Machado de Assis, foi raso, o que tornou sua análise conjuntural limitada, soando às vezes como simplista e um tanto quanto distorcida, por distanciá-los do limite contextual de suas obras enquanto *“leitura da realidade”* literária, social e artística.

Sílvio Romero consorcia os homens de letras ao povo, como se os primeiros inventassem o segundo, isto a título de representação, pois na prática cotidiana o povo sempre serviu de massa de manobra ou de representação caricatural da realidade, como sustentáculo social e arrimo ideológico para as causas ideológicas das revoluções – que tão logo triunfam. O povo é o primeiro a ser excluído do processo e voltar para sua condição-matriz de *“mão de obra ou bucha de canhão”*.

Em meados do século XIX, para acomodação das elites, o povo volta à cena no discurso legitimador de alguns intelectuais que enxergam no caldeamento interno da nação brasileira a lógica justaposta de um país independente, com Estado forte, calcado numa população livre e progressista, e no ideário das tradições populares preservadas como *“relicário da nacionalidade”*.

A efemeridade dos tempos temerários do popular é ameaçadora (em fins do século XIX). Quando alguns estudiosos afirmam que a cultura tradicional se preserva na periferia do mundo, os homens de letras e folcloristas apontam um clima ameaçador para tal sobrevivência (como salientado por Sílvio Romero, no caso brasileiro, denunciando a

intolerância das autoridades frente à realização de eventos da cultura popular⁴). Nesse tocante, alerta Cláudia Neiva de Matos:

A convicção de que fatores como a massificação da escolaridade, a ampliação dos contatos sociais e o desenvolvimento tecnológico, acarretam forçosamente a morte de uma cultura oral-popular, motiva à transferência de boa parte da curiosidade folclórica europeia para as regiões do Terceiro mundo, encaradas como viveiros dessa cultura em extinção. (MATOS, 1994, p. 172)

Não é à toa que do final do século XIX para o limiar do século XX o trabalho do folclorista tornou-se urgente na cata dos resíduos das mentalidades culturais pretéritas. Esse ir à busca da identidade genética das práticas populares dá ao pesquisador certificado científico e confere a sua tarefa uma importância basilar para (re)construção do caráter popular nacional, tendo no “povo” seu material de resgate, pelo mecanismo de um “positivismo feitichizado”⁵, não deixando de ser a principal matéria-prima da narrativa folclórica:

Desde sempre disputado por variados discursos políticos, econômicos, literários, jurídicos, antropológicos, sociológicos, históricos etc., o povo permanece uma figura elástica, informe e muitas vezes disforme, prestando-se a múltiplos investimentos e revestimentos. Antes de incorporar as nuances culturais enfatizadas pelo interesse folclórico, o termo carregou um significado fundamentalmente político. (MATOS, 1994, p. 167)

3- O OLHAR MESTIÇO NA OBRA ROMERIANA

Ao longo de toda a análise etnográfica, que traduzia o espírito da nação, o observatório crítico romeriano, pautado no método comparativo-histórico (tão comum ao século XIX), o autor sergipano

⁴ *Estudos da Poesia popular no Brasil.*

⁵ Expressão utilizada pelo pesquisador Renato Ortiz.

nunca perdeu de vista a fronteira bem delimitada entre povo *versus* elite, crença *versus* ciência, passado-presente, espírito romântico-espírito moderno. Enxergando a cultura popular como objeto de análise para compreender o “atraso” entre as contribuições nativas e dos africanos, qualificando tais, como mitológicas, seguindo o prisma eurocêntrico (da civilização branca ocidental).

Nesse ponto, Romero auto afirma a mestiçagem e suas origens como o processo síntese da formação étnica do brasileiro, fator das ramificações culturais populares, daí parte o seu entendimento de identidade nacional, não sem razão, pautado pelas correntes científicas que afluíam para aqui nesse momento histórico. Chega a essa compreensão pelos ângulos linguístico-religioso-poéticos. Isto se atribui ao teor de religiosidade (tradição religiosa) presente em seus cantos, recolhidos grandemente, das festas e folguedos religiosos, sendo “o sentimento religioso popular matriz propulsora da expressão poética da alma coletiva”.

A mestiçagem anunciada por Sílvio Romero no último quartel do século XIX abortou o indianismo romântico, que por sua vez em suas ideologias não oferecia compreensão subsidiária para um país de realidade social miscigenada, pode-se dizer: o ideal nacionalista romântico fraturou o destino das vias de mestiçagem da nação, como fica evidente na prosa alencariana e nos versos de viés indianista do poeta de “Canção do exílio”. Esta problemática vai esbarrar na aceitação do elemento negro como formador legítimo da nacionalidade, pois, no contexto em questão, observava-se que a figura do negro era um elemento importante para o trabalho, fora os estereótipos racialistas advindos do Velho mundo tendo-os como escórias da humanidade, incivilizados e marginalizados, aparecendo nos tratados científicos da época como uma raça inferior nos aspectos intelectuais, legitimando, assim, a ausência de direitos (mesmo depois da abolição da escravatura). Tanto que no ano de 1869, na função de diplomata na cidade do Rio de Janeiro, Gobineau, com suas ideias de cunho racialistas, descreve o Brasil como um país de cultura retrógrada, composto por degenerescência física e étnica, comparáveis a macacos, pois na sua ótica o motivo de todas as mazelas era nosso caráter híbrido (mestiço), consequência: “*uma população mulata viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia*”. (apud MATOS, p. 93).

As primeiras referências culturais aos negros vão encontrar-se nos museus (antes mesmo das academias). Tendo relevante papel o pesquisador baiano Melo Moraes Filho (em fins do século XIX), que à

frente do Museu Nacional estimulou pesquisas no campo do folclore africano. E os levantamentos etnográficos, de outro médico baiano, Nina Rodrigues, com estudos permeados de penhor racialistas.

Justiça seja feita à produção romeriana, onde a preocupação com a cultura afro-brasileira teve seu lugar nos cantos, nos contos, nas tradições levantadas em seus Estudos de poesia popular e na valorização do trabalho intelectual de negros e mestiços observados em sua *História da Literatura Brasileira*.

Como observa a estudiosa Cláudia Neiva de Matos, de forma lúcida, ela apresenta um Sílvio Romero preocupado com o labor das contribuições negras na formação do caráter nacional brasileiro, ao menos ao alertar que: “sua opinião destoante da voz geral não deixa de atrair e intrigar as atenções, provocando refutações, mas também revisões autocríticas por parte dos outros autores”. (1994, p. 116). No entanto, as posições do autor sergipano são contraditórias quando se refere ao negro, pois mesmo reconhecendo o valor de suas contribuições culturais, é sempre eivado pelo entrecruzamento das raças, como se quisesse afirmar sua ideologia mestiça a todo o momento. Então, quando fala da culinária é no aspecto do servir ao branco, e quando enaltece o elemento negro na poesia popular é para fazer aparecer o mestiço. A análise se dá na observância da carga ideológica atribuída aos discursos generalizantes.

Com suas impressões ácidas desbanca os pensamentos ideológicos que se arvoram em receber os créditos pela liberdade dos cativos, quando o sistema escravocrata encontrava-se caduco entre nós. Condena os monarquistas, os liberais e os democratas, adeptos das decrépitas ideias. E passa, ao longo do texto, a fazer apologia à luta e à resistência de muitos negros ao longo de mais de três séculos de escravidão. Segue citando a “república de Palmares”, a abolição oficial da escravidão indígena (na gestão do marquês de Pombal), e como bem aproximou literatura de realidade louvou os versos barrocos de Gregório de Matos (no século XVII) e a lírica árcade de Alvarenga Peixoto em prol do trabalho servil. Ao tratar do século XIX traduz o calor abolicionista no ideário das revoltas populares aos debates acalorados da campanha abolicionista, tomando a cena do debate político-social a partir da segunda metade dos oitocentos entoados pela poesia condoreira de Castro Alves alastrado pela pena de outros poetas contemporâneos a ele, a exemplo de Celso de Magalhães, José Jorge e Melo Moraes Filho, todos abolicionistas do campo da imprensa ou das lides literárias. No bojo das ideias emancipacionistas, o projeto de nação defendido por Romero era

um olhar para dentro no sentido de potencializar as qualidades inerentes ao nosso povo, indicando soluções práticas diante da problemática apresentada ao longo deste ensaio, retrato social do Brasil da época, em visão panorâmica, assim indica:

(...) pela face política, face econômica, o velho e temeroso problema da emancipação dos escravos está substituído por três outros: o aproveitamento da força produtora do proletariado, a organização do trabalho em geral, a boa distribuição da propriedade territorial; pelo lado social: colonização estrangeira, grande naturalização, reforma do ensino teórico e técnico. (ROMERO, p. 28).

Na proposta de branqueamento da nação o governo Imperial se envolveu com o programa de trazer imigrantes para o Brasil, no intuito econômico de “fazer a América” e no afã etnocêntrico de clarear a população. Essas ideias encontraram oposição em poucos intelectuais brasileiros. Foi o caso de Manuel Bonfim e Alberto Torres.

“Romero foi sobretudo um homem de seu tempo ao tentar aplicar todo um ideário científico à complexa realidade nacional.” (SCHWARCZ, 1993, p. 201), acreditou ser a mestiçagem “a saída para uma possível homogeneidade nacional.” (SCHWARCZ, 1993, p. 201). Essa compreensão direcionou os sentidos de nação, eivados nos seus escritos, e na lógica de uma cultura mestiça autoafirmando os princípios etnográficos paradoxais, bifurcando o seu método e suas ideias legitimadoras em outros “*homens de ciencia*”, encontrando ressonância na dialética compartilhada do tempo, na hibridação de Von Martius (na primeira metade do séc. XIX) e na teoria de “democracia racial” anunciada por Gilberto Freyre meio século depois.

4- SÍLVIO ROMERO: O Narciso das ideias

4.4.1- CANTOS E CONTOS POPULARES DO BRASIL

A origem dos contos populares (ou contos de advertência que remontam o século XVI), segundo o historiador norte-americano Robert Darnton, remontam as estórias contadas na boca da noite que serviam para “divertir os adultos ou assustar as crianças” camponesas. As narrativas populares só foram transcritas em coletâneas escritas a partir

do século XVIII, muito provavelmente; portanto, serve aos historiadores contemporâneos como fontes não datáveis em recortes temporais. Nos contos camponeses, os temas recorrentes são a subnutrição e a orfandade, advindos do contexto de miséria e mortandade, símbolos da opressão da sociedade do Antigo Regime (a exemplo da França, entre os séculos XV e XVIII), em que os contos de Peurault estão ambientados. Com esta linha de pensamento, Darnton (1986) conclui que:

(...) os contos populares são documentos históricos. Surgiram ao longo de muitos séculos e sofreram diferentes transformações, em diferentes tradições culturais. Longe de expressarem as imutáveis operações do ser interno do homem, sugerem que as próprias mentalidades mudaram. (DARNTON, 1986, p. 26).

Na trajetória do texto *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa* (1986), o autor expõe que só a partir do século XVIII os contos populares, ao serem transcritos aos poucos, vão abandonando o tom dramático no desfecho das narrativas camponesas e assumem um caráter moral enredados pelo final feliz da escrita cortesã (ainda distante do público infantil)⁶.

Em retomada ao que dissemos em algum ponto desta dissertação, autores como Perrault, Herder e os Grimms, bem como Sílvio Romero, irão buscar aproximar a linguagem de textos clássicos (cultura de elite) para o universo do imaginário popular, também acontecendo o processo inverso, na simbiose do processo de (reelaboração) construção do texto-fim para um público alfabetizado e às vezes intelectualizado, seus pares. Mas, toda essa construção tendo sido inspirada na matriz popular, matéria-prima oriunda da criação desses intelectuais, quando na tenra infância ouviram as estórias de suas amas-de-leite nos serões da noite ao serem embalados nas redes das varandas de suas moradias ou ao pé da cama antes de adormecerem.

⁶ As narrativas legadas do século XVIII não escapam aos territórios temáticos da “criança” (tornou-se categoria social e cultural a partir dos séculos XVI/ XVII), da “sexualidade” e da “violência”. Temas constantes para análise psicossocial no campo das ciências humanas, particularmente, com os desdobramentos da psicanálise no século XX.

O autor deixa claro que sua tentativa está em “sintetizar universos simbólicos que desapareceram séculos atrás” (DARNTON, p. 334). Ele age como os primeiros folcloristas. O propósito desses nada mais era do que escavar as mentalidades pretéritas encaixadas na realidade social produzida. Chegamos a esse ponto cheio de imprecisões, pois trabalhar com o folclore é lidar com um campo muitas vezes desprezível (a alguns pesquisadores) por suas imprecisões. Talvez, o autor de *O Grande Massacre de Gatos* (1986) é que tenha razão. E concordo com ele, em suas impressões sobre os estudos folclóricos, quando diz que “visões do mundo não podem ser sujeitas a ‘prova’”. Foi lúcido e preciso ao afirmar:

O folclore pode ser uma ciência legítima, mas opera melhor no presente, quando os contadores de histórias podem ser ouvidos, gravados, filmados e entrevistados. Jamais podemos formar mais que uma ideia aproximada de como eram narradas as histórias no passado. Sequer sabemos, exatamente, quando e onde foram contadas, ou o que eram seus textos. A evidência é tão vaga que alguns desistiram de todo empreendimento, mas acho que seria um erro maior rejeitar o uso do folclore do que arriscar-se a uma interpretação inadequada de seu material. Os registros imperfeitos de contos de fadas são quase tudo que resta das tradições orais do Antigo Regime, e elas são a fonte mais rica à nossa disposição, se queremos entrar em contato com o universo mental dos camponeses do passado. (DARNTON, 1986, p. 334)

Em outras palavras, fazer história é interpretar o silêncio e as reticências, é buscar o indizível, o dito pelo não-dito. É fazer as fontes falarem, ora fazendo as perguntas certas no momento certo, ora ficando em silêncio para ouvir os ruídos da floresta textual, com sua linguagem cálida, obscura e obscena, assim como o grito do quadro de Munch, um grito que ninguém ouve, mas que pede socorro.

Precursos dos estudos folclóricos no Brasil, Celso de Magalhães, Teófilo Braga, José de Alencar, Leandro Gomes de Barros, Couto de Magalhães e Araripe Jr. (para citar alguns), antecederam Sílvio Romero em estudos esparsos sobre o tema. Mas foi com o folclorista sergipano que os estudos sobre a literatura oral brasileira se consolidaram nos

círculos da intelectualidade nacional. Do conjunto de sua obra, podemos destacar *Cantos Populares do Brasil* (1889), com esta preocupação, eivada nas palavras do mestre Cascudo:

O folclore não foi para ele uma atividade. Era uma progressão de sua mentalidade, prolongava-lhe o poder aquisitivo pelo recurso infalível de recorrer às tradições populares como um reforço à sua inteligência. Para aquele Anteu o folclore era o chão da terra, multiplicador de energia. (CASCUDO, 1954, p. 17)

Perfazendo uma apreciação dos fatos folclóricos que envolvem a produção literária de Sívio Romero, no tocante aos contos e outras criações advindas do universo imaginário das etnias, matrizes da formação nacional, pode-se elencar, à luz das análises do sergipano Luíz Antonio Barreto, a coleção de contos romerianos, nas seguintes categorias: *contos milagrosos* (narram milagres, sem comprovação, nem aceitação eclesiástica, repetidos em aldeamentos indígenas e núcleos mestiços espalhados pelo interior do país), *contos sagazes* (textos que envolvem aventuras, proezas, decifração de enigmas, promovendo os personagens das estórias ao heroísmo pela capacidade inventiva da descoberta, são casos clássicos Pedro Malassartes e o popular João Grilo, imortalizado nos cordéis e na literatura de Suassuna), *contos cotidianos* (são pequenas narrativas de cunho cotidiano, envolvendo necessidades humanas, tragédias pessoais e familiares, carências afetivas e financeiras). Para além dessas definições, encontra-se um universo infindável de narrativas, indo das fábulas aos ditos em geral, passando pelas adivinhas, brincadeiras, rezas, magias, paródias. Produções singulares do imaginário humano brasileiro, independente de gênero ou da idade, classe social ou origem étnica, do nível de escolaridade ou aspectos regionais, existe uma gama de aspectos que definem o brasileiro em qualquer parte do mundo.

Essas expressões configuram o fazer literário em pleno diálogo com uma época (fins do século XIX e limiar para o século XX), alinhavados ao eixo da cultura popular e suas imbricações com as ideologias exógenas, na tentativa de não perder a essência nacional. De acordo com Barreto (2005):

(...) Os artigos de Sívio Romero, em jornais e revistas, foram convertidos em livros ou incorporados a livros

de história literária e crítica, como os Estudos sobre a poesia popular no Brasil, os Cantos Populares do Brasil, os Contos Populares do Brasil, a História da Literatura Brasileira. (BARRETO, 2005, p. 92)

O material para produção etnográfica romeriana fora coligido pessoalmente ou por correspondência em várias localidades por onde passou, ora por ocasião de residência para estudos, ora para atuação profissional, nesse rol particular pode-se citar: Lagarto, Estância, Parati-RJ, Recife e Bahia, por onde colheu material folclórico (versos, romances, lendas, lundus, chulas, estórias, aboios e cordéis). Os estudos dos cantos e contos populares abriu uma comunicação entre a cultura letrada e iletrada.

Cunhou em sua análise científica o espírito da mestiçagem como gênese do entendimento da brasilidade. Para ele, “o mestiço era o brasileiro nato, soma de gerações, era o elemento diferenciador, assimilador e nacionalizante” (*apud* CASCUDO, p. 23). A obra folclorista de Romero é um tratado sobre a cultura e a sociedade brasileira, onde enxerga na cultura popular uma espécie de depósito da essência nacional de onde emana a mestiçagem como um impulso civilizatório. O fio-condutor para entender o pensamento romeriano é situar o caldeamento, pelo qual passava o país, no contexto “crise de identidade” existente nas narrativas polarizadoras entre românticos e evolucionistas culturais, onde as posições do nosso folclorista se tornavam claras ao justificar a divisão de seus Contos populares:

Sílvio Romero havia dividido os contos populares seguindo critérios étnicos em: a) contos de origem europeia; b) contos de origem indígena; c) contos de origem africana e mestiça, na qual deixava explícita a própria hierarquia que julgava haver quando se tratava da contribuição que cada raça, conceito central em sua análise, teria dado para formação da cultura brasileira, notadamente, de sua cultura popular. O branco ocupava o alto da pirâmide, seguido do indígena e por fim pela contribuição negra e mestiça que seria de menor monta. (CASCUDO, 1978, p. 133)

Os contos folclóricos, por conta do processo de circularidade e sociabilidade dos grupos, encontram-se em multiplicidade de versões espalhadas por várias localidades do mundo. É o caso da *Cinderela* colhida na Alemanha pelos Grimms (1812), chegando ao Brasil, colhido em fins do século XIX por Sívio Romero com a denominação de *Maria Borracheira* (encontra-se na parte dos contos de origem europeia em *Contos Populares*), e ainda com variante popular de *Maria Borracheira*. Outra peculiaridade se encontra nas expressões de iniciação e desfecho da estória (“Era uma vez”... “e viveram felizes para sempre”). Na tradicional fórmula dos “contos diferentes são iguais”, pelos temas recorrentes em cada um deles (apresentada por BURKE, 2010). No caso de Cinderela, por exemplo, podemos observar a fórmula apresentada pelo crítico, assim disposta: 1) sofre maus tratos da mãe postiça, 2) recebe auxílio sobrenatural (da fada madrinha...), 3) encontra o amor da vida (príncipe encantado), 4) passa por provações, 5) mas, no final tudo fica em paz e o amor triunfa.

A configuração da obra *Contos populares do Brasil* apresenta a seguinte subdivisão: I) Romances e xácaras (de origem portuguesa e composto pelos *Romances de Vaqueiros*); II) Bailes, Cheganças e Reisados (no conjunto representam elementos da cultura local das províncias e geralmente são entoados nas *Janeiras*); III) Versos gerais e IV) Orações e parlendas. Com destaque para o coligimento de textos preciosos, tais como, “A nau catarineta”, “O rabicho da Geralda”, “O Boi-espácio”. Há referências às cantigas de roda ou infantis, como “O cravo e a rosa”, “Cajueiro pequenino”, “Você gosta de mim” e “Oh, ciranda, oh, cirandinha”. E registra também “Os versos das taieras”, colhidos em sua terra natal.

Versos das Tayêras
(Sergipe)
Virgem do Rosario,
Senhora do mundo,
Dá-me um coco d'agua,
Se não vou ao fundo.
Indêré, rê, rê, rê,
Ai Jesus de Nazareth . . .
Virgem do Rosário,
Senhora do norte,
Dá-me um coco d'agua
Se não vou ao pote.
Indêré, rê, rê, rê,

*Ai Jesus de Nazareth ! . . .
Virgem do Rosario,
Soberana Maria,
Hoje este dia
E' de noissa alegria. (...)
(ROMERO, 1954, p. 362)*

Como documenta a antropóloga Beatriz Góis Dantas (conterrânea de Sílvio Romero), por trás desse corpú de saberes e práticas, estavam homens e mulheres, adultos e crianças, jovens e velhos, brancos, negros e mestiços liderados pelos seus chefes, arquivos vivos de uma memória centenária, mas vivendo como homens do seu tempo. Através de seus corpos, esses devotos dançantes davam vida a essas expressões culturais e faziam circular um saber que vinha de antigamente, mas tinham também a marca do presente (DANTAS, 2013). A pesquisadora em questão tem um estudo clássico sobre danças folclóricas destacando “A taieira em Sergipe: uma dança folclórica”.

Na “introdução aos Cantos populares”, Romero anuncia a origem mestiça de nossa literatura oral e dá a primeira lição: “As tradições populares não se demarcam pelo calendário das folhinhas; a história não sabe do seu dia natalício, sabe apenas das épocas de seu desenvolvimento” (ROMERO, p. 41). Afirma ser o hibridismo entre brancos e negros predominante em território nacional, demarcando assim os traços característicos das superstições e festas, entrelaçados na labuta do cotidiano de nossa gente que sabe bem o gosto do labor criativo do *trabalha-se, bebe-se e canta-se*. Soube preservar a mentalidade literária das classes subalternas pelos letrados, mesmo assim, os escritos do sergipano não podem salvar as melodias dos versos entoados outrora, soterrados pelo esquecimento da memória adormecida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda incursão empreendida por nós ao universo da cultura festiva deu-se pelas lentes das mentalidades, buscadas nos meandros interpretativos no conjunto das obras romerianas (mais de perto as de nosso interesse). O que nos levou a compreender as vivências culturais em fins do século XIX, na inteireza das relações de sociabilidades na “abordagem do gestual, das atitudes e dos comportamentos coletivos, reflexos inconscientes das sensibilidades e expressão do imaginário”

(VOVELLE, 2004, p. 246), comuns a homens e mulheres de todos os tempos e lugares, pois a cultura também é dinâmica e assume contornos de plasticidade, diversidade e de traços de ressignificação diante da engenhosidade humana no processo de longo prazo do devir da História.

Num contexto dialógico à funcionalidade da cultura produzida pelos povos também vai nessa direção, pois como afirma Durval Muniz de Albuquerque Jr.:

Nada no campo cultural é puro, autêntico e original. O campo cultural, em qualquer época e espaço, é marcado pelas misturas, pelas mestiçagens, pelos hibridismos, pelos amálgamas, pela circulação, pelo fluxo multidirecional das matérias e formas de expressão. (...), tudo nesse campo é movência, nomadismo, deslocamentos. (2013, p. 230-231)

Sem medo de cometer excessos, chego à conclusão meio avexada de que a literatura é uma das modalidades mais ricas de sistematizar a fantasia e de levar os homens ao conhecimento de si mesmo, através de representações do mundo real que o circunda e do mundo imagético que o habita, podendo tornar-se produtos expostos ao alcance de quem queira consumir nos espaços de transfiguração do real ou em espaços físicos dados a ler. Romero tem a literatura como uma dimensão *culturalista*, que abarca vários aspectos da sociedade (política, economia, arte, criações populares, ciências e belas-letas) e leva a compreensão da mesma.

Para o crítico literário Antonio Candido, em virtude das questões econômico-sociais, existem “barreiras” na circulação dos bens culturais (literatura erudita) para as classes subalternas, encarando o problema de fruição da leitura dos clássicos como um emperramento ideológico-educacional. Ele encara o problema da difusão humanizadora das obras literárias, no patamar de falta de acesso à cultura-produto de uma sociedade com direitos negados (essenciais ao crescimento da consciência cidadã), promovendo o alcance amplo. A imagem de uma sociedade baseada nos princípios de igualdade foi e é encarada como idealizada. Foi o caso, de Sílvio Romero e Mello Moraes (em pleno século XIX) e os empreendimentos corajosos de Mário de Andrade (na década de 30, do século XX), todos comprometidos no resgate e difusão das culturas populares. E, se bem observado, estamos diante de exemplos do

intercâmbio popular/ erudito, cultura popular em canais de fruição dos eruditos. Basta agora estudar o jogo dos “espelhos invertidos”, e alcançar como os populares fascinaram-se pelos escritos eruditos (mesmo que em suas formas mais simples na lavoura arcaica) e buscar entender porque o inverso também acontece.

Sílvio Romero empreendeu um esforço enorme para construir sua “representação de nação” aliando uma série de contrastes: sua erudição cientificista ao gosto pelas tradições populares, sendo um dos poucos a trabalhar o folclore, a se preocupar com as dimensões regionais e com as culturas dos lugares longínquos, apontando “falhas” no pensamento elitista, do qual fazia parte; alinhavando as pontas atávicas entre a “tradição” e a “modernidade”. Seu amor vigilante pelo país ultrapassou barreiras, não silenciando diante da necessidade de criar nosso próprio “caráter social”, apontou caminhos, não esperou fez. Documentou nossa história, registrou nossos costumes, despertou os documentos esquecidos, extraiu do popular as vozes da nossa memória pátria. Nas palavras de Candido, as obras de Romero constituem “uma imagem nervosa do país”.

Ao longo de quase meio século de produção intelectual, Romero ajudou a definir o Brasil pelo viés do popular, atingindo os intelectuais da corte com críticas quase sempre ácidas e infundadas, criando muitos desafetos. Sua ambição foi a de se impor ideologicamente pelo vaticínio da hibridização étnica da população e pela defesa do provincianismo. Mapeou a geografia cultural do país ao registrar as impressões da gênese das tradições, ao visitar os longínquos rincões, pelo medo de perdê-las para o esquecimento. Interessou-se pelos anônimos, por aqueles que não apareciam no meio social, criando assim um acervo memorialístico da nação brasileira em um molde diferenciador de todos aqueles existentes à época.

Certamente as motivações que levaram Sílvio Romero a redescobrir o popular em meio às estórias populares ouvidas no seio familiar pelas escravas Totonha e Zefa Nó, tenham sido as mesmas que acolhi (como pesquisador) ao mergulhar no universo mágico emergido nas memórias da minha avó materna Judite ao contar-me estórias similares às colhidas pelo sergipano, tornando como mote para a presente análise, convergindo para o entendimento de mentalidades pretéritas de determinadas personagens situadas em um quadro sintético do período (no entresséculos dos oitocentos para os novecentos).

REFERÊNCIAS

ABREU, Marta. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, São Paulo: Fapesp, 1999.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste- 1920-1950)*. São Paulo: Intermeios, 2013.

_____. *“O morto vestido para um ato inaugural”*: procedimentos e práticas dos estudos de folclore e de cultura popular. São Paulo: Intermeios, 2003.

ALENCAR, Aglaé d’ Ávila Fontes. *O menino tangedor de Sonhos*. Aracaju: Info Graphic’s, 2001.

ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil – Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BARRETO, Luiz Antonio. *Folclore: invenção e comunicação*. Typografia Editorial/ Sortecci Editora, 2005.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou O Ofício do historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. *História concisa da literatura brasileira*. 43 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

CANDIDO, Antonio. *O método crítico de Sílvio Romero*. São Paulo: Edusp, 1988.

CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elielson, 1997.

CARRETERO PASÍN, Enrique. *Cultura festiva. Lo imaginario disloca lo cotidiano*. Sao Paulo: Imaginário, Vol. 12, No 13, 2006.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Antologia do folclore brasileiro*. 5. Ed. São Paulo: Global, 2001.

_____. *Dicionário do folclore brasileiro*. 11 ed. São Paulo: Global, 2002.

_____. *Literatura Oral no Brasil*. 2. Ed. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: INL, 1978.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

_____. *O Mundo como representação*. Estudos avançados, 11(5), 1991.

COUTINHO, Afrânio (Dir.). *A literatura no Brasil*. 6 Ed. Ver. e atual. São Paulo: Global, 2002.

DA MATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* 5 Ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

DANTAS, Beatriz Góis. *A Taira de Sergipe: uma dança folclórica*. 2 ed. São Cristovão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.

_____. *Devotos dançantes- estudos de etnografia e folclore*. Aracaju- SE, Criação, 2015.

_____. *Messageiros do Lúdico: mestras de brincadeiras em Laranjeiras*. Aracaju: Criação, 2013.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DEL PRIORI, Mary. *Festas e Utopias no Brasil Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

FONSECA, Adalberto. *História de Lagarto*. Aracaju: Impressão Gráfica e Editora Ltda, 2002.

MATOS, Cláudia Neiva de. *A poesia popular na república das letras: Sílvia Romero folclorista*. Rio de Janeiro: FUNART/UFRJ, 1994.

_____. *Poesia popular e literatura nacional*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, IPHAN, no. 28, 1999.

MORAES FILHO, Mello. *Festas e tradições populares do Brasil*. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 1999.

MOTA, Maria Aparecida Rezende. *Sílvia Romero: Dilemas e combates no Brasil da virada do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

NASCIMENTO, José Uesele Oliveira. *A formação do caráter nacional na obra "história da literatura" de Sílvia Romero*. Lagarto/SE: 2008. (Monografia)

ORTIZ, Renato. *Românticos e Folcloristas: cultura popular*. São Paulo: Ed. Olho D'Água, 1992.

RABELLO, Sylvio. *O Itinerário de Sílvio Romero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

ROMERO, Nelson. *Sílvio Romero: trechos escolhidos*. Rio de Janeiro: AGIR, 1959. (Nossos Clássicos, 35).

ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. 7. ed. Rio de Janeiro: J. Olímpio; Brasília: INL, 1980.

_____. *Estudos sobre a Poesia Popular do Brasil (1879-1880)*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1977.

_____. *Cantos Populares do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

_____. *Contos Populares do Brasil*. São Paulo: Landy Editora, 2003.

SANTOS, Claudefranklin Monteiro. *Contradições da Romanização no Brasil – a Festa de São Benedito em Lagarto (1771-1928)*. Aracaju: EDISE, 2016.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, Cristiane Vitório de. *A “República das Letras” em Sergipe (1889-1930)*. São Cristóvão: Departamento de História/UFS, 2001 (monografia de graduação).

SOUZA, João Mendonça de. *Sílvio Romero: o crítico e o polemista*. Rio de Janeiro: Emebe Editora, 1976.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

EXPOSIÇÃO “FILHO DA NATUREZA, CRIADO AO SOL: 170 ANOS DE SÍLVIO ROMERO”

Sayonara Rodrigues Viana¹

Para a celebração de nascimento de Sílvio Romero foi produzido um projeto expográfico e expológico denominado: “FILHO DA NATUREZA, CRIADO AO SOL: 170 ANOS DE SÍLVIO ROMERO”.

Ao longo da pesquisa, o personagem nos inspirou e nos mostrou caminhos dantes não trilhados, permeados de descobertas, como o pensamento filosófico pragmático do final do século XIX, que nos encantou e nos desafiou diante de tantos conceitos. Todavia, não podemos deixar de observar os principais objetivos da instituição museológica: a guarda, a pesquisa e a comunicação.

O projeto contou com o apoio de gestores de instituições que nos cederam, por empréstimo, objetos dos seus acervos: Prof. Aglaé D’Ávila Fontes, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Sr. Ézio Christian Déda de Araújo, Diretor-Superintendente do Instituto Banese, Sra. Juciene Maria Santos, Diretora da Biblioteca Pública Epifânio Dória, Dr. Anderson Nascimento, Presidente da Academia Sergipana de Letras e Sra. Adelaide Ribeiro, Diretora do Museu de Arte Sacra de Laranjeiras.

O projeto contou ainda com textos dos pesquisadores Dr. Jackson da Silva Lima, Dr. Wagner de Souza Lemos, Dr. Edmilson Menezes e do Dr. Claudefranklin Monteiro.

Conceitualmente, o projeto foi pensado a partir de dois pilares principais: o primeiro pilar “Ele por Ele”, apresenta a vida do advogado, professor, escritor, jornalista, ensaísta, poeta, historiador, filósofo, cientista político, sociólogo, precursor da crítica literária e dos estudos étnicos no Brasil.

Esse pilar é complementado por mais dois núcleos: o primeiro “Ele por Eles”, no qual estudiosos e pesquisadores escrevem textos sobre o personagem e o segundo, formado pelo cenário “Gabinete de Sílvio”

¹ Diretora do Memorial do Poder Judiciário do Estado de Sergipe. Bacharela em Museologia pela Universidade Federal de Sergipe. Especialista em Educação e Patrimônio Cultural de Sergipe. Licenciada em História e Bacharela em Ciências Econômicas pela Universidade Tiradentes.

que apresenta uma amostragem da sua biblioteca, adquirida pelo Governo do Estado no final de 1918, composta por 1717 títulos e que desde a aquisição está custodiado pela Biblioteca Pública Epifânio Dória. Nos frontispícios das obras que pertenceram ao imortal sergipano, encontramos um carimbo “Biblioteca Sílvio Romero” que traduz o que é o verdadeiro Sílvio Romero no processo crítico de suas leituras e reflexões.

Neste cenário destacamos a obra de William James, autor que nasceu em Nova Iorque, em 1842 e foi um dos ilustres pensadores do final do século XIX, considerado uma das principais figuras associadas à escola filosófica conhecida como pragmatismo, cuja obra, segundo Jackson da Silva Lima, provavelmente, foi uma das últimas obras lidas pelo homenageado.

Ao acompanhar a catalogação e estudo da sua biblioteca, o pesquisador observa ainda que:

Sílvio Romero tinha por hábito de anteceder as suas anotações manuscritas com sinal de mais[+] ou de igualdade[=], e com estrela ou asterisco[*], bem como de sublinhar trechos com traços (simples ou duplos) (...) A partir dessas marcas e anotações, podemos penetrar fundo em seu pensamento, na gênese de suas ideias, sua forma de trabalhar intelectualmente, e ter hoje ao vivo, numa visão epifânica (...)”

No cenário há também uma referência aos seus estudos folclóricos, simbolizada pelo quepe que pertenceu ao Mestre Oscar Ribeiro, Piloto da Chegança Almirante Tamandaré de Laranjeiras.

O segundo pilar da exposição está centrado nas obras de vários Artistas Sergipanos. Um deles é o escultor e poeta Rubens de Figueiredo Martins, Imortal da Academia Sergipana de Letras, tendo sido o fundador da Cadeira nº 09; foi aluno da Escola Nacional de Belas Artes, na qual se destacou com vários trabalhos, sendo elogiado, inclusive, por seu Prof. Rodolfo Bernardelli. Destacamos também artistas contemporâneos como Gladston Barroso, Elias Santos, Bené Santana, João Santos e Valter Santos que realizaram leituras plásticas sobre o personagem. Este ano celebramos os 170 anos desse “filho da natureza, criado ao sol”, como o mesmo se autodefiniu em entrevista ao literato Coelho Neto.

Reafirmo a vocação do Palácio Sílvia Romero, Memorial do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, como “lugar de memória” apresentando um discurso museológico através da exposição, do videodocumentário e do hotsite que, pode ser acessado através do link abaixo:

<https://www.tjse.jus.br/memorial/silvio/>

E para encerrar tomo emprestado as palavras de Luís da Câmara Cascudo (ROMERO, 1985, p. 21):

Como cada um de nós é um depoimento folclórico, guardando na memória inconsciente a humilde riqueza que a meninice reuniu, Sílvia encontrou, na própria recordação, o material humano para ligar-se ao povo, na continuidade sensível.



DOCUMENTO

TRANSCRIÇÃO

CIRCULAR ENVIADA ÀS CÂMARAS MUNICIPAIS DA PROVÍNCIA DE SERGIPE PELO PRESIDENTE SALVADOR CORREIA DE SÁ BENEVIDES PROIBINDO OS ENTERROS NAS IGREJAS & O MONUMENTO TUMULAR PARA OS RESTOS MORTAIS DO EX-PRESIDENTE DR. IGNACIO JOAQUIM BARBOSA (1857)

Willames de Santana Santos¹

OBRAS PUBLICAS²

(Pág. 10)³ No referido quadro ainda não se achão incluídas as quantias que ultimamente autorisei com o auxílio das obras dos cemitérios projectadas [sic] nos municípios de São Cristóvão, Laranjeiras, e Santa Luzia. [Grifo meu]

A falta absoluta de semelhantes obras na Provincia é tão sensível, e V. Ex. está d'isto compenetrado, que parece escusado demonstral-o. [Grifo meu]

Logo depois da tormenta porque passou esta Provincia com a invasão do cholera-morbus, considerando eu attentamente para a urgente necessidade de se construírem cemitérios nas diversas localidades, dirigi as camaras municipaes a circular por copia, numero 7.[Grifo meu] Mas sinto dizer, que nem os estímulos que procurei excitar nessas corporações, nem o cumprimento do dever que a Lei de seu Regimento lhes impõe, e que lhes lembrei, e nem mesmo o zelo, e piedade christan que altamente se ressentem no modo bárbaro, impio (permita-se-me a expressão) porque nessas localidades são hoje sepultados os cadáveres dos fieis, produsirão resultado algum satisfatório. [Grifo meu]

¹ Estudante do penúltimo período do Curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal de Sergipe. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0971257219535765>.

² Sergipe (Província), Presidente Dr. Salvador Correia de Sá Benevides, 11º de abril de 1857, p. 7. Endereço digital: http://ddsnext.crl.edu/titles/190?terms=Sergipe&item_id=5412#?h=Sergipe&c=0&m=32&s=0&cv=6&r=0&xywh=-1224%2C-1%2C4271%2C3013

³ Sergipe (Província), Presidente Dr. Salvador Correia de Sá Benevides, 11º de abril de 1857, p. 10. Endereço digital: http://ddsnext.crl.edu/titles/190?terms=Sergipe&item_id=5412#?h=Sergipe&c=0&m=32&s=0&cv=9&r=0&xywh=-40%2C1235%2C1092%2C1385

Em taes circumstancias **não podendo a Provincia por si só comportar com a construção de tantos cemitérios, quantos fossem reclamados, era o meo accordo auxiliar aquelles Municipios que déssem principio a taes obras** tendo respeito na distribuição a importância das mesmas obras e as possibilidades dos cofres. – Foi isto pois o que principiei a pôr em prática quanto aos três Municipios supracitados. [Grifo meu]

TUMULO PARA DEPOSITO DOS RESTOS MORTAES DO FINADO EX-PRESIDENTE, DR. IGNACIO JOAQUIM BARBOSA

Compartilhando os mesmos sentimentos de gratidão respeito e homenagem, que animarão aos aos [sic] escolhidos da província para decretarem um monumento onde os vindouros vejam, e aprendão os altos feitos, do distincto ex Presidente Dr. Ignacio Joaquim Barbosa, de saudosa memoria, deime **pressa para fazer a encommenda para Pernambuco do tumulo que devem encerrar os preciosos restos mortaes do ilustre finado.** [Grifo meu]

Effectivamente **a encommenda foi satisfeita e muito breve aqui deve chegar o tumulo comprado, a bordo do Hiate Sergipense**, segundo uma carta de avizo que neste sentido á pouco recebi. [Grifo meu]

CIRCULAR ENVIADA ÀS CÂMARAS MUNICIPAIS PROIBINDO OS ENTERROS NAS IGREJAS E ACENANDO PARA NECESIDADE DE CEMITÉRIOS EXTRAMUROS ESPALHADOS PELA PROVÍNCIA

N.7

(Pág. N.7-1) ⁴ CIRCULAR. – A' Camara Municipal da Capital. – Em 19 de Maio de 1856. – Depois do lugubre quadro que testemunhou esta Provincia, ceifadas tantas vidas preciosas, é dever imperioso do Governo, das Autoridades, das Corporações Municipaes, de todos emfim,

⁴ Sergipe (Província), Presidente Dr. Salvador Correia de Sá Benevides, 11º de abril de 1857, p N.7-1. Endereço digital: http://ddsnxt.crl.edu/titles/190?terms=Sergipe&item_id=5412#?h=Sergipe&c=0&m=32&s=0&cv=20&r=0&xywh=-1202%2C0%2C4227%2C2981

empregarem os maiores esforços, dedicarem-se completamente á tarefa de prevenir uma nova calamidade, ou pelo menos remover toda e qualquer causa que possa correr para o desenvolvimento e aumento das epidemias que por vezes, maxime a ultima, tem extragado os recursos do nosso vasto Paiz. Uma das poderosas causas que mais tem concorrido para os males que temos testemunhado é sem duvida o enterramento nas Igrejas. Um antigo preconceito tinha enraizado no espirito do povo simples e ignorante a crença que sua salvação exige que seos corpos sejam sepultados nos sagrados recintos das Igrejas: **hoje felizmente, graças a bôa indole do nosso povo, e as sensatas palavras e conselhos das Autoridades ecclesiasticas, tem cessado com quase todos os pontos da Provincia o uso fatal dos enterramentos nas Igrejas.** A sanha com que o cholera-morbus accommetteo os lugares onde havião accumulção de cadaveres aconselhou a procura de logares affastados dos povoados para jazigo dos mortos: ahi fez construir a Autoridade Cemiterios cujo terreno sendo competetemente bento, guardado o respeito devidos ao descanso dos mortos, satisfaz cabalmente a exigencia da religião que professamos. **O atropello em que se vio o Governo no combate mortifero que deo o cholera n' esta Provincia não lhe podia dar tempo para de uma vez ordenar e fiscalisar a construcção de Cemiterios onde se guardassem todas as regras da arte,** nem se podia empregar o tempo necessario em salvar vidas consumindo-o em aperfeiçoada mão d'obra de Cemiterios com todos os seos accesorios, além de que não poderião supportar os cofres tão avultada despesa a um só tempo. A construcção de Cemitérios ligeiramente feitos provisorios para quanto antes affastar do centro dos povoados o mortifero contacto dos cadaveres, era o que mais podia fazer o Governo, e foi o que se fez. **Hoje porém, que Graças a Misericoria Divina, nos achamos livres do cruel flagello cumpre sem perda de tempo concluir a tarefa a prol da salubridade publica, construindo-se Cemiterios decentes, em logar appropriado, com as devidas proporções para receber os cadaveres segundo a população do lugar.** A iniciativa d' esta obra incumbe as Camaras Municipaes pelo §_2.º do Artigo 66 da carta de Lei de 1.º de Outubro de 1828. **Chamo pois a attenção de vv.mm. para esse importante ramo de serviço publico devendo para esse fim formularem a com-(pág. N.7-2)⁵ petente postura de accordo com o Reverendo**

⁵ Sergipe (Provincia), Presidente Dr. Salvador Correia de Sá Benevides, 11º de abril de 1857, p N.7-2. Endereço

Vigario proibindo os enterramentos nas Igrejas seja qual for a causa de que tenha sido victima o cadaver, fazendo construir um Cemiterio publico em lugar que deve ser indicado por um Medico e pela autoridade policial, aforando, comprando, ou desapropriando o terreno para esse fim destinado, facultando as Irmandades escolherem uma area dentro da qual construição catacumbas para jasigo de seos confrades mediante uma razoavel contribuição. A despesa com que essa obra deve ser feita pelas rendas da municipalidade e se estas por minguadas não chegarem parece-me que não será difficil promover uma subscrição para auxiliar uma obra tão util e meritoria, e se ainda assim não se puder obter o quantum necessario sollicitarei da Assembléa Provincial, em sua proxima reunião o auxilio indispensavel. Conto com a bôa vontade, civismo, e dedicação de vv. mm. e espero ver brevemente em cada Municipalidade estabellecido um Cemiterio decente, que preencha o duplice fim de satisfazer os preceitos da nossa Religião, e exigencias da salubridade publica.

Deos Guarde a vv. mm. – Salvador Corrêa de Sá e Benevides.

- Identica as demais Camaras da Provincia.

RELATORIO

COM QUE FOI ENTREGUE

A ADMINISTRAÇÃO

DA

PROVINCIA DE SERGIPE

No Dia 11 de Abril de 1857

AO

ILLM. E EXM. SNR. COMMANDANTE SUPERIOR

Jose' da Trindade Prado,

3.º VICE-PRESIDENTE DESTA PROVINCIA

PELO

EXM. SNR. DR. SALVADOR CORREIA DE SÁ E BENEVIDES.



TYPOGRAPHIA PROVINCIAL DE SERGIPE—1857.

mandos a diversos empregados, para que fui autorizado pela Resolução Provincial numero 444 de 26 de Agosto do anno passado.

No referido quadro ainda não se achão incluídas as quantias que ultimamente autorizei com o auxilio as obras dos cemiterios projectadas nos municipios de São Christovão, Larangeiras, e Santa Luzia.

A falta absoluta de semelhantes obras na Provincia é tão sensível, e V. Ex. está d'isto tão compenetrado, que parece escusado demonstral-o.

Logo depois da tormenta porque passou esta Provincia com a invasão do cholera-morbus, considerando eu attentamente para a urgente necessidade de se construirem cemiterios nas diversas localidades, dirigi as camaras municipaes a circular por copia, numero 7. Mas sinto dizer, que nem os estímulos que procurei excitar nesses corporações, nem o cumprimento do dever que a Lei de seu Regimento lhes impõe, e que lhes lembrei, e nem mesmo o zelo, e piedade christã que altamente se resentem do modo barbaro, impio (permitta-se-me a expressão) porque nessas localidades são hoje sepultados os cadaveres dos fiéis, produzirão resultado algum satisfatorio.

Em taes circumstancias não podendo a Provincia por si só comporiar com a construção de tantos cemiterios, quantos fossem reclamadas, era o meo accôrdo auxiliar aquelles Municipios que dêssem principio a taes obras tendo respeito na distribuição a importancia das mesmas obras e as possibilidades dos cofres.—Foi isto pois o que principiei a pôr em pratica quanto aos tres Municipios supracitados.

Tumulo para deposito dos restos mortaes do finado ex Presidente, Dr. Ignacio Joa- quim Barbosa.

Compartilhando os mesmos sentimentos de gratidão respeito e homenagem, que animarão aos aos escolhidos da provincia para decretarem um monumento onde os vindouros vejam, e aprendão os altos feitos, do destino ex Presidente Dr. Ignacio Joaquim Barbosa, de saudosa memoria, de-me pressa a fazer a encomenda para Pernambuco do tumulo que devem encerrar os preciosos restos mortaes do illustre finado.

Effectivamente a encomenda foi satisfeita e muito breve aqui deve chegar o tumulo comprado, a bordo do Hiato Sergipeuse, segundo uma carta de aviso que neste sentido á pouco recebi.

CIRCULAR.—A' Camara Municipal da Capital.—Em 19 de Maio de 1858.—Depois do lugubre quadro que testemunhou esta Provincia, ceifadas tantas vidas preciosas, é dever imperioso do Governo, das Autoridades, das Corporações Municipaes, de todos emfim, empregarem os maiores esforços, dedicarem-se completamente á tarefa de prevenir uma nova calamidade, ou pelo menos remover toda e qualquer causa que possa concorrer para o desenvolimento e augmento das epidemias que por vezes, maxime a ultima, tem extrahido os recursos do nosso vasto Paiz. Uma das poderosas causas que mais tem concorrido para os males que temos testemunhado é sem duvida o enterramento nas Igrejas. Um antigo preconceito tinha arraizado no espirito do povo simples e ignorante a crença de que sua salvação exige que seus corpos sejam sepultados nos sagrados recintos das Igrejas: hoje felizmente, graças a bõa indole do nosso povo, e as sensatas palavras e conselhos das Autoridades ecclesiasticas, tem cessado em quasi todos os pontos da Provincia o uso fatal dos enterramentos nas Igrejas. A sanha com que o cholera-morbus accommetteo os lugares onde haviam accumulacão de cadaveres aconselhou a procura de logares affastados dos povoados para jazigo dos mortos: ahí fez construir a Autoridade Cemiterios cujo terreno sendo competentemente bento, guardado o respeito devido ao descanso dos mortos, satisfaz cabalmente a exigencia da religião que professamos. O atropello em que se vio o Governo no combate mortifero que deo o cholera n'esta Provincia não lhe podia dar tempo para de uma vez ordenar e fiscalisar a construcção de Cemiterios onde se guardassem todas as regras da arte, nem se podia empregar o tempo necessario em salvar vidas consumindo-o em aperfeicoada mão d'obra de Cemiterios com todos os seus necessarios, além de que não poderiam supportar os cofres publicos tão avultada despesa a um só tempo. A construcção de Cemiterios ligeiramente feitos provisorios para quanto antes affastar do centro dos povoados o mortifero contacto dos cadaveres, era o que mais podia fazer o Governo, e foi o que se fez. Hoje porém que, Graças a Misericordia Divina, nos achamos livres do cruel flagello cumpre sem perda de tempo concluir a tarefa a prol da salubridade publica, construindo-se Cemiterios decentes, em logar appropriado, com as devidas proporções para receber os cadaveres segundo a população do lugar. A iniciativa d'esta obra tocumbe as Camaras Municipaes pelo § 2.º do Artigo 66 da carta de Lei do 1.º de Outubro de 1828. Chamo pois a attenção de v. m. para esse importante ramo do serviço publico devendo para esse fim formularem a com-

petente postura de accordo com o Reverendo Vigario prohibido os enterramentos nas Igrejas seja qual for a causa de que tenha sido victima o cadaver, fazendo construir um Cemiterio publico em lugar que deve ser indicado por um Medico e pela autoridade policial, aforando, comprando, ou desapropriando o terreno para esse fim destinado, facultando as Irmandades escolherem uma area dentro da qual construão-catacumbas para jazigo de seus confrades mediante uma razoavel contribuição. A despesa com essa obra deve ser feita pelas rendas da municipalidade e se estas por mitiguadas não chegarem parece-me que não será difficil promover uma subscrição para auxiliar uma obra tão util e meritoria, e se ainda assim não se puder obter o quantum necessario sollicitarei da Assembléa Provincial em sua proxima reunião o auxilio indispensavel. Conto com a boa vontade, civismo, e dedicação de v. m. e espero ver brevemente em cada Municipalidade estabelecido um Cemiterio decente, que preencha o duplice fim de satisfazer os preceitos da nossa Religião, e exigencias da salubridade publica.

Deos Guarde a v. m. —Salvador Corrêa de Sá e Benevides.

—Idéutica as demais Camaras da Provincia.

FONTE:

Sergipe (Província), Presidente Dr. Salvador Correia de Sá Benevides, 11º de Abril de 1857.

À Administração da Província de Sergipe. Illm. e Excellentíssimo Snr. Commandante Superior José da Trindade Prado, 3.º Vice-Presidente desta Província. Pelo Exm. Snr. Dr. Salvador Correia de Sá Benevides:

Endereços digitais:

Sergipe (Província), Presidente Dr. Salvador Correia de Sá Benevides, 11º de Abril de 1857:
http://ddsnext.crl.edu/titles/190?terms=Sergipe&item_id=5412#?h=Sergipe&c=0&m=32&s=0&cv=0&r=0&xywh=-560%2C0%2C2686%2C1894

Sergipe (Província), Presidente Dr. Salvador Correia de Sá Benevides, 11º de abril de 1857, p. 7:
http://ddsnext.crl.edu/titles/190?terms=Sergipe&item_id=5412#?h=Sergipe&c=0&m=32&s=0&cv=6&r=0&xywh=-1224%2C-1%2C4271%2C3013

Sergipe (Província), Presidente Dr. Salvador Correia de Sá Benevides, 11º de abril de 1857, p. 10:
http://ddsnext.crl.edu/titles/190?terms=Sergipe&item_id=5412#?h=Sergipe&c=0&m=32&s=0&cv=9&r=0&xywh=-1176%2C0%2C4239%2C2990

Sergipe (Província), Presidente Dr. Salvador Correia de Sá Benevides, 11º de abril de 1857, p. N.7-1:
http://ddsnext.crl.edu/titles/190?terms=Sergipe&item_id=5412#?h=Sergipe&c=0&m=32&s=0&cv=20&r=0&xywh=-1202%2C0%2C4227%2C2981

Sergipe (Província), Presidente Dr. Salvador Correia de Sá Benevides, 11º de abril de 1857, p. N.7-2:
http://ddsnext.crl.edu/titles/190?terms=Sergipe&item_id=5412#?h=Sergipe&c=0&m=32&s=0&cv=21&r=0&xywh=-1065%2C-1%2C3936%2C2777

Acessado em: 14/06/2021 às 01:13.

ARTIGOS

ENTRE OS PERIÓDICOS E A MEMÓRIA: UMA ANÁLISE SOBRE A HISTÓRIA DO JORNAL FOLHA DE LAGARTO (1992 - 2018)

Ailton Silva dos Santos¹

Resumo

Os periódicos podem constituir-se em matéria prima para o trabalho historiográfico, tanto quanto fonte ou objeto de pesquisa. O Jornal Folha de Lagarto foi fundado e se difundiu, a partir de 1992, na cidade de Lagarto/SE veiculando matérias de variadas naturezas, com a proposta de produzir conteúdo apartidário e de valor informativo para a comunidade. Contudo, além de uma fonte para se pesquisar a história do município, ele também se caracteriza como um objeto e possui sua própria história. Portanto, utilizando o periódico como objeto, e contando com os dados recolhidos através da oralidade, busca-se trazer a luz esta parte integrante da história do município e da imprensa.

Palavras-chave: Periódico. Folha de Lagarto. História Oral.

Between periodicals and memory: an analysis of the history of the Folha de Lagarto newspaper (1992 - 2018)

Abstract:

Periodicals can be the raw material for historiographical work, both as a source or object of research. The Folha de Lagarto newspaper was founded and spread from 1992 in the city of Lagarto / SE, broadcasting articles of various natures, with a proposal to produce non-partisan content and informative value for the community. However, in addition to being a source for researching the history of the municipality, it also informs itself as an object and has its own history. Therefore, using the periodical as an object, and relying on the data collected through orality, we seek to bring light to this integral part of the history of the municipality and of the press.

Keywords: Periodical. Folha de Lagarto. Oral History.

¹ Possui graduação em história (UNIDON), Pós-Graduação em Didática e Metodologia do Ensino Superior (FSLF) e está Mestrando em História (PROHIS/UFS); E-mail: santos-ailtonsilva@outlook.com.

Introdução

O jornal Folha de Lagarto foi uma pequena empresa, que intentava produzir um periódico independente e imparcial, que surgiu da iniciativa de um sujeito. Este que, buscando trilhar um caminho diferente ao observado na cidade, com veículos de comunicação pertencentes a grupos políticos atrelados a famílias antagônicas com tendências coronelistas, pretendeu desempenhar sua atividade de forma neutra. Trabalhando a notícia pela notícia, em prol da informação social e veiculação da cultura local, ao longo de trinta anos o jornalista José Raimundo da Silva, que possui formação superior em Pedagogia e DRT de jornalista (Nº 1558) adquirida dado a sua experiência empírica, militou em prol do jornalismo livre e abriu espaço para escritores, professores, populares e estudiosos que buscavam expressar em linhas os seus anseios, artes ou opiniões. Entretanto, longe de contar essa história como a epopeia de um homem que gladiou contra a cultura tipográfica local, busca-se elucidar esse retalho da história lagartense e, sobretudo, alumiar a importância do jornal, o que perpassa pelas pessoas por trás dele. Para isso, busca-se responder as perguntas: Quais os motivos e acontecimentos levaram a fundação do jornal? Qual o espaço realmente reservado para a cultura? Como as notícias eram veiculadas: tal matérias informativas ou artigos especializados? Qual o real posicionamento político do periódico? Entrementes, buscou-se analisar os exemplares, cujo tempo e o acaso não destruiu, e também desfiar as memórias de seu fundador, captadas e transcritas a partir de uma entrevista semiestruturada, pois “aprender a ouvir é uma habilidade humana fundamental: para aqueles que importam, a história oral está aí para nos ajudar a compreender melhor nossos passados e para criar memórias [...]” (THOMPSON, 2000, p.28). Elucidando a análise com o auxílio de Tânia Regina Luca e J. Tengarrinha, ao que tange as fontes impressas, e Pierre Nora ao interperlar as memórias do sujeito.

O Jornal Folha de Lagarto

Em meados de 1985, a memória não conseguiu precisar o mês ou data exata, a neblina do início da manhã se dissipava quando um jovem de dissésseis anos chamado José Raimundo da Silva saiu pela primeira vez da tipografia do jornal O Lagarto, que estava sobre a direção de Júlio Ribeiro (1932 – 2021), para percorrer as ruas da cidade de Lagarto, interior sergipano, entregando os jornais nas portas das

residências. Era um de suas primeiras atividades laborais e, sendo ávido e habilidoso ao progredir no ofício, após um período atuando como entregador, foi então promovido à linha de produção do periódico. Pois, “surgiu a oportunidade de também trabalhar na parte tipográfica. Aí eu entrei e fiquei trabalhando até o ano de 92, até início de 92”. (SILVA, 2021). Entretanto, neste mesmo ano houve eleições municipais e um dos candidatos, desafeto político do entrevistado, era também irmão do diretor do jornal onde trabalhava. Dado a confrontos ideológicos constantes, Raimundo acabou por ser demitido. Contudo, esse infortúnio foi logo superado e, poucos meses depois, iniciou o seu empreendimento, que teve sua primeira edição veiculada em 18 de outubro de 1992. É aqui que começa nosso recorte para compreensão do objeto, contudo “para uma criteriosa utilização da imprensa como fonte histórica é indispensável, antes de tudo, «conhecer» o periódico, para o que não basta estudá-lo na sua forma final, tal como é vendido ao público” (TENGARRINHA, 2013, p. 12).

O jornal Folha de Lagarto iniciou como semanário² veiculado duas vezes na semana³ que, em seu auge, contava com mais de 600 assinaturas, onde podemos mediar uma veiculação de, ao menos, 1.200 exemplares por mês, ao custo de R\$ 2,00, em sua assinatura mensal, e R\$ 0,50 centavos em seu preço unitário inicial. ⁴ Contudo, essas informações de valores, fornecidas pelo senhor José Raimundo da Silva, não condizem com os primeiros anos de atividade, pois o Real (R\$) fora implementado somente em 1º de julho de 1994. No momento de sua fundação, e início de veiculação, o jornal era vendido em Cruzeiro (Cr\$) e um real equivalia a Cr\$ 2.750,00. Podemos então, em um exercício livre e conjectural, estimar que o custo da assinatura se aproximava de Cr\$ 5.500,00 e a unidade equivalia a cerca de Cr\$ 1.375,00. Podemos então calcular que esse valor correspondia há um impacto de 1,05%, se consumido via assinatura, ou 0,26%, a aquisição avulsa, na renda familiar.⁵ Por

² “É teve um período que nós tirávamos duas vezes por semana. Tiramos na quinta e no sábado. Aí começou a ficar inviável essa tiragem e passou a tirar somente uma vez por semana que era no sábado. Aí o tempo vai lá passa a tiragem quinzenal. Passou na hora para começar a ser quinzenal. (SILVA, 2021)”.

³ Passando uma publicação por semana a partir do exemplar de nº 318 de 27 de março de 1997.

⁴ Passando a custar R\$ 0,75 a partir de 1997. Sendo o exemplar Ano V Nº 297 Lagarto, 04 de janeiro de 1997 o mais antigo que se teve acesso ao longo da pesquisa.

⁵ Valores aproximados calculados pelo autor, considerando o valor do salário mínimo em setembro de 1992, instaurado segundo a Lei nº 8419, de 1992 e Portaria nº 601, de 1992.

consequente, a aquisição do jornal, em ambas as modalidades, oferecia um impacto muito pequeno para o orçamento doméstico. O que nos possibilita concluir que o seu diretor tinha a intenção de torna-lo acessível, mas podemos acrescentar também que buscava fazer frente comercial as empresas de comunicação, que possuíam recursos para se atualizar frente ao avanço tecnológico do segmento e que em sua maioria eram estruturados por homens de poses ligados a política local, ao passo que o Folha de Lagarto se tratava de um empreendimento artesanal⁶ e não uma grande empresa de comunicação. Podemos compreender o momento da história da imprensa que o periódico se encontrava, o que delinea sua atuação, frente que “as características, ao menos da pequena imprensa, derivam das questões do meio”. (SODRE, 2011, p. 236). Outro dado que corrobora para nossa compreensão, é o fato de que no ano de 1999 o periódico passou a ser produzido em offset, impresso por terceiros em Itabaiana/SE e Aracaju/SE, indicando que não houve possibilidade financeira para se atualizar, entrando no modelo industrial, com a aquisição de equipamentos mais robustos e competir com concorrentes que também contavam com estações rádio e migravam para televisão.

A gente tinha, tinha quatro funcionários. Quatro funcionários trabalhando para montar o jornal. Entendeu, e aia o tempo foi passando. Chegou o tempo de que o que estava sendo arrecadado com o comércio não dava mais para pagar os funcionários. Aí eu tive que acabar com o maquinário que infelizmente hoje é uma dor. Foram maquinários que no passado era de grande importância e hoje seria pra um museu. Mas, aí acabou que eu me desfazendo desse material pra ferro velho que não servia mais pra nada. Não tinha onde mais colocar. E aí eu tive que me desfazer para um ferro velho. (SILVA, 2021).

<https://www.oabsp.org.br/subs/saoluizdoparaiteinga/noticias/valores-do-salario-minimo-nacional-desde-sua> e <https://audtecgestao.com.br/capa.asp?infoid=1336> acessados em 07/06/2021.

⁶ Deve-se destacar que não foram conseguidas informações acerca da maneira com que o equipamento tipográfico, naturalmente caro, foi adquirido na época para o início do empreendimento.

Ao longo da entrevista, entre os lamentos pela perda histórica que representou o deterioramento desse maquinário, não foi possível lembrar o nome desses funcionários. Eram pessoas que passaram pelo empreendimento, vendendo sua força de trabalho para construção, diagramação e entrega dos periódicos. Entrementes, nos rastros seguidos também no material impresso que foram consultados, não foram localizadas citações que dessem pistas dessas pessoas ou de onde elas poderiam ser localizadas.⁷ Assim sendo, fica-se sem o registro dos seus nomes, apenas a participação enevoadada dessas pessoas que fizeram parte da história do jornal e, por consequência, compreendemos que

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. (NORA, 1993, p. 9).

O periódico iniciou possuindo quatro páginas, passando a seis em março de 1997 e então a oito, a partir de 05 de abril do mesmo ano⁸, com o formato 24,5 x 19,0 cm, sem uma característica estática padrão em sua divisão de blocos e colunas, pois a diagramação costumava variar ao longo das páginas, atendendo a necessidade da matéria e/ou conteúdo publicitário patrocinado. Contudo, sua primeira página, era sempre composta por dois blocos com duas colunas cada, tendo o título centralizado ao topo da página em letras grandes. Abaixo do mesmo, habitavam informações acerca do periódico, como ano de fundação, ano

⁷ Destaca-se que, a possibilidade de descoberta de novas pistas e fontes a partir de novas entrevistas e consultas a demais exemplares do periódico que venham a estar disponíveis, não está descartada.

⁸ Número que seria mantido ao longo de sua atividade, encerrada em agosto de 2018. Entretanto, nos meses de setembro e dezembro, eram veiculadas edições especiais que chegavam até 24 páginas. Dado aos períodos festivos, como em setembro que ocorre a festa da padroeira da cidade, Nossa Senhora da Piedade, e natal. Estas eram edições que contavam com mais propaganda e mensagens de figuras públicas.



Ano V N° 297 Lagarto, 04 de janeiro de 1997

governo". (Glénisson, 1986 apud NORA, 2005, p. 116). Foram farmácias, lojas de sapato, fábricas, óticas e todo um contingente de estabelecimentos que se dispuseram a comprar um espaço, nota-se também que possuía duas páginas inteiras, em seu interior, destinadas a propaganda. Á vista disso, o entrevistado destacou, a dificuldade em manter uma mídia independente,

[...] por conta do custo que era um jornal independente. Jornal que não tinha patrocínio político. Você pode ver aí algumas matérias políticas, mas são matérias de interesse público. Não rendia dinheiro. A única coisa que você vai encontrar nestes jornais aí são períodos de festa como eu falei já. É, é natal e o período de setembro aqui que tinha a padroeira ai os políticos botava aquelas mensagens. Isso é que era pago agora, mas nunca tiveram uma matéria sequer de cuinho público pago. (SILVA, 2021).

de veiculação e número da edição. Destaca-se que sempre trouxe, em seu cabeçalho, os dizeres "Órgão independente" em caixa alta. Mas, era realmente independente? E, se a resposta é sim, independe em relação a que? Não podemos dizer que o era em detrimento do comércio, pois, o rodapé de todas as páginas trazia publicações patrocinadas e "Sempre será difícil sabermos que influências ocultas exerciam-se num momento dado sobre um órgão de informação, qual o papel desempenhado, por exemplo, pela distribuição da publicidade, qual a pressão exercida pelo

Proposto a seguir neutro, não se atrelando a política ou possuindo patrocínio público. Algo que vai de encontro a realidade da cidade, já que os veículos de comunicação local eram, e em maioria ainda o são, atrelados a um dos dois grandes grupos, os popularmente chamados Bole Bole e Saramandaia⁹. Ao longo de seus editoriais é notável a publicação de matérias que destacavam as atitudes, sejam elas positivas ou negativas, dos grupos supracitados. Embora o dono e diretor declare possuir uma posição política clara, o mesmo destacou que essa posição não era exposta nas linhas do jornal,

Esse é nosso lado pessoal para o jornal. Era aberto para todos. Você vai encontrar as matérias que defendem todos os políticos. Isso aí é a pessoa que escrevia o colaborador. Ele falava o que ele queria, era aberto para criticar para elogiar qualquer um que fosse. De nossa parte, do jornal mesmo. Ele não tinha ligação com político nenhum. (SILVA, 2021).

Algo que se pôde confirmar ao longo da pesquisa, contudo não se pode dizer que o jornal era neutro. Pois, possuía uma gama de propagandas, uma gama de patrocinadores, o que nos leva a conjecturar que, ao menos, parte do editorial tendia a beneficiar os interesses desses patrocinadores. Entretanto, os destacados interesses que foram observados, e analisados, eram em sua maioria nas matérias assinadas por colaboradores e não pelo proprietário, também diretor e redator. Esse escrevia matérias de cunho político sim, apresentando, relacionando e, sobretudo, cobrando a governantes o trabalho público. Incitando a população a questionar, monitorar e cobrar trabalho efetivo aos políticos que elegeram. Um exemplo disso é o n°380 de 1997, onde o editorial destaca a valor do voto e fala da relevância em se reeleger uma candidata, o qual apontou estar realizando um bom serviço em prol da comunidade. Conclui-se que o periódico tencionou, mas não conseguiu ser inteiramente imparcial, sobre tudo se considerarmos a segunda página da edição n°456 veiculada em 2003 que traz o poema “Analfabeto Político” de Bertolt Brecht (1898 – 1956). À vista disso, embora a

⁹ Modesto, Alailson Pereira. **Coronéis, Coronelismo (s) e Mandonismo Local** in Uma cidade em pé de guerra: Bole Bole x Saramandaia. – Aracaju: Grafica J. Andrade, 2008).

indicação específica da manutenção de uma candidatura tenha sido um acontecimento singular em meio ao observado, o periódico pôs em xeque a sua intenção de imparcialidade, e, ao obstinar-se em cobrar os políticos e incitar a população a se informar, adquirir cultura e pôr em certo destaque, segunda página, um poema crítico social de um intelectual, analista e crítico do capital como Brecht, também não fora neutro.

Ainda, no último volume supracitado, fora emitido um informativo de retorno as atividades. O que reafirma mais um dos muitos períodos de hiato que o entrevistado destacou, dado à vários motivos. Como a falta de tempo hábil para se dedicar ao periódico, em momento em que o empreendimento já não chegava mais a garantir o necessário para a própria impressão.

E os ditos colaboradores, quem eram esses sujeitos? Foram pessoas, de diversas áreas de atuação e influência, que escreviam para o periódico de maneira colaborativa e não remunerada. Sendo assim, tinham liberdade para discorrer sobre o que desejassem, desde que se responsabilizassem pelo que haviam dito.

A gente tinha vários colaboradores e mantinham o jornal com suas matérias. A exemplo do Claudefranklin Monteiro, professor, que começou a escrever o primeiro jornal. Ele disse que foi no nosso que começou e daí em diante ele passou para rádio, programas de rádio e escrever em jornais das capitais que ainda hoje ele escreve. Eu peguei até o da semana que passou. É, uma matéria dele no Jornal do Dia, lá onde eu passei vários anos fazendo jornal. Imprimindo lá na gráfica do texto pronto do Jornal do Dia e tinha Assuero Cardoso professor e poeta lagartense. Tinha Floriano Fonseca que também é dono de uma banda musical na época e o Paulo Prata. Dr. Paulo Prata. Dr. Joaquim Prata. Emerson Carvalho. Russel Barroso e tantos outros. Noeme Dias, Euclides, que falei de Aracaju. Carlos Tadeu, jornalista Estância. (SILVA, 2021).

A partir de sua fala, corroborada pela análise dos periódicos, notou-se variadas concepções e orientações pessoais entre os colaboradores, tanto críticas quanto elogiosas a figuras públicas e, sobretudo, ampla divulgação no âmbito cultural por sujeitos que compõe

a intelectualidade, e/ou comunidade acadêmica, e ajudaram a trançar parte dessa cultura local. Sendo a palavra cultura um ponto chave para o Folha de Lagarto. Em meio as suas publicações de interesse público, como notícias de crimes, preços de gêneros alimentícios, matérias sobre festas, queixas de populares sobre problemas estruturais em seus bairros ou na máquina pública, assim como matérias acerca dos jogos de futebol, ídolos da música e placar dos jogos, temas característicos de um típico periódico de massa com escrita não rebuscada, temos também a publicação de poemas vencedores de concursos locais ou circunvizinhos, assim como chamadas para inscrição em tais concursos, matérias sobre apresentações públicas de teatro, com informações das peças e seus realizadores, os interessantes “Contos e Causos” do memorialista Adalberto Fonseca (1917 – 2003), que discorria sobre narrativas que ouviu em suas andanças ao longo da vida. O que lhe confere a intenção de um jornal literário, enquanto produto de linguagem popular. Traz matérias em seu exemplar nº302 de 1997, sendo uma de capa, que focam na busca por valorização e respeito ao patrimônio material da cidade. Textos assinados pelo próprio editor e pelo historiador Claudefranklin Monteiro, condenando as ações destrutivas do ex-prefeito e clamando por ações positivas, a fim de proteger tal patrimônio, ao prefeito recém empossado. Entrementes, a partir do nº 386 (19/09/1998) a ASCLA¹⁰ passa a ter um espaço, de folha inteira, para a divulgação de suas ações ou escritos que iam desde letras de músicas a poemas. Material assinado pelo diretor da associação, que no momento era o jornalista Anderson Ribeiro dos Santos.

Era uma Associação Cultural de Lagarto, e a gente fazia público pra poesia e tentava desenvolver alguma coisa. A gente agia mais como agitadores culturais na verdade, não tinha muito apoio, então a gente fazia o que a gente podia. A gente pegava pessoas que tinham talento e tentava canalizar seus talentos pra alguma coisa, como artes plásticas, teatro, poesia, música, a gente fazia exposições de artes plásticas, fotografia, a gente incentivava o teatro, fazia esquetes também de teatro. (SANTOS, 2014).

¹⁰ Fundada em 1970. Promovia eventos culturais, de caráter plural, na região.



Ano I N° 01 Lagarto, 19 de setembro de 1998

O periódico cedeu espaço para que sujeitos apresentassem sua arte e divulgassem eventos que, em alguns casos, eram marginais. Um posicionamento que o entrevistado aponta como divergente ao comum dos meios de comunicação local.

Porque todos os jornais que tiveram na cidade eram ligados a grupos políticos. Os grupos mantinham o jornal. O interesse deles quando não há mais interesse deles eles acabavam. Ai, quando vinha uma outra oportunidade para se aparecerem a palavra é essa não é nem para levar o conhecimento às pessoas. O jornal, eu entendo que é um meio de comunicação de transmitir a informação. (SILVA, 2021).

Com a atitude de trabalhar de forma crítica em prol da informação, e questões cotidianas, cobrando discernimento da população e compromisso dos políticos, não legou somente conversas nas praças das cidades entre os populares com o periódico em mãos, mas também problemas com a justiça por conta de matérias que não agradaram os envolvidos. Pôde-se então relembrar dois momentos onde sofreu processos por conta de matérias veiculadas, um aberto por uma figura pública e outro por um empresário que foi um tanto desonesto com os preços dos produtos em sua loja.

Isso aí por conta de um período eleitoral não permitia. A gente não estava com a lei e acabou que fez uma página inteira de um determinado político e o outro entrou na justiça. [...] e teve um outro também que foi uma colaboradora que colocou uma matéria de um empresário aqui da cidade. Ela foi lá fazer o orçamento de uma coisa e quando chegou no outro dia que fui lá estava o dobro aí ela fez esse relato dizendo que a desonestidade nesse comércio de um dia tava um preço e no outro tava outro. (SILVA, 2021)

Em ambos os casos, a situação foi resolvida com uma retratação, publicada após o processo que durou dois anos, no primeiro caso, e mais de três no segundo. A importância em destacar esse trecho da entrevista é ilustrar que, embora sendo um empreendimento artesanal de pequeno porte, o periódico sabia se posicionar bem acerca de situações que envolviam a cidade. Também cometendo erros, mas sabendo buscar a retratação a partir do diálogo.

Nessas linhas, ficou subentendido que o periódico passou por algumas fases. Mantendo as características de sua estrutura inicial até o ano de 1999, quando passa a ser impresso em offset. Contudo, não se pode dizer que somente a estrutura foi atualizada, seu conteúdo também sofreu mudanças. Destaca-se a não mais publicação da folha da ASCLA, e a expansão do conteúdo publicitário, o que indica a busca de aumento da receita. Seja para fins de maiores lucros ou, mais provável, necessidade de subsistência. Entretanto, fora viável em seus primeiros anos, em garantir a subsistência de seu proprietário e a contratação de funcionários. A partir da impressão em offset, o uso da imagem é sua maior característica e, dentre isso, temos novos colaboradores. Pontual é a atuação do fotógrafo Gledson Prata, que assina diversas imagens veiculadas ao longo das páginas, sem uma localização padrão para essas fotografias que poderiam estar na capa ou encerrar o conteúdo do periódico. O Ewerton Dantas em seu trabalho, que chegava a ocupar quatro páginas, intitulado a **Sociedade em foco**, compôs a divulgação midiática sobre indivíduos (como alunos do ensino público que realizaram algo de destaque), profissionais e artistas locais (entre outros), falando sobre gostos pessoais, hobbies, trabalhos, conquistas e peculiaridades como o signo. Um tipo de conteúdo com linguagem coloquial, de fácil compreensão. Buscando mostrar “a cara” do povo

lagartense. Todavia, não chega a se caracterizar como um Tabloide¹¹. Mas, também temos a coluna **Reflexão**, por Cristina Silva, que propunha o exercício do pensamento acerca de questões que norteavam atitudes, escolhas do indivíduo e suas consequências em relações cotidianas acerca do belo e do que realmente se deve ter como importante para a vida. **Ecos e Letras**, por Rusel Barroso que, em textos compostos por acurada e fina composição literária, fazia análises e propunha discussões a acerca de personagens e textos literários. O **História uma colcha de memória**¹², iniciado no nº 469 de 2005, trazia artigos escritos por alunos do curso de história da FJAV¹³. Sendo pontual, também, os textos do professor Claudefranklin monteiro, que pintou as páginas do jornal ao longo de quase toda sua existência, trazendo as interessantes **Histórias e estórias de Lagarto**, além de artigos analíticos críticos. Destaque para o texto **Delírio papa-jaca II**, no nº510 veiculado em 2010, que é uma composição leve que brinca com as lembranças do autor e leva a suscitar a memória particular/social do leitor. Este, foi particularmente agradável de se ler.

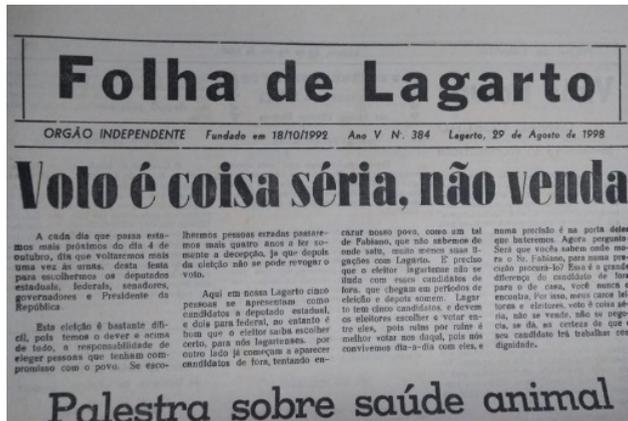
É importante destacar que, frente as fontes analisadas e confrontadas com a oralidade, mais do que uma mudança imposta pelo editor, lembremos que cada colaborador detinha total responsabilidade sobre o conteúdo por si articulado, esse novo conteúdo foi imposto ao periódico dado ao padrão de consumo da cidade. Entrementes, se de um lado houve a redução do espaço destinado a cultura, se pensarmos no fim da Folha da ASCLA, por outro os editorias se tornaram mais mordazes, como os artigos argutos de Euclides de Oliveira Santos e o **Passando na análise dos fatos**, assinado por Jô Chagas. Portanto, não houve um total arrefecimento das características anteriores, com textos de cunho político e sociocultural. A sociedade era debatida pelos escritores. Os cronistas eram recorrentes e costumavam contar sobre sua terra e sua gente. E, de certo modo, até as publicações que alguns podem alcinhar de “fúteis”, como a coluna **Geração Vip**, também foram compostas por rostos e gostos lagartenses. Portanto, um reflexo da cultura local.

¹¹ Tipo de jornalismo popular e sensacionalista que foca em curiosidades, hábitos e notícias dos famosos.

¹² Em suas primeiras publicações se chamou “História uma coisa de memória”, contendo algumas variações de palavras como título, todas dentro desse mérito. Mas, passou a ter um nome final estabelecido, este que fora registrado no corpo do artigo.

¹³ Faculdade José Augusto Vieira (Atual Dom Pedro II).

Entrementes, com o advento da modernização ao entorno e a baixa prática de leitura da população, mesmo a alfabetizada¹⁴, não foi mais possível manter o negócio como uma empresa que desse lucro ou que cobrisse as próprias despesas. Então, José Raimundo da Silva, passou a trabalhar em outros setores¹⁵, embora mantivesse as publicações quinzenalmente¹⁶. Sendo a fundação do negócio atribuída a necessidade de exercer um ofício remunerado, na intenção do sustento e lucro, e ao desejo de se comunicar, de maneira distinta ao comum que observava, sobre tudo por esse ser um ofício pelo qual havia tomado “gosto”.



Ano V N° 384 Lagarto, 29 de agosto de 1998



Ano V N° 387 Lagarto, 26 de setembro de 1998

[...] eu tomei gosto

¹⁴ Segundo o censo de 1991, onde foram computados 31.453 indivíduos, a partir dos 5 anos de idade, alfabetizados. Sendo, desse total, 13.430 residentes da zona rural.

¹⁵ Em uma escola por 3 anos e no Detran por 2 anos. Atualmente trabalha no Hospital Universitário da cidade, já contando 11 anos.

¹⁶ A partir da edição de n° 415 de, aproximadamente, 15 de junho de 1999 passa a ser quinzenal. Esta data fora definida mediante uma lógica proximal, pois, não foram localizados os exemplares de número 411, 412, 413, 414 e 415.

pela imprensa e naquela época era uma prensa tipográfica, ou seja, para você montar um jornal teria que juntar letra a letra. Era jornal de época. É um processo muito arcaico que aí acabou se perdendo no tempo. E veio o offset. A gente já tá nesse ramo há 30 anos e também agora por conta da internet, os jornais estão se acabando aos poucos. (SILVA, 2021).

Observa-se também o caráter não padronizado na hierarquia de suas publicações. Eram feitas conforme o interesse do editor e/ou colaborador, e a relevância, normalmente comercial, da matéria. Trazendo destacados os textos de cunho político, quando próximo ao período eleitoral. Notícia do time de futebol local, quando em época de jogos importantes, ou que remetia a produção e valorização da cultura material ou não. Composto com matérias de cunho informativo e poucos artigos especializados.

Em seu período de atividade o periódico veiculou e debateu ideias, possibilitando a liberdade de expressão de seus colaboradores. Algo que seu fundador demonstrou se orgulhar ao destacar que “Eles eram independentes, entendeu. Se tivesse alguém que me criticasse, a matéria sairia. Eu acredito que deva ter um outro aí que deva ter criticado a maneira do jornal e a gente divulgou”. (SILVA, 2021). Fala que foi confirmada por essa pesquisa, inclusive nos dizeres que destacam a importância do Cabo Zé, destacado político da região, para o nascimento do periódico ao esclarecer que por conta de sua demissão, facilitada pelo já citado político, o projeto fora iniciado de fato. Entrementes,

Se pegar no decorrer vários colaboradores elogiaram o Cabo Zé dentro do jornal. Coisa que ele teve jornais e jornais. Ele fundou vários jornais aqui e era censurado. Qualquer crítica que viesse a ele. O jornal era direcionado, exclusivamente, à maneira dele, ou seja, era político. Se fazia uma matéria que não agradava a ele, ele cortava. (SILVA, 2021).

Sem estabelecer retaliações ou censuras o jornal existiu, vigorou e encontrou seu fim. Entretanto, suas memórias ainda estão conosco. Ecoando uma parte da história da imprensa lagartense e da vida de seu idealizador, que ainda mantém um blog de mesmo nome que

infelizmente encontra-se sem suporte e com pouco acesso. Um intento que produziu e propagou uma enorme fonte de riqueza em material impresso que serviu a comunidade e está disponível aos pesquisadores, frente ao empréstimo responsável possibilitado pelo fundador em se dispor a abrir sua casa e permitir que parte da história seja acessada.

Considerações Finais

Os impressos, produtos configurados a partir de representações que, quando contextualizadas, nos apresentam facetas do real e dizem muito do entorno, tanto em seu conteúdo quanto em sua origem e configuração. Nesse ínterim, o jornal Folha de Lagarto encontrou seu espaço na sociedade lagartense, na memória cultural e na história da imprensa. As falas de seu idealizador foram confrontadas com o conteúdo dos periódicos a que essa pesquisa teve acesso. Analisadas e ponderadas, frente a sua intenção verbalizada, quanto ao registro da fonte impressa. Sem pretensão de realizar julgamento de valor acerca do periódico, ou de seus colaboradores, pretendeu-se analisar, compreender e poder escrever essas considerações finais. Entrementes, das manifestações do entrevistado se destaca a palavra “independente”, que fora estampada no objeto com uma intenção pessoal e, paralelamente, como um advento comercial. Pois, frente a produções que tendiam ao viés político, destacar tal palavra serviu para conquistar leitores que desejavam algo mais, indo além das brigas e ofensas comuns entre os partidos. Sobretudo, questiona-se tal declaração, dado as suas publicações que tendiam a expor, erros e acertos, questionar ações e interações de candidatos, buscando instruir a população, de certa maneira, no viés político. Embora não tenha estabelecido um relacionamento, seja superficial ou íntimo, com nenhum grupo político, fora, claramente, um periódico politizado. Fato observado a partir das análises dos textos de seu editor e demais colaboradores. Assim como a clara intenção de destacar, propagar e valorizar a cultura, os agentes culturais e produtores de conhecimento, como o espaço destinado aos alunos de último período do curso de história da antiga FJAV, que publicavam artigos, material de seus estudos e pesquisas e, em outros exemplares, foram publicados textos concisos de estudiosos que buscaram e tiveram espaço para comunicar suas pesquisas no jornal. Sendo, o primeiro, intitulado **Responsabilidade civil e ética profissional do advogado** da autoria de Cleverton J. Silveira Oleira

que foi veiculado nº539 em outubro de 2015. Entretanto, o mesmo não chega a se caracterizar como um periódico especializado, mas como um caminho democratizado com intenção de expor e fazer pensar. Atuando como suporte cultural da cidade. Portanto, neutralidade é um epíteto que não lhe cabe.

Um empreendimento artesanal, popular e financeiramente acessível. Sendo bem aceito entre os leitores, embora poucos, sendo circulado mais “pelo conhecimento e amizade”. Questão que podemos tomar como satisfatória para seu idealizador, que observou não ter déficit em receber pelas assinaturas, mesmo quando não era possível veicular o periódico. Pois, “[...] eles cobravam o jornal ‘cadê o jornalzinho pra gente ler, no final de semana, para saber o que aconteceu’. Então, eles gostavam de ter o jornal”. (SILVA, 2021). Característica que acabou se diluindo, entre as novas gerações, com o advento da internet que passou a ser uma névoa espessa de fakenews que nubla o potencial cultural dos indivíduos e da sociedade. Apesar de toda a sua história, com o profissional José Raimundo da Silva enfrentando altos e baixos, o jornal impresso Folha de Lagarto findou suas atividades em 2018 com o exemplar ano XXIV - edição nº 556 veiculada em agosto. Encerrando mais uma página da atividade jornalística em Lagarto, mas compondo uma estrela no céu de constelações da história do jornalismo.

Para o encerramento desse artigo, é mister ressaltar a magna atuação e participação do jornalista Emerson Carvalho. Este que, além de mentor e amigo pessoal, conforme frisou o entrevistado, escreveu colunas e artigos, análises, comentários acerca de futebol e toda uma gama de desbravamento literário pelas páginas do periódico que, pelo analisado, sempre esteve aberto para os seus textos. Material conciso e de grande erudição, frente as análises e composições que se dispôs. Suas publicações eram pontuais, habitando boa parte dos jornais a que essa pesquisa teve acesso. A fim de tratar sobre tal produção, desviar-se-ia do objetivo proposto, ao passo que, seria preciso desenvolver uma outra pesquisa só para poder analisar essa participação. Pois, tratasse de uma presença de imenso peso para intelectualidade local e no jornalismo Sergipano. Personalidade que, em si, compõe uma rica e plural história, uma trilha de realizações e transmissão de conhecimentos que recompensa ser contata e recontada. Mas, não compete a esse trabalho abarcar tal história. Tanto por falta de fontes em mãos como de maior competência para isso.

Referências

CALONGA, Maurilio Dantielly. **O JORNAL E SUAS REPRESENTAÇÕES: OBJETO OU FONTE DA HISTÓRIA?** Comunicação & Mercado/UNIGRAN - Dourados - MS, vol. 01, n. 02 – edição especial, p. 79-87, nov 2012.

CENSO DEMOGRÁFICO 1991. **Resultados do universo relativos às características da população e dos domicílios.** Número 16 Sergipe; Rio de Janeiro: p. 1 – 144, 1991.

LUCA, Tânia Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos.** In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

SILVA, José Raimundo et al. **Jornal Folha de Lagarto**, Lagarto/SE, 1992 – 2018.

Folha da ASCLA, ano I N° 01 Lagarto, 19 de setembro de 1998. In.: **Folha de Lagarto**, ano V N° 396 Lagarto, 19 de setembro de 1998.

Folha de Lagarto, ano V N° 297 Lagarto, 04 de janeiro de 1997.

Folha de Lagarto, ano V N° 384 Lagarto, 29 de agosto de 1998.

Folha de Lagarto, ano V N° 387 Lagarto, 26 de setembro de 1998.

Folha de Lagarto, ano VIII N° 469 Lagarto, julho de 2005.

Folha de Lagarto, ano XVIII N° 510 Lagarto, novembro de 2010.

Folha de Lagarto, ano XXIII N° 539 Lagarto, outubro 2015.

Folha de Lagarto, ano XXIV N° 556 Lagarto, agosto 2018.

MODESTO, Alailson Pereira. **Coronéis, Coronelismo(s) e Mandonismo Local** in Uma cidade em pé de guerra: Bole Bole x Saramandaia. – Aracaju: Grafica J. Andrade, 208).

OLIVEIRA, Rodrigo Santos. **RELAÇÃO ENTRE A HISTÓRIA E A IMPRENSA: Breve História da Imprensa e as origens da imprensa no (1808-1930);** Historiæ, Rio Grande, 2 (3): Pa

SODRE, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil.** - São Paulo: INTERCOM; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

TENGARRINHA, J. **Nova História da Imprensa Portuguesa Das Origens a 1865.** Lisboa, Círculo de Leitores, 2013.

SILVA, Raimundo José. Jornalista, diretor e fundador do jornal **Folha de Lagarto**. [15 de maio de 2021]. Entrevista concedida a Ailton Silva dos Santos.

SANTOS, Anderson Ribeiro dos. Jornalista, poeta, ex-diretor da ASCLA e ex – membro, fundador, da Cia de teatro Cobras & Lagartos. [11 de fevereiro de 2014]. Entrevista concedida a Ailton Silva dos Santos.

SANTOS, Claudfranklin Monteiro. Construir, Reconstruir e Preservar, **Folha de Lagarto**, Lagarto/SE, 22 de janeiro de 1997. Pág. 02.

SILVA, Raimundo José. A HORA DO VOTO SE APRÓXIMA, **Folha de Lagarto**, Lagarto/SE, 25 de julho de 1998. Pág. 04.

THOMPSON, Paul. **História Oral e Contemporaneidade.** Belo Horizonte: História Oral, maio, 2002, p.9 – 28.

CURRÍCULO E EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NO MUNICÍPIO DE LAGARTO-SE

André Barbosa de Santana
Paloma Silva de Souza
Zilmara Alves da Silva

RESUMO:

Este trabalho aborda a importância da escola reconhecer e valorizar a história e cultura do povo quilombola, condição essencial para a formação e manutenção da identidade desse povo, muitas vezes negada pela escola que tende a reproduzir um formato de educação eurocêntrica e excludente. Esse formato único de educação não condiz com toda a diversidade de povos e culturas existentes no Brasil, e essa negação tem grande impacto nas relações de desigualdades que são estabelecidas no Brasil.

INTRODUÇÃO

A riqueza de um povo está na sua história e na sua cultura. Nos campos de guerra era comum que os vencedores tentassem dizimar a essência do povo vencido, num processo de apagamento social. O processo colonizador eurocêntrico agia da mesma maneira com os povos colonizados em toda a América, seja com os povos indígenas ou no processo de escravização dos povos africanos. O resultado que temos hoje é um desconhecimento das culturas e histórias da multiplicidade étnica africana que aportou no Brasil, narrativas da colonização que são contadas a partir de uma visão colonial.

Os quilombolas apresentam uma riqueza histórica e cultural que conhecê-la, é essencial para a cultura brasileira como um todo. As ideias que foram construídas ao longo dos anos no imaginário popular inserido num racismo estrutural, não nos permitiram acessar a profundidade de conhecimentos que as comunidades quilombolas nos oferece.

Recordo-me que ao dar aula para uma turma de ensino fundamental, perguntei aos meus alunos o que eles sabiam sobre o período escravagista no Brasil. Um garoto então levantou e narrou o

conhecimento que tinha adquirido: que os negros foram “retirados” do seu país para virem “trabalhar” no Brasil, e que aqui eram “maltratados”. Alguns conseguiam fugir para morar escondido. Todos eram “escravos” até que a “tia Isabel” assinou “um documento e liberou todo mundo”. Perguntei onde ele havia aprendido aquela história e ele me afirmou convicto: na novela *Escrava Isaura*. Ou seja, estamos acostumados a perceber a história da escravização no Brasil como um ato de “aceitação” dessa condição pelos/as africanos/as escravizados/as, onde estes/as são *passivos* diante de um fato social.

Quando pensamos em quilombos e nos povos escravizados, somos em parte como meu aluno. Voltamos para as aulas de história no ensino fundamental ou para as narrativas de novela da seis, onde nos foi ensinado que quilombos eram os espaços onde negros e negras escravizados de grandes fazendas, se escondiam quando conseguiam fugir, e outras narrativas criadas a partir de um pensamento eurocêntrico.

Quilombo é mais que isso. É espaço de resistência e de luta de um povo, que vem resistindo a essa visão colonial que ainda persiste nos livros didáticos e no imaginário social, fruto das tentativas de apagamento da memória afro-brasileira e africana imposto pelo racismo. (GOMES, 2012).

Segundo Munanga e Gomes (2004, p. 71, 72), a palavra quilombo é originária da língua banto umbundo, falada pelo povo ovimbundo, que se refere a um tipo de instituição sociopolítica militar conhecida na África Central e, mais especificamente, na área da atual República Democrática do Congo (antigo Zaire) e Angola. De acordo com alguns antropólogos, na África, a palavra quilombo refere-se a uma associação de homens, aberta a todos.

A despeito das diferenças entre os quilombos africanos e brasileiros, ambos, segundo os estudiosos foram uma forma de oposição ao sistema escravocrata vigente, oportunizando uma nova forma de vida, com outra estrutura política na qual todo povo especialmente o negro, fossem acolhidos.

Segundo O’Dwyer (1995) o quilombo é uma experiência coletiva de africanos e seus descendentes, uma estratégia de reação à escravidão, somada a participação de outros segmentos da população com os quais os quilombolas interagiram em cada país, notoriamente, alguns povos indígenas. Atualmente novos conceitos sobre os quilombos foram sendo estabelecidos.

O termo quilombo tem assumido novos significados na literatura especializada e também para grupos, indivíduos e organizações. Vem sendo ressemantizado para designar a situação presente dos segmentos negros em regiões e contextos do Brasil. Contemporaneamente, quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Não se trata de grupos isolados ou de população estritamente homogênea, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados. Sobretudo consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e na reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de território próprio. A identidade desses grupos não se define por tamanho e número de membros, mas pela experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade como grupo. Neste sentido, constituem grupos étnicos conceitualmente definidos pela antropologia como um tipo organizacional que confere pertencimento por meio de normas e meios empregados para indicar afiliação ou exclusão. (O'DWYER, 1995, p. 2)

Os quilombos contemporâneos possuem em comum suas normas de pertencimento e consciência de identidade. Sua visibilidade começa a ser estabelecida a partir da Constituição de 1988, que no Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, garantiu a propriedade dos moradores nas áreas supracitadas, e agora baseados na Lei, lutam para que a emissão dos títulos definitivos de suas terras seja efetivada.

1. CRÍTICA AO CURRÍCULO TRADICIONAL, EUROCÊNTRICO NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

No campo da educação, as comunidades quilombolas vem propondo o conceito de “educação quilombola” onde professores/as repensem, à luz da experiência dos quilombos contemporâneos, o papel da escola como fonte de afirmação da identidade afro-brasileira e quilombola. As lutas pelo direito à educação se articulam a outras lutas:

pelo reconhecimento das suas identidades, pelo direito à memória e pela vivência da sua cultura, (GOMES, 2012)

Essa educação teria o conhecimento afrocentrado e os estudos decoloniais focado na desconstrução de um pensamento eurocêntrico e colonial que permeia a educação brasileira, em especial nos processos de formação de professores e na produção teórica educacional, a partir de teorias tradicionais.

De acordo com Silva (1999) as teorias tradicionais aceitavam as coisas como estavam, e os conhecimentos concentram-se nas questões técnicas, no preparo do indivíduo para a sociedade, e não o via como agente transformador da própria realidade, mas como sujeito de trabalho, passivo diante de uma estrutura social opressora e fixa. É provável que os estudos sobre currículo deram origem as teorias tradicionais, como são conhecidas. Para criticar essas ideias tradicionais e incluir novas reflexões, surgem autores como Dewey, que não via a educação tanto como preparação para a vida, e sim como um “local de vivência e prática direta dos princípios democráticos” (p. 23)

Segundo Silva (1999) as teorias críticas apontavam para a oportunidade de se perceber e denunciar a estrutura da escola como transmissora de ideologias dominantes através das disciplinas, dos materiais didáticos e das estruturas hierárquicas de poder presentes nela. Estas instituições, segundo a teoria crítica, seriam constituídas por crenças que auxiliam o indivíduo a aceitar as coisas como estão, e que por isso, deviam ser constituídas como um espaço para debates mais reflexivos acerca da sociedade e da função real do indivíduo na mesma.

Para as comunidades quilombolas, a educação é esse espaço de reconhecimento de seus modos de vida e da troca e repasse de conhecimento para uma nova geração, a partir da sua narrativa como povo, de seus aspectos históricos e comunitários e da relação com os seus territórios. Não se concebe nesse sentido uma educação que traga no seu currículo aspectos das culturas dominantes como Silva (1999) cita Michel Apple na sua crítica da escola como formadora de uma mentalidade dominada, que cria formas sutis de estabelecimento de vínculos opressores, de tal modo que os oprimidos não se deem conta da situação. Há uma naturalização das formas de opressão.

Silva afirma que para Henry Giroux (1999), o currículo é visto como uma política cultural, e tem relação com a importância de se trazer a cultura para a sala de aula, a fim de devolver à sociedade uma cultura transformada, a partir de reflexão e debate. Para tanto, Giroux defende a ideia dos professores serem intelectuais transformadores da realidade.

Por outro lado, os professores não podem ser vistos como técnicos ou burocratas, mas como pessoas ativamente envolvidas nas atividades da crítica e do questionamento, a serviço do processo de emancipação e libertação. (SILVA, 1999 p. 55)

Paulo Freire sugere a quebra deste paradigma de opressores e oprimidos, pensando uma educação libertadora, com disciplinas que tragam significado para os seus educandos. A educação torna-se política e transformadora.

Foi com esse caráter transformador que em 20 de novembro de 2012, foi aprovada a resolução nº 8, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (DCN):

Uma proposta de educação quilombola necessita fazer parte da construção de um currículo escolar aberto, flexível e de caráter interdisciplinar, elaborado de modo a articular o conhecimento escolar e os conhecimentos construídos pelas comunidades quilombolas. Isso significa que o próprio projeto político- pedagógico da instituição escolar ou das organizações educacionais deve considerar as especificidades históricas, culturais, sociais, políticas, econômicas e identitárias das comunidades quilombolas, o que implica numa gestão democrática da escola que envolve a participação das comunidades escolares, sociais e quilombolas e suas lideranças. Por sua vez, a permanência deve ser garantida por meio da alimentação escolar e a inserção da realidade quilombola em todo o material didático e de apoio pedagógico produzido em articulação com a comunidade, sistemas de ensino e instituições de Educação Superior. (Brasil, 2012, p. 26)

É na pós-crítica que o currículo como narrativa étnica e racial, que contemple a identidade cultural e biológica do indivíduo, para que este venha a encontrar espaço para a própria construção histórica ganha espaço. É preciso, no entanto que o currículo contemple essa diversidade

cultural e étnica, para que as outras visões a respeito da história sejam contempladas.

No campo do currículo, a expressão teorias pós-críticas é utilizada para se referir às teorias que questionam os pressupostos das teorias críticas, marcadas pelas influências do marxismo, da Escola de Frankfurt e em alguma medida da fenomenologia, discussões em que as conexões entre currículo, poder e ideologia são destacadas. Nessa perspectiva, por vezes estabelece-se uma linha do tempo na história do pensamento curricular, como se o currículo tivesse evoluído das teorias tradicionais para as teorias críticas de enfoque moderno e estruturalista para em seguida avançar para as teorias pós-críticas. (LOPES, 2013 p. 09)

Para Carril (2017) a escola não pode mais permanecer atuando perante os seus alunos, ideologicamente, como se todos fossem iguais, reproduzindo um ideal abstrato dos sujeitos, ao mesmo tempo transmitindo uma neutralidade em seus conteúdos curriculares. A educação quilombola avança nesse sentido de acordo com as deliberações da Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2010) que propõe:

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural. (CONAE, 2010 p.42)

As demandas das comunidades quilombolas por uma educação escolar vem se fortalecendo sobretudo como diz Gomes (2012) em torno de uma educação escolar que se realize em âmbito nacional e, de fato, contemple não só a diversidade regional na qual a população quilombola se distribui em nosso país, mas, principalmente, a realidade sócio-

histórica, política, econômica e cultural desse povo. Uma realidade que tem sido invisibilizada ao longo da nossa história educacional.

Em meio a uma educação que ainda produz e reproduz tantos problemas, exclusão, negação, marginalização, reconhecer-se negro e parte de um grupo historicamente excluído, é uma tarefa bastante difícil. Reconhecer –se humano é uma tarefa difícil em meio a toda uma construção social que nega o lugar de humanidade do povo negro. Em pesquisa sobre representações sociais e infra humanização, Lima e Vala (2004), concluem que só são atribuídos traços positivos aos negros quando estes são branqueados. A infra humanização resulta da negação a membros do ex-grupo de determinadas características tipicamente humanas, como os traços naturais positivos (Lima & Vala, 2004, p.12).

Diante do contexto de violência, a construção de subjetividades desses indivíduos, que passa pelo ser negro numa sociedade que ainda não o respeita em suas particularidades, pode ser um processo bastante doloroso e que requer mediações importantes de diversas instituições ou lugares sociais essenciais. Aqui podemos mencionar o papel da escola enquanto uma instituição mediadora importante na construção e formação dos indivíduos, devido a sua potente capacidade de socialização de diferentes pessoas e segmentos étnicos. Para Cavalleiro (2005) a escola tanto pode ser eficiente na socialização do preconceito enquanto arma ideológica de criação e manutenção de privilégios, quanto pode ser um lugar de construção de outra história, onde seja socializado o respeito às diferenças étnico-raciais.

A ausência de uma educação que valoriza as diferenças étnicas e raciais tem muita influência na forma como alunos e alunas negros e negras se reconhecerão. Reconhecer-se negro e entender que as diferenças raciais são produtoras de riquezas, além de desigualdades, é uma tarefa bastante difícil em um contexto onde a discriminação e os estereótipos contra negros são bastantes perceptíveis e devastadores. Para Silva (2005), a invisibilidade e o recalque dos valores históricos e culturais de um povo e sua inferiorização a partir de estereótipos negativos, estigmas, conduzem a população negra, na maioria das vezes, a desenvolver comportamentos de auto rejeição, negação dos seus valores culturais e preferência pela estética e valores culturais dos grupos sociais valorizados nas representações, no caso, o grupo social branco.

Segundo Munanga (2015) a história de um povo é o ponto de partida do processo de construção de sua identidade, além de outros constitutivos como a cultura, os comportamentos coletivos, a geografia dos corpos, a língua e a territorialidade. Não é por acaso que todas as

ideologias de dominação tentaram destruir as histórias dos povos que dominaram. A história da África na historiografia colonial foi contada do ponto de vista do colonizador, ou seja, “negativando” a existência negra, seus conhecimentos, sua estética, sua história e suas culturas. Da mesma maneira, a história do negro no Brasil passou pela mesma estratégia de falsificação e de negação e quando foi contada o foi do ponto de vista dos interesses desse colonizador: homem, branco, europeu, católico. (MUNANGA, 2015, p.31).

Em estudo sobre aspectos do racismo em comunidade quilombola, Santos (2008) discute sobre a formação de identidade positiva das crianças quilombolas, constatando que estas ainda enfrentam inúmeros desafios na escola no que diz respeito a valorização de sua cultura e história, sendo o currículo norteado a partir de uma perspectiva de formação da identidade humana enquanto um padrão branco. Por isso, é extremamente importante que a escola se alie a outras instituições importantes na construção e formação de uma identidade positiva, já que, o conhecimento sobre o pertencimento racial que é adquirido cotidianamente pelas crianças negras, seja na comunidade, na família, ou em qualquer outro processo de socialização importante para o auto reconhecimento e construção da identidade, acaba sendo questionado ou invisibilidade quando a criança entra na escola e está não leva em conta seus valores, histórias de vida, e acaba reproduzindo os valores de uma educação e cultura eurocêntrica dominante.

Para Munanga (2012), a identidade é uma categoria de auto definição ou auto atribuição, que carrega uma carga de subjetividade e de preconceitos em relação aos demais grupos, no entanto, também pode haver uma atribuição de identidade dada pelo outro, o que seria uma hetero-atribuição que também tem efeitos sobre a forma como os indivíduos podem se reconhecer, já que, no Brasil, as categorizações sobre raça se dão principalmente devido as características físicas comumente associados a traços culturais e comportamentais.

Ao se pensar sobre os olhares e atribuições dados ao negros no Brasil, devido à grande carga de estereótipos negativos perante este grupo, e considerando todo o processo histórico de discriminação, os currículos da escola brasileira precisam levar em consideração a necessidade de mudanças estruturais na forma como a educação escolar está sendo conduzida, atentando para que sejam cumpridos os preceitos previstos na Lei 10.639/03, que regulamenta o ensino da história africana e afro-brasileira em todas as escolas da educação básica, bem como na Resolução Nº 08 de 20 de novembro de 2012 que define as Diretrizes

Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. É extremamente importante que a escola preze pela efetivação de diretrizes educacionais que visam combater a desigualdade social e promover a equidade de direitos, levando em consideração os fatores sociais influenciadores (GOMES, 2008).

Moura (2005) argumenta que a educação formal pode desagregar e dificultar a construção de um sentimento de identificação nas crianças e criar um sentido de exclusão para o aluno, que não consegue ver qualquer relação entre os conteúdos ensinados e sua própria experiência durante o desenvolvimento do currículo. Currículo que pode impor uma única forma legítima do saber, negando a existência da diversidade e suas distintas maneiras de se viver.

A implantação de um currículo escolar que valorize e respeite a história e cultura do povo negro depende de muitos fatores que vão além do próprio currículo. Dentre algumas dificuldades está o fato de os/as professores/as ainda não estarem preparados/as para trabalhar com um currículo diverso.

Munanga (2005) defende que a falta de preparação de professores/as para trabalhar com racismo na escola é reflexo da disseminação do mito da democracia racial e do fato da escola brasileira ser produto de uma educação eurocêntrica que é ela mesma reprodutora do racismo, seja de maneira consciente ou inconsciente, e através dos próprios materiais didáticos, práticas relacionais e de exercício de poder na escola e os lugares sociais ocupados por negros/as nas hierarquias estruturantes.

Para Silva (2005), o livro didático apresenta uma visão simplificada e falsificada dos processos históricos, muitas vezes apresentando estereótipos e caricaturas que tendem a colocar lugares de inferiorização, principalmente às crianças negras, que não se reconhecem no livro didático e ainda são expostas a uma ideologia de branqueamento que é internalizada quando essa criança negra tem uma visão negativa de si mesma e uma visão positiva do outro, o branco. Neste caso, os estereótipos têm um papel fundamental, eles alimentam cotidianamente esses lugares hierarquizados e regulam a sobreposição de determinados grupos, interferindo assim, na auto rejeição e baixo autoestima (SILVA, 2005).

Outra deficiência na atuação do/a professor/a referente ao enfrentamento ao racismo na escola, segundo Munanga (2005), é não saberem lidar com situações flagrantes de discriminação, perdendo assim a oportunidade de construir um espaço escolar capaz de valorizar a

diversidade e o respeito enquanto formadora essencial da identidade de cada aluno/a. Somando essa falta de capacidade dos/as professores/as em lidar com as diferenças inerentes aos seres humanos, as falhas dos materiais didáticos e as relações de discriminação que podem ser estabelecidas entre os/as próprios/as alunos/as, a escola acaba tornando-se um espaço excludente, não-inclusivo e isso se revela nas elevadas taxas de evasão escolar e de distorção idade-série de crianças e adolescentes negros.

Pensando ainda em um contexto escolar que pode ser prejudicial para o/a aluno/a negro/a, é importante mencionar a baixa expectativa dos professores em relação a capacidade intelectual desse alunado, o que pode interferir também na maneira como esse aluno se percebe e no seu desempenho escolar, já que isso pode influenciar na autoestima e auto reconhecimento desse aluno (SILVA,2005; RUTLAND et al, 2017).

Em pesquisa sobre o papel do professor na discriminação do aluno negro, França (2017) apresentou aos professores uma redação que supostamente teria sido escrita por um aluno negro e por um aluno branco. Quando apresentava a redação ia também uma foto da criança (branca ou negra). Ao final do estudo foi constatado que mesmo tratando-se da mesma redação, a atribuição de notas foi inferior aos alunos negros, bem como os critérios de avaliação. Aos alunos brancos os critérios de avaliação estavam associados a aspectos que diziam mais sobre inteligência e capacidade de pensar, aos negros, estavam mais ligados ao esforço e a caligrafia.

A escola pode ser um espaço de extrema violência contra alunos/as negros/as em diversos aspectos, seja pela negação da existência do racismo e da necessidade de valorização e construção saudável de diferentes identidades (MUNANGA, 2005) seja pela reprodução desenfreada de padrões, inclusive padrões de beleza, que fazem com que o/a aluno/a negro/a rejeite seu pertencimento racial, sua cor, seus cabelos e outros traços fenotípicos, preferindo e achando mais bonitos os seus colegas brancos (TRINIDAD, 2015; TRINIDAD, 2016).

O ambiente escolar é um importante espaço de construção identitária, de si e do outro, por meio da interação, troca de experiências e contato com as diferenças. Diferenças estas que precisam ser valorizadas e respeitadas, o que faz com que a escola considere o contexto onde está inserida a escola e as particularidades dos/as seus/suas alunos/as. Miranda (2012) coloca como fundamental que a escola reveja sua posição enquanto agente reprodutor de práticas discriminatórias presentes em seu cotidiano e que consiga reconfigurar

sua função social dialogando com os diversos agentes sociais, saindo, assim, de uma lógica de ensino engessada e abrindo mais espaço para as discussões de fatores sociais como as relações raciais brasileiras, por exemplo.

2. TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS DO MUNICÍPIO DE LAGARTO

As comunidades quilombolas de Lagarto, no estado de Sergipe, distante 78km da capital foram reconhecidas pela Portaria nº104 da Fundação Palmares de 16 de maio de 2016. Esse documento reconhece os povoados Crioulo, Campo do Crioulo, Madanela, Saco do Tigre e Pindoba, como território quilombola

As Comunidades quilombolas, sob um ponto de vista identitário, trazem em seus espaços contemporâneos relações culturais vinculadas ao passado. De acordo com Hall (2013), cabe-nos frisar que a cultura resiste, ante as lógicas impostas ocupadas por outros saberes, vistos como superiores. Seus valores ancestrais naqueles espaços, narrativas que permeiam de geração para geração, danças e músicas, rezas, dentre outras práticas não menos importantes são algumas das referências que associamos a esses territórios.

Os movimentos sociais ocuparam um papel de destaque na conquista normativa dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias do Art. 68, da Constituição Federal de 1988 que trata do reconhecimento de ocupação de território brasileiro por comunidades tradicionais quilombolas. Esse foi um passo necessário na tentativa de recomposição histórica de inclusão desse grupo e em face de características culturais específicas. Para tanto, devemos considerar alguns marcos legais, a exemplo da Convenção 169 sobre povos indígenas e tribais, oriunda da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e a Convenção Americana de Direitos Humanos. Estas nortearam o Decreto 4887/2003, que “regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos” (BRASIL, 2003).

Em 2014, o Departamento de Arte e Cultura do município, juntamente com os líderes comunitários dos povoados Campo do Crioulo, reuniu as demais povoados: Crioulo, Madanela, Saco do Tigre e Pindoba, buscando entre eles a organização e o reconhecimento das políticas públicas quilombolas, estabelecendo uma colaboração com os setores públicos do município, entre eles as secretarias de Educação, Assistência

Social, Agricultura, Meio Ambiente e Saúde, como meio de reconhecerem o território quilombola como parte integrante das ações promovidas pelo poder público local.

Reconhecer nas proposituras das alíneas acima um importante espaço de diálogo, frente à análise no campo teórico-investigativo de produções nas comunidades quilombolas, através da qual aferimos um compromisso compartilhado de resistência e inclusão de comunidades tradicionais negras no município de Lagarto.

Todavia, apesar dos avanços descritos, nos processos de inclusão nos programas e nos projetos dos órgãos municipais, visando de uma forma transparente nas ações voltadas na melhoria de atendimento nas comunidades quilombolas. Os processos de auto reconhecimento tem gerado tensões entre comunidades quilombola e o sistema econômico capitalista, que tem relação direta com os setores agropecuaristas, que em sua parcela majoritária tem influência no Campo Político Ambiental, os quais tentam através de articulações deslegitimar as comunidades, a fim de inferir contra essas comunidades e assim obter vantagens quanto aos processos de demarcação.

O ato regulatório advém para garantir a manutenção das comunidades quilombolas a partir da interação entre movimento negro, movimentos sociais e poder público na promoção de políticas de reparação e equidade aos povos tradicionais quilombolas.

2.1- Matrículas e perfil dos alunos

A cidade de Lagarto (Sergipe), a 78km da capital Aracaju, apresenta um recorte geográfico de 968,921 Km², com densidade demográfica de 97,84 habitantes por Km². Está localizado no centro sul sergipano, segundo dados do portal do município, sendo cercada pelos municípios de Macambira, São Domingos e Campo do Brito; ao sul, com Riachão do Dantas e Boquim; a leste, com Salgado e Itaporanga D'Ajuda e a oeste com Simão Dias.

Na rede municipal de educação quatro escolas situam-se em território quilombola são: Escola municipal Antônio Francisco de Jesus(Campo do Crioulo), Escola Municipal Pedro Batista Prata(Crioulo), Escola Municipal Prof.^a Esmeralda Flora de Carvalho Arcieiri (Saco do Tigre) e Escola Municipal João Benício dos Santos(Pindoba), ambas localizadas na zona rural do município .

Na matrícula 2020 foram informados ao Censo Escolar, 64 matrículas na pré-escolar, 89 matriculados no ensino fundamental (1° ao

5º ano) e 133 matriculados no ensino fundamental maior (6º ao 9º ano), perfazendo num total de 286 crianças e adolescentes quilombolas, contudo, os mesmos não foram declarados quilombolas pela falta de informação documentais reconhecendo os mesmos como quilombolas.

Quadro 1 – Quantitativo de matrícula

ESCOLAS	COMUNIDADE	Matrícula		
		ED. INFANTIL	EF – 1º A 5º ANO	EF – 6º A 9º ANO
Escola Mun. Antônio Francisco de Jesus	Campo do Crioulo	22	50	133
Escola Municipal Pedro Batista Prata	Crioulo	14	30	-
Escola Mun. Prof.ª Esmeralda Flora de Carvalho Arcieiri	Saco do Tigre	03	09	-
Escola Mun. João Benício dos Santos	Pindoba	25	-	-
TOTAL		64	89	133

Fontes: Conselho Municipal de Cultura de Lagarto/2020

Vale salientar que a unidade escolar adota, enquanto instrumento de matrícula, um modelo padrão fornecido pela Secretaria de Educação do município, o qual não contempla ferramentas que possibilitem um censo étnico racial e religioso na escola. Os dados do censo escolar realizado no ano de 2020, contemplam apenas o número de matrículas, mostrando em nenhum momento, os dados censitários étnico- raciais, que são de extrema importância para a elaboração e atualização do Plano Político Pedagógico, pois refletem a realidade e propiciam informações para a construção de propostas e metas.

O currículo das escolas carece de uma adequação primordial ao seu desenvolvimento, a afirmação sobre ser ou não uma unidade escolar quilombola, na execução de planejamentos que visem atender as necessidades de uma comunidade quilombola. Em prosseguimento o reconhece que a escola precisa de uma proposta que vise à valorização da cultura afro, bem como afirma necessidade de implementação da Lei nº 10.639/03, visto que a comunidade escolar está localizada em uma comunidade quilombola, os estudantes que reside dentro dos territórios quilombola, e não saíram para fazerem o estudos iniciais fora de sua

comunidade, mostrando assim a importância, porém precisamos adequar o currículo conforme a sua identidade local, valorizando todo conhecimento ancestral e mostrando os valores do conhecimento repassado através da oralidade e saberes e fazeres dos seus mestres, sem perder a essência dos conhecimentos pedagógicos sobre os demais assuntos relacionado ao currículo padronizado, somente acrescentando os conteúdos com sua adequação real dos estudantes, valorizando sua identidade social e cultural.

2.2- Direção e Administração

Em virtude do processo de reestruturação organizacional adotado pelo município, o quantitativo exato da equipe diretiva e administrativa das escolas no território quilombola, acarretando sobre a maioria das escolas toda a demanda sobre as coordenadoras em manterem suas atividades pedagógicas e administrativas, abaixo quadro demonstrativo das equipes diretivas:

Quadro 2 – Quantitativo de equipe diretiva

ESCOLAS	COMUNIDADE	EQUIPE DIRETIVA		
		Direção	Coordenação	Secretário
Escola Mun. Antônio Francisco de Jesus	Campo do Crioulo	01	03	-
Escola Municipal Pedro Batista Prata	Crioulo	-	01	-
Escola Mun. Prof. ^a Esmeralda Flora de Carvalho Arcieiri	Saco do Tigre	-	01	-
Escola Mun. João Benício dos Santos	Pindoba	-	01	-

Fontes: Conselho Municipal de Cultura de Lagarto/2020

2.3- Professores

O quantitativo de docente das escolas no total de 18 professores, distribuídos em dois turnos: matutino e vespertino, nas modalidades de Pré-escolar), Ensino Fundamental I e Fundamental II, sendo que a maioria são residentes dos territórios quilombolas, abertos para uma nova aprendizagem do currículo escolar quilombola, como meio de

transformação identitária e híbrida. Abaixo quadro quantitativo de professores por escolas:

Quadro 3 – Quantitativo de professores

ESCOLAS	COMUNIDADE	PROFESSORES		
		PRÉ-ESCOLAR	ENSINO FUN. I	ENSINO FUN. II
Escola Mun. Antônio Francisco de Jesus	Campo do Crioulo	01	03	09
Escola Municipal Pedro Batista Prata	Crioulo	01	01	-
Escola Mun. Prof. ^a Esmeralda Flora de Carvalho Arcieiri	Saco do Tigre	01	01	-
Escola Mun. João Benício dos Santos	Pindoba	01	-	-

Fontes: Conselho Municipal de Cultura de Lagarto/2020

Dussel (2005, p. 57) pensa o currículo em termos de hibridação contribui para analisar a complexidade dos processos de produção culturais, políticos e sociais que o configuram, introduzindo novas ideias em um campo cujas perguntas foram, muitas vezes, pobres teórica e tecnicamente (por exemplo, buscando formas curriculares puras, “à prova de professores”, ou postulando aplicações simplistas de teorias psicológicas ou sociológicas).

2.4- Funcionários de serviços gerais

As escolas, possuem como funcionários de serviços gerais, possui um quantitativo de 17 profissionais, distribuídos em funções como serventes, merendeiras e vigilantes, contudo seguem uma necessidade em ampliar a demanda de servidores em algumas escolas, para segurança e higienização dos ambientes. Abaixo quadro informativo do quantitativo dos serviços gerais:

Quadro 4 – Quantitativo de funcionários serviços gerais

ESCOLAS	COMUNIDADE	SERVIÇOS GERAIS		
		Servente	Merendeira	Vigilantes
Escola Mun. Antônio Francisco de Jesus	Campo do Crioulo	04	02	03
Escola Municipal Pedro Batista Prata	Crioulo	01	01	03
Escola Mun. Prof. ^a Esmeralda Flora de Carvalho Arcieiri	Saco do Tigre	-	01	01
Escola Mun. João Benício dos Santos	Pindoba	-	01	-

Fontes: Conselho Municipal de Cultura de Lagarto/2020

Como observamos, há necessidade de reorganização em todos os aspectos escolar quilombola lagartense, para ter uma direção educacional dentro do território valorizando sua identidade, religiosidade e cultural. Conforme Dussel (2005, p. 70) A própria noção de currículo pode ser considerada como um híbrido, se a pensamos como o resultado de uma alquimia que seleciona a cultura e a traduz a um ambiente e uma audiência particulares.

Estamos galgando vários obstáculos para uma política pública quilombola de acesso a todos remanescentes lagartense, colaborando com um olhar de dentro para fora, mostrando a importância de se aceitar como negro, ter seus direitos e valorizando sua identidade ancestral.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.** Brasília. Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2015, 35 ed.

BRASIL. **Decreto Federal Nº 4.887 de 20/11/2003.** Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.** RESOLUÇÃO Nº 8, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012.

JUNIOR. Renato Nogueira dos Santos, **Afrocentricidade e Educação: os princípios gerais para um currículo afrocentrado.** Revista África e Africanidades – Ano 3 – n.º 11- Novembro de 2020.

GOMES, Nilma Lino. Desigualdades e diversidade na educação. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 687-693, Sept. 2012.

GOMES, Nilma Lino; RODRIGUES, Tatiane Cosentino. RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA: **a questão racial e a Constituição Federal de 1988.** Educação & Sociedade, [S.L.], v. 39, n. 145, p. 928-945, dez. 2018. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/es/v39n145/1678-4626-es-es0101-73302018200256.pdf>> Acesso em: 02 de julho de 20210.

LIMA. Marcus Eugênio; VALA, Jorge. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. Estudos de Psicologia, 2004, 9(3), 401-411

HALL, S. **Da diáspora. Identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: Humanitas, 2013.

LOPES, Alice Casimiro, MACEDO, Elizabeth(organizadora). **Currículo: debate contemporâneos** – 2ed. – são Paulo: Cortez, 2005. – (Série cultura, memória e currículo, v.2) 2005. P. 55-77.

LOPES. Alice Casimiro, **Teorias pós-críticas, política e currículo.** Educação, Sociedade & Culturas, nº 39, 2013, 7-23.

MOURA, G. Superando o racismo na escola. Organizador: Kabengele Munanga. Brasília, 2ª edição revisada: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNANGA, K. Negritude e identidade Negra ou Afrodescendente: um racismo ao avesso? Revista da ABPN. v. 4, n. 8, jul.-out. 2012.

_____. Superando o racismo na escola. Organizador: Kabengele Munanga. Brasília, 2ª edição revisada: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

_____. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. n. 62. dez. 2015 (p. 20-31)

MIRANDA, S. A. Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro: ANPEd; Campinas: Autores Associados, v. 17, n. 50, p. 369-498, maio/ago. 2012.

PASSOS, Flavio José. **Comunidades Quilombolas e as ações afirmativa: processos e avaliações.** In: EUGENIO, Benedito Gonçalves, Relações Etnicorraciais Olhares Plurais. Relações Etnicorraciais Olhares Plurais, Jundiaí, SP, Paco Editorial, 2014. P. 198-208.

RUTLAND, A; NESDALE; DREW & BROW, S. CHRISTIA. Handbook Of Group Process in Children and Adolescents. Willey Blackwell, 2017.

SANTOS, Ana Cristina Conceição. Escola, família e comunidade quilombola na afirmação da identidade étnica da criança negra. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2008.

SILVA.A.C. Superando o racismo na escola. Organizador: Kabengele Munanga. Brasília, 2ª edição revisada: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SILVA. Tomaz Tadeu da, **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte. Autêntica, 1999.

TRINIDAD, Cristina Teodoro. Construção da identidade étnico-racial: o que as crianças pré-escolares têm a dizer? Editora Realize, Anais VIII FIPED, V. 1, ISSN 2316-1086, 2016.

TRINIDAD, Cristina Teodoro. UM CORPO NEGADO: a importância da Educação Infantil para a construção e a afirmação da identidade étnico-racial de crianças pré-escolares. Revista Eventos Pedagógicos, v. 6, n. 4 (17. ed.), número regular, p. 366-383, nov./dez., 2015.

BREVE HISTÓRIA DE UM ENGENHO ADORMECIDO: SÃO FÉLIX, SANTA LUZIA DO ITANHY-SE (1986-2016)

Cristiane Nunes Alexandrino¹
Débora de Andrade Silva²

RESUMO

O trabalho discorre sobre a história do Engenho São Félix, construído no século XIX, sua inscrição no livro do tombo como Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de Sergipe, como também sua relevância para o município de Santa Luzia do Itanhy/SE, pois sendo um dos mais expressivos monumentos que fez parte do ciclo do açúcar em Sergipe, contribuiu para o desenvolvimento de seu município. Num segundo momento buscamos rastrear o grau de envolvimento dos educadores da disciplina de História com a História Local e se esta é transmitida aos seus alunos como relevância do ensino da história local e o resgate de identidade histórica. Buscamos por fim retratar neste trabalho um perfil já existente da História Sergipana no qual pouco tem conhecimento. O estudo foi conduzido pelos resultados de pesquisas e entrevistas com sujeitos envolvidos com o assunto.

Palavras-chaves: Engenho São Félix, Patrimônio Histórico, História Local, período açucareiro, Santa Luzia do Itanhy

ABSTRACT

The work is based on the history of the Engenho São Félix, built in the 19th century, its inscription in the book of the fall as Historical and Artistic Patrimony of the State of Sergipe, as well as its relevance for the municipality of Santa Luzia do Itanhy / SE. Of the most expressive monuments that were part of the sugar cycle in Sergipe, contributed to the development of its municipality. In a second moment we seek to trace the degree of involvement of the educators of the discipline of History with the Local History and if this is transmitted to its students with the relevance of the teaching of local history and the rescue of historical identity. In this work we seek to portray an already existing profile of the Sergipe History in which little is known. The study was conducted by the results of research and interviews with subjects involved with the subject.

Keywords: São Félix Engenho, Historical Heritage, Local History, sugar period, Santa Luzia do Itanhy

¹ Licenciada em História pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: cris_nunesjr@hotmail.com

² Licenciada em História pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: deborandrade1984@bol.com.br

INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva relatar a História do Engenho São Félix um dos mais impressionantes monumentos arquitetônicos do Período Colonial do município de Santa Luzia do Itanhhy em Sergipe com grande notoriedade na economia açucareira nos séculos XIX e XX. Foi construído pelo Tenente-Coronel Paulo de Souza Vieira em 1848 e desde então a administração passou de geração a geração perpetuando para os demais descendentes o valor histórico e sentimental exposto tanto na mobília rústica e antiga, quanto na arquitetura colonial, reflexo de um período de riqueza no Brasil.

Atualmente o engenho pertence a Gilberto Viera Leite Neto que, com o próprio recurso realiza as restaurações do centenário casarão solicitado pela Secretaria da Cultura contribuindo desta forma para a preservação das raízes culturais da família. O São Félix engenho Banguê de pequeno porte se fez presente no período do auge do açúcar em Sergipe no século XIX com a produção da cana-de-açúcar principal produto de exportação, chegou a dominar o comércio no sul do estado, além do açúcar fabricava mel, rapadura, cachaça artesanal, como também a criação de gado e cultura de subsistência como o milho e o feijão contribuindo para o desenvolvimento do Município de Santa Luzia do Itanhhy.

A escolha pelo Engenho São Félix surgiu na primeira etapa de nosso projeto após a primeira visita ao casarão constatamos que, mesmo tombado como Patrimônio Histórico Material ainda é pouco explorado pela historiografia sergipana, sendo esse um dos aspectos relevantes para retratar a história do São Félix como resgate da identidade cultural dos luzienses buscando por meio da valorização da história local o incentivo a preservação da memória coletiva. O estudo da História Local aplicada em sala de aula é uma ferramenta que ajuda o educando na formação da identidade cultural e para isso o historiador utiliza o resgate da memória, seja ela coletiva ou individual, como ponto de partida para a aprendizagem trabalhando com realidades próximas ao cotidiano do aluno.

A metodologia para nortear nossa pesquisa partiu da investigação, da aplicação de questionários e entrevistas comparando com resultados a partir da coleta de dados. Iniciamos as entrevista com cinco pessoas, dentre estas a tetraneta de Paulo de Souza Vieira - Ana Maria Nunes Espinheira no dia 07 (sete) de fevereiro de 2017 em Aracaju, conseguimos informações precisas sobre o processo de tombamento do engenho além de documentos que comprovou a veracidade dos fatos relacionado à

produção e exportação do açúcar, o engenho chegou a exportar até 6.000 mil toneladas dentre outros fatos relacionados à história do São Félix, a entrevista foi gravada e autorizada para nossa utilização.

Na ocasião entrevistamos o Secretário da Educação de Santa Luzia do Itanhhy Robson Cledson de Jesus Dias no dia 11 de abril de 2017, em entrevista ele nos informa que tem conhecimento sobre o bem tombado e a importância de preservar a valorização histórica.

Nossa investigação sobre os fatos também ocorreu em entrevistas com três (03) professores de História, com o intuito de obter informações sobre visitas dos alunos aos lugares históricos, se ele trabalha ou se já trabalhou em sala de aula o ensino da história local e a preservação do patrimônio cultural do município de Santa Luzia do Itanhhy SE para a formação da memória histórica.

Este artigo se justifica pela relevância de trabalhar a História Local como ferramenta de preservação do patrimônio material contribuindo para a formação de um cidadão crítico capaz de analisar questões sobre sua comunidade partindo dessa premissa entende-se que o envolvimento do professor com a disciplina aproxima o diálogo entre o passado e o presente.

2. ASCENÇÃO E DECLÍNIO DO AÇÚCAR EM SERGIPE SÉCULO XIX

O período Pré-Colonial no Brasil refere-se a chegada da Coroa portuguesa e predomínio da exploração do pau-brasil (1500 -1530), durante os primeiros trinta anos os portugueses não se fixaram nas terras brasileiras. Conta-nos APOLINÁRIO (2010) que o ponto de partida do Período Colonial teve início quando o rei D. João III envia em expedição ao Brasil Martin Afonso de Souza em 1532, com o propósito de habitar as terras na colônia brasileira expulsando os invasores (holandeses, ingleses e franceses), o ciclo do açúcar começou em três das Capitânicas Hereditárias: Bahia, Pernambuco e São Vicente, no litoral paulista, quando Martins Afonso (donatário da Capitania de São Vicente) plantou as primeiras mudas de cana.

A procura pela agricultura canavieira decorre do alto valor no comércio europeu e por ser uma cultura rápida, com o primeiro corte no segundo ano do plantio podendo ser cortada por mais duas vezes, ou seja, depois do plantio a cana-de-açúcar produz durante quatro ou cinco anos até a reforma do canavial, desta forma atrai bons lucros e diminui gastos com o preparo da terra e replantio da cana. O cultivo da cana segundo APOLINÁRIO (2010) deu bons resultados no litoral do Nordeste,

principalmente em Bahia e Pernambuco pela combinação entre o tipo de solo massapê e a localização dos portos próximos às lavouras facilitando o transporte do açúcar.

De acordo com LIMA (2010), a economia nasce nas colônias brasileiras dependendo do comércio exterior viabilizando a colonização e a consolidação do domínio do Estado português na América, os lucros eram divididos entre os colonos ricos e negociantes que aplicavam seus capitais na comercialização do açúcar. A mão de obra utilizada eram os escravos trazidos da África para garantir a produção exigida pelo mercado europeu, à indústria açucareira é característica do colonialismo, isto é, à metrópole desfruta de terras dominadas para buscar lucros e explorar as mesmas em função das necessidades do mercado externo.

A fase açucareira entre os séculos XVI e XVII corresponde ao período em que produção e exportação do açúcar foram as principais atividades econômicas do Brasil provenientes do crescente número de engenhos, que era à base da economia colonial, este fator motivou algumas invasões às terras brasileiras como a holandesa na Bahia e Pernambuco ocasionando insegurança aos senhores de engenhos que temiam perder suas propriedades para os invasores. Os holandeses com ajuda da Companhia das Índias Ocidentais invadem a Bahia em 1624 no intuito de apodera-se de Salvador - sede administrativa da colônia portuguesa como não obteve sucesso partiram para a capitania de Pernambuco em 1630 permanecendo até 1654, quando foram expulsos definitivamente do Nordeste (APOLINÁRIO, 2010).

A agricultura canavieira tornou-se a principal riqueza do Brasil colônia substituindo o pau-brasil, com a expulsão dos holandeses a economia resultou em saldo negativo ocasionando a crise do açúcar no Brasil, os holandeses levaram para as Antilhas no Caribe mudas da cana brasileira passando a produzir açúcar mais barato e de melhor qualidade, o açúcar antilhano chegava à Europa 50% mais barato do que o produzido no Brasil, sendo que a qualidade no refinamento era a vantagem da Holanda sobre Portugal motivando o declínio do comércio açucareiro no Brasil afetando tanto a economia da Colônia quanto a Coroa (APOLINÁRIO 2010).

A capitania de Sergipe Del Rey segundo FEITOSA (2013 apud PASSOS SUBRINHO, 1987) teve início no final do século XVI (1590) com Cristóvão de Barros ao comandar uma expedição militar eliminando as resistências indígenas onde fundou um arraial junto à foz do Rio Sergipe. Um dos objetivos desta expedição era estabelecer domínio português na região em que os holandeses disputavam territórios com os franceses e

consolidar comunicação entre Pernambuco e Bahia. A indústria açucareira em Sergipe teve início na metade do século XVII, após a ocupação de Cristóvão de Barros através da concessão de sesmarias nos vales do Rio Real, Piauí, Vaza-Barris e Cotinguiba. Como relatam SANTOS e OLIVA (1998) a Capitania de Sergipe apesar de produzir açúcar em poucos engenhos construídos no decorrer dos séculos XVII e XVIII, foi somente nas últimas décadas do séc. XVIII que o plantio da cana e a produção do açúcar tornaram-se a atividade dominante promovendo a expansão dos engenhos decorrente da procura do açúcar na Europa.

Segundo NUNES (1989) as construções dos engenhos na Capitania de Sergipe seguiu de forma lenta, no início do século XVII após Baltazar de Ferraz solicitar a primeira sesmaria passou a funcionar três pequenos engenhos, com a ampliação do mercado açucareiro no século XVIII e início do século XIX a produção aumentou de tal maneira que Sergipe d'EL Rei ficou conhecido como o maior entreposto comercial no plantio da cana-de-açúcar passando a desenvolver esta atividade agrícola com as demandas do mercado estrangeiro.

O comércio açucareiro em Sergipe passou por dois momentos importantes: o primeiro com a expulsão dos holandeses, a concorrência do açúcar produzido pelos lusitanos nas Antilhas desestimula os agricultores em continuar a produção além das dificuldades encontradas em ampliar a indústria por falta de recursos para a mão-de-obra, os colonos passaram a investir na criação de gado e na cultura de subsistência como mandioca, coco, milho e feijão. O segundo momento surge para a Capitania de Sergipe como fase de recuperação, ou seja, o mercado açucareiro expande no século XVIII impulsionado pela Revolução Industrial que estende a procura pelo açúcar brasileiro comercializado na Europa com o uso do café, do chá e do chocolate.

[...] a Capitania de Sergipe del Rei [...] contava em 1724 com 25 engenhos apenas, mas, impulsionados pelos lucros, pela prosperidade geral, os canaviais invadiram os vales fluviais, partindo do rio Real, ao sul, atingindo o rio Piauí, o Vaza-Barris, o Poxim, o Cotinguiba, o Sergipe, o Ganhamoroba, o Siriri, o Japaratusba. [...] Em 1759 eram registrados 39 engenhos, em 1798 o número já atingia 140 (contra os 260 existentes no Recôncavo da Bahia) (NUNES, 1989 p.134).

O açúcar representou para a capitania de Sergipe um artigo de muita importância para a exportação resultando nos 700 engenhos construídos no século XIX. A lavoura canavieira era a maior fonte de recursos da província, no Vale do Cotinguiba a produção de açúcar chegava a $\frac{3}{4}$ em ocasião dos 306 engenhos construídos nos municípios de Capela, Laranjeiras, Divina Pastora e Rosário. No vale do Rio Real abrangia 156 engenhos nos municípios de Estância, Itabaianinha, Santa Luzia do Itanhy e Espírito Santo. Em São Cristóvão no vale Vaza-Barris 43 engenhos, no entanto é nos vales do Cotinguiba e Rio Real que a Província se apropria do título de maior produtora de açúcar.

Tabela I – Estabelecimentos Rurais, Províncias de Sergipe-1854

MUNICIPIOS	Estabelecimentos açucareiros	Alambiques	Fazendas de gado	Sítios
Santa Luzia	36	12	2	20
Estância	51	36	36	80
Espirito Santo	24	12	*	200
Campos	1	*	+ de 50	1
Lagarto	18	5	143	–
Itabaianinha	45	17	25	50
Simão Dias	2	*	44	inúm.
São Cristóvão	43	11	12	205

Socorro	20	1	3	56
Divina Pastora	61	3	*	+ de 40
Laranjeiras	66	16	*	vários
Rosário	50	10	*	+ de 100
Capela	129	11	34	Inúm.
Maruim	17	4	*	40
Santo Amaro	10	1	8	46
Itabaianinha	36	7	103	–
Vila Nova	36	9	54	4
Propriá	20	4	52	–
Total	665	129	+ de 566	–

Fonte: ALMEIDA (1965 p. 17).

A autora nos revela que no século XIX a exportação do açúcar estava centralizada nas regiões do Cotinguiba, Rio Real e Vaza-Barris, nesta época os engenhos fabricavam mel, açúcar mascavo e aguardente (a cachaça artesanal nos 129 alambiques da província). Na agricultura de subsistência produziam milho, feijão, arroz, amendoim, algodão, mandioca e fumo abastecendo os mercados internos e a província da Bahia, sendo que essas plantações eram feitas em sítios ou nos próprios engenhos. Nesta época alguns municípios produziam tanto para mercados internos como para o próprio consumo, outros abasteciam os maiores centros urbanos da província de Sergipe como Laranjeira,

Estância e São Cristóvão, no entanto, de toda produção apenas o açúcar branco era exportado.

A Europa começa a investir em novas tecnologias acarretando em atraso na indústria açucareira em Sergipe, sem subsídios para superar as vantagens comerciais do açúcar de beterraba o Brasil perde posições no mercado estrangeiro e aos poucos vão desaparecendo os pequenos engenhos no final do século XIX. O declínio do açúcar em Sergipe advém de diversos fatores como: a concorrência do açúcar das Antilhas que oferecia melhor preço, qualidade e refinamento em relação ao açúcar do nordeste que para chegar à comercialização perdia parte de sua qualidade no transporte; o açúcar de beterraba que fazia frente a produção do açúcar de cana em quantidade, qualidade e preço; a abolição da escravidão no Brasil que fomentou ao senhores de Engenho a perda da mão de obra utilizada na produção do açúcar e também a falta de recursos para o investimento no maquinário para modernização na produção do açúcar .

3. Um Gigante Adormecido, a Breve história do Engenho São Felix em Santa Luzia do Itanhy/SE.

A história do Engenho São Félix dar-se através da união de dois filhos de senhores de engenhos. O engenho poções da cidade de Lagarto de propriedade do fazendeiro e usineiro Coronel Antônio de Souza Vieira e Ana Maria de Jesus, pais de Paulo de Souza Vieira. O engenho Antas em Santa Luzia do Itanhy de propriedade de Raymundo Batista da Costa e Josepha Francisca de Jesus, pais de Joaquina Ermelina.

Antes que esta união se suceder houve o conúbio de Ana com José da Costa Lisboa Júnior, um antigo comerciante da cidade de Estância. Assim Paulo de Souza Vieira passou a frequentar a cidade não só para visitar sua irmã, mas também para fazer negócios. Em uma dessas viagens o Tenente Coronel passa por Santa Luzia do Itanhy e conhece os donos do engenho Antas e também um de seus filhos, Clementino Costa Carvalho. Paulo de Souza Vieira tornou-se amigo de Clementino onde frequentavam ambas as residências um do outro, assim Clementino casou-se com Maria e Paulo com sua irmã. O casamento aconteceu no mês de maio, Joaquina Ermelina com 18 anos e Paulo de Souza Vieira com 25. Sendo o enxoval produzido por bordadeiras e rendeiras da cidade de Estância. O conúbio foi realizado por D. Quirino de Souza no altar da capela do Engenho Antas. Receberam como dote de casamento um

pedaço de terra conhecido como Tum-tum ou São Félix. O pedaço de terra que foi dado a Joaquina Ermelina, resultou do pedido da mesma, pois não desejava ir morar na cidade de Lagarto e ficar longe de seus pais, assim seu pai desmembrou das terras do engenho Antas o São Félix, onde foi construída a princípio uma pequena casa.

Esta propriedade, que era uma extensão das antas, foi comprada por Raymundo Batista em 24 de março de 1817 a margarida de Jesus pela quantia de cem mil réis, e um dos seus donos anteriores foi o capitão Félix da Rosa; talvez daí veio a origem do nome São Félix (ESPINHEIRA, 2011 p. 16).

Também existe na casa grande a imagem do Santo São Félix, não se sabe por exato quem o levou até lá, nem de onde veio. Sabemos que esse santo é originário da cidade de Roma. Acredita-se que Paulo de Souza Vieira o tenha levado para lá após a construção da capela do São Félix, já que possuía o mesmo nome ou até mesmo possa ter sido levado por seu filho Sizenando para homenagear seu pai morto, fato que contaremos mais à frente.

A primeira casa sede do São Félix foi construída antes do ano de 1848. “Paulo Vieira morava com sua família inicialmente na primeira casa-sede da fazenda, que não era muito grande. Resolveu assim construir um grande sobrado e um engenho para moer a cana” (ESPINHEIRA, 2011 p. 18). Dando início à construção do sobrado, sendo feito em determinadas partes em pedra e cal, em outras em taipa, com o total de 30 Janelas envidraçadas. Era comum nas construções do Período Colonial, as casas terem muitas janelas, pois serviam tanto para a iluminação, pois na época ainda não havia luz elétrica como também para observar suas terras ao longe sem sair de casa. Toda a madeira utilizada na construção do sobrado foi retirada das matas do próprio São Félix. A construção foi acompanhada diariamente por Paulo de Souza Vieira, que junto com os escravos seria mais um trabalhador na construção de seu sobrado e se algo não saia de seu agrado mandava desmanchar e reconstruir novamente. Dando prioridade à construção do sobrado deixou para depois a construção do engenho, já que não havia escolhido o local do plantio da cana.

Era mês de julho, época em que aconteciam as chuvas e foi necessário parar a construção do sobrado. “Nos meses de julho e agosto as chuvas vieram fortes e constantes. [...] o Guararema transbordava violentamente [...]” (ESPINHEIRA, 2006 p.18). Nesta mesma época nascia

o primeiro filho de Paulo de Souza Vieira com Joaquina Ermelina. Sizenando de Souza Vieira, que nascera ainda na primeira casa do São Félix. Sizenando viria a ser peça fundamental para dar ainda mais peso a história do Engenho São Félix. Quando as chuvas cessaram, foi retomada a construção do sobrado, relata ESPINHEIRA (2006) que após as paredes de o primeiro andar ter ficado prontas foi feito o piso do segundo andar com tábuas largas e pesadas, para então construir as paredes de taipas com as amarrações sendo feitas de cima para baixo, para que não sobrecarregasse as paredes de baixo. A planta da casa acompanhava o nível do terreno onde o sobrado foi construído, para que não houve rachaduras, “toda a encosta do morro que acompanhava internamente o sobrado de norte a sul recebeu um muro de arrimo, todo em pedra e cal” (ESPINHEIRA, 2006 p.18). Estima-se que a construção do sobrado tenha levado por volta de cinco anos para ser concluída, já que quando terminada a construção Sizenando estava com cinco anos de idade.

O sobrado foi construído num ponto estratégico, onde se aproveitou o desnível da terra. “A casa-grande [...] foi implantada aproveitando o desnível de terreno, com dois pavimentos à frente, que terminam ao fundo, onde o terreno é mais elevado, num único pavimento térreo” (LOUREIRO, 1999 p.24). Isso fez com que se aproveitasse todo esse espaço e quem chegasse pela frente do sobrado pensaria que era uma casa de um único andar, mas que na verdade seria o andar superior da construção.

No pavimento inferior, encaixado na encosta, sob a casa de morada, deve ter funcionado uma espécie de armazém, ou até mesmo a senzala. Seus vãos em menor número que aqueles do andar superior, onde cheios e vazios se equilibram nas fachadas frontal e lateral direita, somando 25 vãos de janelas-guilhotina em caixilharia de vidro, com ombreiras e peitorais em madeiras e vergas em arco abatido, protegidas por duas folhas de madeira de encaixe tipo macho-fêmea, que se abrem para o interior (LOUREIRO, 1999 p. 24).

“[...] os esteios estruturais de madeira denotando o sistema construtivo em taipa de sopapo. A estrutura é rígida, fortemente travejada, de composições retangulares. As águas do telhado, em número de quarto, são extensas e imponentes” (LOUREIRO, 1999 p.24). Podemos ressaltar o estilo da construção do Período Colonial numa época onde não se tinham nenhum tipo de tecnologia avançada para ser

aplicado, e mesmo assim nos deparamos com construções magníficas que teima em manter-se aos dias atuais tão exuberantes quanto dantes.

Sobre origem da senzala ESPINHEIRA (2006) conta que foi construído no meio do morro num ponto plano uma fileira de casinhas em dois arruados para que assim se evitasse a libertinagem. Conta também que a senzala foi construída antes da casa grande. Ainda sobre os compartimentos do sobrado revela que, na parte de cima morava a família e no térreo ficava a cozinha, um armazém, depósitos e posteriormente uma escola.

Em relação à diferença de números de janelas citadas em Espinheira e Loureiro, a escritora e descendente do engenho São Félix, Ana Maria Nunes Espinheira nos disse em entrevista que foi seu tio avô Celso irmão de seu avô Paulo (o segundo) que derrubou quatro janelas por achar grande demais para que sua esposa Fezinha administrasse. Na parte onde foi demolida construíram uma escada que dá acesso a parte superior do sobrado, contando assim são duas escadas, a outra no interior do casarão que leva até os compartimentos inferiores.

O engenho foi construído logo após o término da casa grande, suponhamos a partir da afirmação de que Paulo de Souza Vieira optou por priorizar a construção do sobrado deixando por último a construção do engenho. Também por que os canaviais ainda estavam sendo implantados nas terras do São Félix. “O engenho foi construído alternando tijolos, em algumas partes, pedra e cal em outras e era movido a água” (ESPINHEIRA, 2011 p.18). Foi construído na mesma encosta que o sobrado sendo separados por alguns metros de distância um do outro ao lado do rio Guararema que banha as terras do São Félix, o engenho dominou o comércio de açúcar na região sul do estado, pois segundo ESPINHEIRA (2017) durante o auge do açúcar chegou a produzir de 6 a 8 mil caixotes de açúcar, este era transportado para a Bahia e de lá para a Europa através do porto do Crasto, na própria Santa Luzia do Itanhy, que escoava cerca de 80% do açúcar produzido. O engenho produzia açúcar mascavo que era seco ao sol ainda por escravos. Também no rio Guararema existia um trapiche que ajudava no embarque do açúcar e até hoje o lugar ainda recebe esse nome. A cana que era cultivada no São Félix era a cana caiana que melhor se adaptou as terras. Os caixotes que transportavam o açúcar eram produzidos a partir da madeira extraída das matas do São Félix.

“Durante a visita do Imperador D. Pedro II a Estância, no ano de 1860, foi o Tenente-Coronel Paulo de Souza Vieira designado para comandar o primeiro Batalhão da Guarda Nacional, sob as ordens do

Comandante Geral Joaquim Martins Fontes” (ESPINHEIRA, 2011 p. 18). Recebeu fardamento novo para usar em solenidades. Dois anos depois de ser patenteado, por uma fatalidade veio a óbito, ao tentar consertar a roda d’água do engenho, a escora que a sustentava despreendeu, atingindo-o em cheio na nuca, sucumbindo instantaneamente.

[...] foi Paulo Vieira atingido pela roda d’água que estava a consertar e que movia o engenho, veio a falecer em 18 de fevereiro de 1862, aos 40 anos, às 18:00h e seu funeral teve a maior pompa que a cidade podia dar. Ele foi amortalhado militarmente. A oração fúnebre por ocasião do aniversário de sua morte, um ano mais tarde, foi recitada por Brício Maurício Cardoso, e a oração da saudade foi feita e recitada por Pedro Calazans (ESPINHEIRA, 2011 p.19).

Com a morte do Tenente-Coronel ficou viúva Joaquina Ermelina da Costa Souza aos 33 anos de idade e órfãos seus seis filhos. No estado da Bahia, mais precisamente no município do Conde, residia no Engenho Santa Sofia do Rio Branco, João José de Oliveira Leite que havia ficado viúvo de dona Izidoria no ano de 1860, tendo também seis filhos. Sabendo então que na vila de Santa Luzia, no vizinho estado de Sergipe, tinha ficado viúva uma fazendeira, ainda moça e também com seis (06) filhos decidiu ir conquistar a jovem viúva. Com sua comitiva foi até o sobrado, ficando em baixo de um grande pé de jenipapo, a viúva ao notá-lo convidou-o para descansar em sua residência. Seis meses depois que se conheceram casaram-se, tendo desta segunda união dois filhos: o bacharel José de Oliveira Leite e Ana Leite Moreira de Oliveira.

De fato, que a união dos dois não foi aceita de imediato pelo filho mais velho de Joaquina Ermelina, Sizenando. Conta à escritora que mesmo com as investidas de aproximação de João José, Sizenando não baixava a guarda. João José também era Tenente-Coronel, nomeado no ano de 1848. Em 23 de julho de 1858 por decreto imperial, foi promovido a Coronel comandante superior da guarda Nacional do município do Conde, tendo neste posto prestado serviços ao Império por ocasião da Guerra do Paraguai.

[...] aliciando voluntários com sacrifícios até de sua própria fortuna, recebendo depois, da coroa, a título de gratidão, a Comenda da Ordem da Rosa, por decreto Imperial de 21 de outubro de 1874. A Comenda da Ordem da Rosa foi criada em 1829 por D. Pedro I, em comemoração ao aniversário de

casamento com a austríaca dona Amélia. Em 11 de julho de 1888, foi ainda agraciado pelo Governo Imperial com o título de BARÃO DO TIMBÓ (ESPINHEIRA, 2011, p.22).

Sizenando e Adelaide logo fizeram amizade, eles viviam brincando de esconde-esconde no sobrado com os outros irmãos e assim o namoro começou. Quando Sizenando completou 18 anos e Adelaide 15, casaram-se, no dia 14 de julho 1866. Eles não foram os únicos a se unirem. Olímpio César filho do Barão com Josefa filha de Joaquina e João José também filho do Barão com Maria filha de Joaquina Ermelina. Após o consórcio de Sizenando e Adelaide o restante da família voltou a morar no Engenho Santa Sofia no município do Conde. Sizenando recebeu do sogro a direção do engenho, do qual se tornou depois de certo tempo proprietário, dedicando-se exclusivamente ao trabalho da lavoura e da cana de açúcar, não ocupando nenhum cargo político por ser de todo avesso à política. Mas de toda forma Sizenando entrou na Guarda Nacional no ano 1867, por indicação de João José e no ano de 1872 foi nomeado Major Ajudante de Ordens do Comando Superior.

Com o passar do tempo Sizenando foi comprando partes do São Félix que pertenciam aos seus irmãos e também a sua mãe e padrasto. “Em 16 de julho de 1877, Sizenando comprou a metade do São Félix a sua mãe e ao padrasto, por 19 contos de réis, sendo nove em dinheiro vivo e dez em letras de 1.250 réis cada, no prazo de 1 a 8 anos [...]” (ESPINHEIRA, 2011 p. 27). Sendo assim “[...] com essas aquisições o “São Félix” ficou com mais de quatro mil tarefas, sem contar com os mangues” (ESPINHEIRA, 2006, p. 103). As terras do São Félix haviam aumentado ainda sobe o comando de Paulo de Souza Vieira, que foi comprando sítios vizinhos e terra de heranças que eram próximos ao São Félix, assim ia aos poucos deixando de ser aquela pequena propriedade. Em 1890 o engenho ainda era movido a água, neste ano, foi feito um empréstimo para torná-lo a vapor. O empréstimo foi de 12 mil réis, a juros de 6% ao ano, sendo feito no estado da Bahia. Com este empréstimo o engenho teve muitas melhorias, máquina a vapor para espremer a cana, fornalha com quatro tachas grandes com fôrmas de madeira, alambique para cerca de 18 a 20 camadas diárias e sete palmos de mel no tanque de madeira.

Da união de Sizenando e Adelaide renderam 15 filhos, com o consentimento de todos seus filhos, ele vende o engenho ao seu filho Paulo de Souza Vieira, que recebeu o mesmo nome do avô. Sizenando e

Adelaide mudaram-se para a Cidade de Estância, em 1916 na ocasião de suas bodas de ouro e passa a residir na casa que foi de José da Costa Lisboa Júnior até o final de suas vidas. Soube a administração de Paulo de Souza Vieira, filho de Sizenando, no ano de 1909 o engenho ainda era movido à água e o açúcar seco ao sol, não se tinha mais escravos, pois os mesmos já haviam sido alforriados pela lei Áurea em 1888, durante esse período o São Félix era arrendado por ele. Em 1920 efetuou a comprar do engenho São Félix, transformando-o em usina, comprando toda a maquinaria importada da Inglaterra, o que custou ao todo 36 contos de réis. Em 1921 depois da usina pronta foi residir em Aracaju com toda a família. Em 1922 arrendou o São Félix ao seu irmão Celso por 11 anos. Em 1933 arrendou por 11 anos o São Félix para seu sobrinho Lauro Costa Leite. Logo depois seu filho Paulo Vieira passou a dirigir a usina, durante dez anos. Em 1955 a usina passou à direção de seu outro filho Gilberto Vieira Leite, com quem veio a parar de moer no ano de 1961, por ter se tornado uma usina deficitária.

Em 1997 Paulo Vieira Martins Futuro herdou a sede do São Félix através de sua mãe, Maria Elza, filha de Paulo de Souza Vieira o filho do Major Sizenando. No ano de 2003 vende a sua parte para Gilberto Vieira Leite Neto, que é tetraneto de Sizenando. Gilberto Vieira Leite Neto é hoje o atual dono do Engenho São Félix, figura importante na história do Engenho, pois foi quem promoveu a reforma do casarão, evitando que sua construção se tornasse ruínas. O Engenho São Félix produzia além do açúcar, que era sua fonte de renda, também a cultura de subsistência, servindo para o sustento dos moradores da fazenda. Hoje o São Félix produz o coco que melhor se adaptou nas suas terras e a criação do gado.

Observamos que o São Félix foi administrado em todo o seu tempo ou na maioria dele por descendentes do sexo masculino que em sua maioria carregavam o mesmo nome. Concluimos assim, que seria uma forma de perpetuar não somente a linhagem da família, já que se casaram com primos, mas também uma maneira de continuarem vivos na posteridade, dando os seus nomes a filhos e netos, fato que se comprova com a frase que uma das herdeiras do São Félix trás em seus livros, “Para a ciência, existe a imortalidade, aquela que é levada pelos nossos filhos de geração em geração é a imortalidade genética” (ESPINHEIRA, 2011).

4. De engenho, a Patrimônio Histórico.

Os engenhos representaram por muito tempo o poder econômico na colônia, as fazendas que também produzia açúcar recebiam o nome de engenho, característica de uma sociedade escravista no Brasil Colonial. No engenho havia a casa grande, “casa grande”, uma construção que esbanjava luxo na qual residia o senhor das terras, dono dos escravos e detentor da riqueza; a senzala, pequenas habitações com estrutura rústica e simples destinada aos homens livres e aos escravos; canavial, moendas e rio que desempenhava uma função importantíssima, servia tanto para o transporte do açúcar quanto para irrigar o plantio e movimentar a moenda.

Com o passar dos séculos esses engenhos tornaram-se inoperantes, muitos deles em ruínas ou até mesmo não mais existindo. Havendo a necessidade da preservação dessas construções históricas as quais narram um período riquíssimo das nossas origens, foi necessário que se criasse uma lei para protegê-las, “nesse sentido, o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, é o primeiro instrumento legal de proteção do patrimônio nacional no Brasil e nas Américas. Seus preceitos fundamentais se mantêm atuais e em uso até os nossos dias” (IPHAN, 2009 p.04).

O engenho São Félix, palco de uma das mais belas histórias narradas no Estado de Sergipe, fora indicado através da Academia Sergipana de Letras a Patrimônio Histórico de Sergipe por intermédio do então presidente Urbano de Oliveira Lima Neto, por meio do ofício nº 13/81, em 10 de março de 1981³, a Secretaria Estadual da Cultura que tinha como seu presidente Luís Fernando Ribeiro Soutelo. Tendo este aceito à indicação e dado continuidade, através do ofício nº 96/81/GP/CEC solicitando ao engenheiro Carlos Fernandes de Melo Filho – diretor geral do departamento de edificações públicas no Estado de Sergipe – em 01 de abril de 1981 um arquiteto vinculado ao núcleo de patrimônio histórico e artístico para proceder em um levantamento do imóvel. Em 02 de julho do mesmo ano é enviado em anexo através do ofício nº 243/81 o memorial da análise técnica elaborada pelo Núcleo de Restauração, que em umas de suas falas dizia:

³ Preservação/Processo de Tombamento do sobrado da Ex-Usina São Félix em Santa Luzia do Itanhy nº protocolo 020/81 Secretaria de Estado da Cultura SEC.

Obs.: documentação consultada/localizada no acervo documental da Diretoria do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural/ DPHAC

O conjunto arquitetônico da antiga USINA SÃO FÉLIX, em Santa Luzia do Itanhý-Sergipe, é formado por edificações com características de composição relativamente distintas entre si, porém de valor inestimável como acervo cultural representativo dos antigos engenhos de açúcar construídos em Sergipe. Tanto na solução geral do partido arquitetônico, como também na apresentada por cada estrutura isoladamente (PRESERVAÇÃO/SE).

Essa consideração técnica ajudou a enfatizar ainda mais o valor não somente arquitetônico da Ex-Usina São Félix, mas também no sentido de Patrimônio Cultural e Material de Sergipe pois sua expressividade ultrapassa o contexto histórico no qual está inserido dando-nos boas novas da história dos nossos antepassados. “Há duas coisas num edifício: seu uso e sua beleza. Seu uso pertence ao proprietário, sua beleza, a todo o mundo; destruí-lo é, portanto, extrapolar o que é direito” (FONSECA, 2005). Com o tombamento da Ex-Usina São Félix tornou possível a sua preservação assim como o conhecimento de sua história e da qual ela está inserida através do processo CEC nº 20/81, endereçado a Academia Sergipana de Letras, o relator conselheiro, Luís Fernando Ribeiro Soutelo diz no quinto parecer:

Analisei cuidadosamente, criteriosamente a luz das informações e documentos obtidos, a proposta da Academia sergipana de Letras peça inicial desse processo, no sentido de declarar o solar da antiga usina São Félix como monumento de interesse histórico e artístico, decretando o seu tombamento na forma da lei nº 2.069, de 28 de dezembro de 1976 (PRESERVAÇÃO/SE).

O relator manifestou-se favorável a decretação do tombamento da Ex-Usina assim como a todo conjunto formado pelo edifício da usina (antigo engenho) e da casa dos trabalhadores. Através da lei nº 25 de 1976, vedando fazer qualquer construção na vizinhança do bem tombado que empeça a visibilidade ou reduza o estilo, a estética e tão pouco colocar anúncios ou cartazes sob pena ou multa de 50% sob o valor da

obra. Sobre o decreto nº 6126⁴ de 06 de janeiro de 1984, foi declarado para fins de inscrição e tombamento, a preservação da Ex-Usina São Félix, assinado pelo então Governador do Estado de Sergipe, o Senhor João Alves Filho que no uso das suas atribuições declarou o solar da Ex-Usina São Félix como Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de Sergipe.

No art.1º parágrafo único sobre o decreto de tombamento nos revela que o conjunto ficará sob a proteção e vigilância do poder Público Estadual por intermédio da Secretaria de Estado da Educação e Cultura nos termos da lei nº 2.069 de 28 de dezembro de 1976. Após o tombamento foram feitas restaurações em todo o conjunto supervisionado pela arquiteta Ana Luiza Prata Libório. No relatório de visita nº 04/2012 Ana Luiza relata sobre a conservação do bem tombado que naquele ano apresentava nas fachadas trechos enegrecidos, marcas de umidade, perda da camada pictórica e reboco desagregado principalmente em locais expostos às intempéries e próximo ao solo. Sobre a cobertura descreve que estava bem conservada e que tinha sido restaurada recentemente. Em relação ao interior do monumento encontrava-se em ótimo estado de preservação, os assoalhos de madeira, rodapé, forros, esquadrias e ladrilhos foram inteiramente recuperados e/ou reconstruídos. No térreo o piso reconstruído e algumas paredes apresentam a sua estrutura à vista. Em relação à Antiga Usina o relatório da análise técnica de 2009 fala que os vestígios da antiga usina também a chaminé não havia entrado no processo de restauração, mas que o dono os mantinha em permanente manutenção.

Podemos afirmar que o Engenho São Félix é uma das mais belas construções do período colonial não só por fazer parte da História sergipana, mas por guarda-las impregnadas em seus traços arquitetônicos a materialização da nossa identidade cultural. Ao torna-se Patrimônio Histórico Material de Sergipe o Engenho São Félix transformou-se em guardião das nossas tradições, das culturas e dos saberes e tudo que envolve a História e o que nos representa quanto disciplina, conhecer o São Félix é resgatar, preservar e compreender tradições e vivências daqueles que escreveram a própria História.

⁴ Decreto de Tombamento da Ex-Usina São Félix, encontrado na Secretaria de Governo (SEGOV)

5. Desafios ao Ensino de História Sergipana em Valorizar os Locais de História.

Manter vivas as construções do passado já são de todo um passo muito importante para a preservação da História sergipana e sobre construções antigas Sergipe é de fato rico no quesito arquitetura colonial. Preservar nosso patrimônio cultural é promover a valorização da nossa identidade, é propiciar o resgate à memória de um tempo que já passou. No tocante lembrar-se de algo é coisa fácil, mas lembrar do que não vivemos se torna tarefa quase impraticável pelo fato de não termos vivido em outra época, com outros costumes, modos de pensar e falar diferentes dos dias atuais e os “locais de história” nos ajudam a trazer de volta, mesmo que nas nossas mentes, um período glorioso da história vivenciado por nossa gente.

Ensinar história é um grande desafio e para os mestres requer preocupação em como despertar nas crianças e jovens o gosto pela leitura. Sabemos que as maiores queixas estão relacionadas em “estudar sobre quem já morreu”. Podemos afirmar que o melhor jeito de unir conhecimento e história seria de fato fazer com que o mesmo pudesse vivencia-la de forma plena, ou seja, poderia acontecer com a valorização dos locais de história, locais estes que guardam realmente a História na sua forma mais pura e verdadeira de ser, onde o antigo fala através das imagens e o novo se encontra onde dantes estava perdido. O estudo da história local ajuda o pesquisador a compreender fatos que ocorreram em sua localidade através da História Oral onde os moradores mais antigos da localidade transmitem seus conhecimentos resgatando deste modo as memórias produzidas em épocas distintas, assim compreendendo seu passado ainda latejante em sua região. Analisar os acontecimentos da sua própria localidade eleva a valorização e preservação da História Social e Cultural.

Considerações finais

Este trabalho teve como ponto de partida o estudo sobre o Engenho São Félix em Santa Luzia do Itanhy SE, construído no século XIX com expressiva liderança na economia açucareira até metade do século XX, além de exportar açúcar atuou em outras áreas como a cultura de subsistência e criação do gado chegou a exportar até 6.000 toneladas de açúcar mascavo.

O casarão reflete em sua arquitetura colonial traços de um período de riqueza no Brasil, sinônimo de trajetórias de duas famílias centenárias o “Souza Vieira” e “Leite”, que mantém viva a história dos seus ancestrais com a preservação do Patrimônio Histórico interligando o passado com o presente. Preservar o patrimônio histórico cultural tanto contribui para o exercício da cidadania quanto para formar cidadão responsável pela perpetuação da história e dos valores patrimoniais. Partindo desse pressuposto surgiu em nós uma inquietação, o atual administrador Gilberto Vieira Leite mantém em perfeito estado de conservação o que podemos considerar como “museu vivo”. O São Félix resiste ao tempo e ao esquecimento.

Diante do contexto histórico em que envolve o São Félix, destacamos a importância da preservação da memória vinculada ao ensino de História com o da História Local como mecanismo para reconstruir a identidade cultural de uma comunidade estabelecendo vínculos com gerações passadas. Para o historiador o Engenho São Félix representa uma interação entre passado e presente e conhecer nosso passado são requisitos importantes para valorizar e preservar a cultura.

É bem verdade que o estudo da História Local promove ao discente uma análise crítica e discursiva sobre o lugar onde vivem, e para o município de Santa Luzia do Itanhy SE o ensino de História reflete no resgate de culturas que parece estar esquecida. Recordar o passado é necessário para alicerçar a identidade individual ou de um grupo, porém só recordar não torna a identidade preservada, é preciso que o historiador busque mecanismo de ensino para que essa recordação possa se consolidar.

É importante o ensino de História relacionar identidades individuais, coletivas e sociais com o estudo histórico possibilitando ao discente uma reflexão sobre relações entre indivíduos e o mundo social, entre histórias e memórias.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Gloria Santana de. Estrutura de Produção: A crise de Alimentos na Província de Sergipe (1855-1860). **REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, Nº27,1965-1978

ALMEIDA, Maria Glória Santana de. **Nordeste açucareiro**: Desafios num Processo do Vir-A-Ser Capitalista. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 1993.

APOLINÁRIO, Maria Raquel. **Projeto Araribá História 7º ano**. São Paulo: Editora Moderna, 2010.

BARROS, Carlos Henrique Farias de. **ENSINO DE HISTÓRIA, MEMORIA E HISTÓRIA LOCAL**. Disponível em:<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/junho2013/historia_artigos/barros.pdf>. Acesso em 07 de outubro de 2021.

CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães (Org.) **FISCALIZAÇÃO**: Orientação para usuários de bens tombados. Aracaju. IPHAN,2009.

COTRIM, Gilberto; Rodrigues, Jaime. **Saber e fazer História 7º ano**. São Paulo, Editora Saraiva, 2012.

ESPINHEIRA, Ana Maria Nunes. **SIZENANDO E ADELAIDE**. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade. 2006

ESPINHEIRA, Ana Maria Nunes. **ENGENHO SÃO FÉLIX**:Sua História e a dos seus escendentes. Aracaju/SE: Gráfica J. Andrade.2011

FEITOSA, Cid. O. **ECONOMIA SERGIPANA**.Disponivel em:<<https://www.eumed.net/libros-gratis/2013/1244comlexo-economico-sergipano.html>>. Acesso em: 10 de outubro de 2021.

LOUREIRO, Katia Afonso Silva. **ARQUITETURA SERGIPANA DO AÇUCAR**. Aracaju,1999

MARQUES, Adhemar; BERUTTI, Flávio.**Caminhos do Homem**. 2ª Ed. Curitiba: Base Editorial.2013

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial I**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro LTDA.1989

PASSOS SOBRINHO, Josué Modesto dos. **Reordenamento do Trabalho**:Trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste Açucareiro.Sergipe 1850-1930. Aracaju:Funcaju, 2000.

RISÉRIO, Antônio. **UMA HISTÓRIA DO POVO DE SERGIPE**. Aracaju: SEPLAN, 2010

SANTOS, Lenalda Andrade; OLIVA, Teresinha Alves de.**PARA CONHECER A HISTÓRIA DE SERGIPE**. Aracaju: Opção Gráfica, 1998

SOUZA, Antonio Lindvaldo. **TEMAS DE HISTÓRIA DE SERGIPE II**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2010.

ANEXOS



Primeira casa do Engenho São Félix, construída antes do ano de 1848.



Fonte: (PRESERVAÇÃO/SE), Engenho São Félix no ano em que foi tombado.



Santo São Félix.





Engenho São Félix após restauração.



Rio Guararema após chuva de março de 2017.



Vestígios da antiga Usina, chaminé do São Félix.



Objeto decorativo.



Cristaleira.



Escrivaninha do período colonial.



Fonte: ESPINHEIRA (2011), fotografia do Barão e da Baronesa do Timbó, pintado por Horácio Hora, que atualmente está no Museu Nacional do Rio de Janeiro.



Ana Maria Nunes Espinheira e o esposo José Hora.



Secretário da Educação de Santa Luzia do Itanhhy SE,
Robson Cledson de Jesus.



Professora Josefa Henrique dos Santos.



Professor Zacarias Francisco dos Santos.



Professor Moisés Augustinho dos Santos.

ACERVO PARTICULAR DE ANA MARIA NUNES ESPINHEIRA

Falecimentos

Falleceu na Villa de Santa Luzia no dia 18 de Fevereiro proximoamente findo o Tenente Coronel Paulo de Souza Vieira Albuquerque e sua mulher prometida de longa - Uma pessoa mortal que recebeu de uma creca subitamente dependida da vida de seu Enxerto, que se achava em ponto de morrer a vida instantaneamente sua pobre familia o chora amargamente, e com ella seus numerosos amigos - O falecido occupou o posto de Tenente Coronel do Batalhão da Guarda Nacional d'aquella villa, e exercia tambem ha muitos annos o cargo de Delegado do exercito d'essa occupação publicas não conta que jamais se desligare da renda da honra, da prohibição, e do dem.

(Correio Insigilante - 5 de março de 1862)

Logo eu Miguel Pires da Comarca, univista mester
 Alcaerje Maria que entre omniae bonis q' p'pocionis de
 vicia, derelictos, he bem alicum bono Cito deterra de
 modo Tenda e de morang que a' de Erancia da de foz
 montã May Maria da Comarca, de clareado e esta terra de
 divide eudous Jimboons, hoom he demou Sobredito Pã
 que tao bem foi herdeiro, e ja esta a parada do Cito Non
 dora, e ja deste, que erudamoy aob. Antorio Pinto de A.
 deudo pelo p'poco entre nã Selebado de lincoerta m'ly
 e por hum Nicobido a foz de este, ficando eha Com p'pocion
 obrigado a parã a Cita de S. A. B. Cajo Cito deterra
 g'ha da terra do Cito de nome m'ado Bandeira f'cio a
 ma Guarana e the topar Conterra da foz. e foz de
 Poro e dahi sebotara hum treveca' Com Lume de Norte a
 the dar nasbeira do mesmo Cajo Bandeira Cajo de
 afizem de d'ona e v'ntade sem Constrangim' de p'pocion
 e m'ly p' q' n'g'erem osorom herdeiro em tempo algum a
 p'poco annullar m'ortade deste que se p'pocion, e n'g'
 brigamoy a todo tempo de fozer boa e v'ntade, no caso de
 d'p'ocion de v'ntade, que p'poco Sobredito Lir, e n'g' e l'v'v'v'v'v'v'
 f'zidimoy a Ato' Fran' docto' que este n' n'g' gravam' e
 me d'ignu' de m'ou Signat' e f'zidimoy q' he h'v'v'v'v'v'v'
 e f'zidimoy a m'aj' de abajo e f'zidimoy, Cito de v'ntade
 de 8 de Jan. de 1817 Signat' de Miguel Pires da Com.
 Assigno a Cajo de v'ntade Maria
 Ato' Fran' docto' Lir
 e f'zidimoy Lir Pires Manoel Jose de f'zidimoy

**UM ARTÍFICE DA PALAVRA:
ASSUERO CARDOSO BARBOSA EM O ESPECTRO NO ESPELHO (2005)**

Daynara Lorena Aragão Côrtes¹

RESUMO: O presente trabalho tem como base a análise de *O Espectro no Espelho* (2005), do Assuero Cardoso Barbosa. Por representar a prosa nos trajetos do escritor uma singularidade, uma vez sendo o gênero poema o segmento de maior notoriedade, buscou-se apresentar o lagartense sob um novo prisma. Desse modo, tratando-se de um livro de contos, organizado em dez narrativas, amparamo-nos, sobretudo, nas pesquisas desenvolvidas acerca do gênero e seus elementos estruturantes por Maria de Lourdes Patrini (2005). Consideramos, por meio das reflexões suscitadas pela pesquisa, que o contista forja novas formas de representação, fazendo uso de anedotas do cotidiano sem deixar de lado o timbre poético.

PALAVRAS-CHAVE: Contos; Literatura Sergipana; *O Espectro no Espelho*; Assuero Cardoso Barbosa.

¹ Graduada em Letras Português pela Universidade Federal de Sergipe (2018). Mestra em Letras Estudos Literários pelo Programa de Pós-graduação em Letras da mesma instituição (2020). Atualmente, cursa Pedagogia pela Universidade Tiradentes (EaD/UNIT).

Considerações iniciais

*“Talvez tantas palavras
Fossem nossas mãos
À base dos alicerces”
(BARBOSA, 2009, p. 58)*

Sergipano, filho do municio de Lagarto, Assuero Cardoso Barbosa traz em sua produção pés bem fixados no chão, mas ao mesmo tempo asas que alcançam a teia da literatura contemporânea nacional. Os versos utilizados como epígrafe, do poema “Construção”, presente em *A Cerca de Vidro* (2009), explicitam bem a importância da poesia na vida do autor. O lagartense possui uma vasta obra e um rico repertório em referências. No campo da atuação profissional e artística, além de poeta, é professor e ator, dialogando, também, com o gênero teatro.

Por ser de uma região com referências notáveis, a exemplo do Sílvio Romero (1851-1914) e Laudelino Freire (1873-1937), entre outros, em suas falas públicas e em encontros de prosas cotidianas com o povo, o poeta constantemente faz menção ao legado deixado por gerações que o antecederam sem deixar, evidentemente, de marcar o seu lugar como um intelectual ligado às raízes. Acima de tudo, um propagador da leitura, considerando essa indispensável na formação da juventude.

Assuero Cardoso Barbosa, filho de Ataíde Cardoso Barbosa e Higino Barbosa do Espírito Santo, nos idos dos anos de 1980 encontra no II Concurso de Poesia Falada de Lagarto uma oportunidade de apresentar sua poesia, sobretudo, o que escreveu *in memoriam* do amigo Jerônimo Almeida, de título “Não aceitamos débeis mentais”, assim referido por Claudefranklin Monteiro. Logo, a partir desse evento, lançou-se ao município como figura de destaque, iniciando sua energética carreira literária pública até os dias atuais. Nota-se a atuação como membro fundador da Academia Lagartense de Letras em 2013, cuja cadeira nº 2 faz menção ao já mencionado Laudelino Freire.

Do mesmo ano, o poeta lança *Lagarto em versos e trova* que, mais uma vez, evidencia a expressão inicial dos pés fixados em solo lagartense. Entre inúmeras participações em antologias e lançamento de livros autorais, trazendo à luz da contemporaneidade sua antologia, destacamos *Um quarto de hora* (2014), obra poética erótica que destaca uma inaugural faceta capaz de despertar os desejos sinestésicos, mais humanos e viscerais.

O eu lírico, na segunda de seis estrofes, enuncia no poema “Rascunhos”: “O poeta rabiscou a minha vida/ No teu beco profano e divino/ No atalho estreito e carcomido/ Das palavras ser, prazer e dor.” (BARBOSA, 2014, p. 66). Assim, o lagartense concatena o desejo duplo, fazendo-nos rememorar Roland Barthes introdutoriamente em *O prazer do texto*: “A escritura é isto: a ciência das fruições da linguagem, seu *kama-sutra* (desta ciência, só há um trabalho: a própria escritura)”. (BARTHES, 1987, p.11).

Guiado sob o signo dessa fruição, desde os seus primeiros textos, o autor também de *O Espectro no Espelho* (2005) dilui sua bagagem de referências por meio do conhecimento de autores e autoras da literatura canônica assim como do circuito sergipano literário. Especialmente na obra citada, vale mencionar o desafio de escrever em prosa uma obra que beira o cotidiano acidental e a vida comezinha, mas que traz em seu bojo o afinco filosófico próprio da identidade do poeta.

Destarte, escreve o autor em nota prefacial: “Eis-me aqui, perante o deslumbramento do novo, do desafio, da criação. Entre o real e o fictício fiz a comunhão de algumas palavras que, dividindo as mesmas ideias, foram gerando pequenas histórias que ora exponho a vocês.” (BARBOSA, 2005, p. 3). O rebento em meio à vasta produção poética não somente diversifica a atuação do Assuero Cardoso Barbosa como também traz uma nova expressão dos dramas diários narrados em prosa. Desse modo, o adjetivamos como “artífice da palavra” dado o trabalho modelador com as letras, sobretudo, nos dois diferentes gêneros literários, o poema e o conto.

As análises das dez narrativas presentes em *O Espectro no Espelho* encontram-se, pois, destrinchadas nos parágrafos a seguir do ponto de vista dos elementos narrativos (enredo, narrador, personagem, tempo e espaço). As reflexões realizadas corroboram na valorização da escrita literária do autor e no exercício de investigação da literatura contemporânea tecida no estado sergipano.

I. Sucintas reflexões acerca da tradição literária do gênero conto

Revela-nos Maria de Lourdes Patrini que o gênero conto emerge da tradição oral. As suas considerações encaminham-nos para a compreensão da herança literária em uma das suas formas mais antigas, pois ela constitui um dos meios mais longínquos de transmissão. Como força vital, o gênero é capaz de nutrir experiências, afastando-se, portanto, da vida mesquinha ou, em suas palavras, “mediocre”. Todavia,

introdutoriamente, vale questionar: sendo o cotidiano a matéria central da escrita literária, como analisar essa expressão artística?

As narrativas encontradas em *O Espectro no Espelho* dialogam diretamente com o habitual, o acidental dos dramas diários. Nesse sentido, Assuero Cardoso Barbosa reverte o signo. Como contista, ele evidencia as diversas facetas do gênero e desvela o fato do conto se voltar à realidade inaugurando uma nova maneira de enxergá-la e senti-la. Corroborando nessa ótica interpretativa, prefacia Valdiêr Oliveira César: “ele [Assuero Cardoso Barbosa] consegue, sem embaraços, estabelecer, de forma sutil, o imprescindível elo sintônico entre variadas figuras, reais ou fictícias, e o leitor. É quando extravasa invulgar perspicácia e sensibilidade para atingir seu limite de arte no entretenimento do relato.” (2005, p. 2).

Decerto, a ligação entre o estado das personagens com a harmonia do meio social que vivem e, ao mesmo tempo, as acomete exibe uma dupla instância narrativa: o autor ora busca no repertório comum da vida cotidiana matéria narrativa, ora incita o diálogo com textos já conhecidos e consolidados por meios das epígrafes. Assim, nomeados Chico Buarque, Gilberto Gil, Milton Nascimento, Caetano Veloso, Gonzaguinha, Renato Teixeira, Ana Terra e Ivan Lins.

Isso, por sua vez, acontece porque, conforme adverte a autora de *A renovação do conto*, o próprio gênero narrativo “permite estruturar em expressão artística essas múltiplas formas de contar, entrelaçadas numa vasta rede de troca.” (PATRINI, 2005, p. 120). Por ser literatura não somente a plurissignificação é parte integrante do texto pelo espectro da recepção, mas também o elo de intertextos. Logo, a conversação com realidade e a bagagem de referências do contista encontram-se presentes no ofício de transmitir para as narrativas um exercício que já contempla os relatos orais. Nota-se a contemplação do amalgama entre realidade e ficção, pois, afinal, escrever é manejar com as palavras e seus significados.

Como poeta, aventurando-se na arte da prosa, assim indicado pelo próprio autor em nota prévia, Assuero Cardoso Barbosa condensa no exercício da escrita duas diferentes linguagens. Para entender como *O Espectro no Espelho* significa um marco nos meandros literários tanto na trajetória pessoal quanto na inovação no cenário sergipano, examinemos as considerações do francês Jean-Paul Sartre em *Que é a literatura?* [Qu'est-ce que la littérature?].

O prosador escreve, é verdade, e o poeta também. Mas entre esses dois atos de escrever não há nada em comum senão o movimento da mão que traça as letras. [...] O escritor é um *falador*; designa, demonstra, ordena, recusa, interpela, suplica, insulta, persuade, insinua. [...] A prosa é antes de mais nada uma atitude do espírito [...] Assim a linguagem: ela é nossa carapaça e nossas antenas, protege-nos contra os outros e informa-nos a respeito deles, é um prolongamento dos nossos sentidos. Estamos na linguagem como em nosso corpo (SARTRE, 1993, p. 18-19)

O poeta reveste-se da linguagem prosaica para forjar uma nova representação da realidade. Revelar um novo olhar sobre o cotidiano inaugura na literatura brasileira contemporânea, metaforicamente, um “momento de felicidade e lucidez” (BARBOSA, 2005, p. 41).

Reportando-nos à gênese do conto, a sua resistência pela introdução das novas tecnologias e adaptação às estruturas sociais que se movem com o decorrer do tempo são as características mais evidentes na investigação do gênero. Prossegue Maria de Lourdes Patrini dissertando acerca das três partes fundamentais: mobilidade, generalidade e pluralidade. Segundo a pesquisadora, com resgate das contribuições de Júlio Cortázar, “as origens do conto são antigas [pois] para definir este gênero devemos fazer referência às transformações, tensão, condensação, e contração” (PATRINI, 2005, p. 146).

Veremos, pois, no seguinte tópico como Assuero Cardoso Barbosa engendra em sua obra essas características. Antes disso, no entanto, verifiquemos a assertiva da ambiguidade e polissemia como elementos intrínsecos à constituição do gênero.

Contar exige criação de um espaço no qual os símbolos, as normas, os valores, as experiências permitam que as pessoas sejam reconhecidas e que estabeleçam convívio, solidariedade e recriem uma identidade. Esta criação de um espaço de convivência não estabelece nenhuma competição com os outros meios de comunicação de massa; ao contrário, procura integrá-los a sua própria estrutura. Tudo isto se passa no espaço de convivência é uma manifestação popular. [...] Neste sentido, este estudo parte do princípio de que os objetos culturais,

enquanto práticas sociais, são ambíguos e polissêmicos. Aqui, a ambiguidade não significa imperfeição, defeito, carência de um sentido que seria rigoroso se fosse unívoco. A ambiguidade é a forma de existência de toda enunciação, dos objetos da percepção e da cultura, sendo eles mesmos igualmente ambíguos. (PATRINI, 2005, p. 146)

A recriação dos cenários à luz da prosa do lagartense emerge da rotina de pessoas comuns presentes nos espaços reconhecidos em municípios do estado sergipano. O que existe de representação fiel do real e do toque fictício do contador e poeta? Talvez, somente a comunhão das palavras, como ele mesmo estampa preliminarmente. O que o texto aponta com exatidão, todavia, é o “espelho luminoso enganador de almas” que abre a obra com a chave de leitura: *O Espectro no Espelho* (2005); livro que se alia à tradição do gênero conto, à literatura produzida em Sergipe e à literatura contemporânea brasileira.

II. Dos dramas diários à literatura: *O Espectro no Espelho* (2005)

A obra em destaque estrutura-se por dez contos: “O Amante das Segundas-Feiras”, “Ressurreição”, “Em Dias”, “O Espectro no Espelho”, “Mundo Novo, Vida Nova”, “O Mecânico”, “Ela”, “A Doida”, “Das Dores da Cruz” e “Anos Nossos”. Como traço temático em comum, o cotidiano vê-se presente nas narrativas. A unidade temática varia entre o relato de amores, maiormente clandestinos, e encontros urbanos, com ressalvas, despreziosos. As narrativas mesclam-se entre a palavra sob domínio do espectro masculino e feminino, ofertando ao público leitor múltiplas vivências que somente as artes, mormente, a literatura é capaz de suscitar.

Inicialmente, em “O Amante das Segundas-Feiras”, o “amor amante” é o *outro*. À espera, a personagem descreve os encontros e despedidas vividos com surpresa e predileção, dada a narrativa: “eu não ousava ir ao portão olhá-lo vindo ladeira acima. A surpresa do cadeado. O tempo de arrumar o caráter e a expectativa. Minha casa de pouca mobília e poucas palavras.” (BARBOSA, 2005, p. 6). Existe uma linha tênue que faz-nos perceber as diversas possibilidades interpretativas acerca desse casal. Seria uma relação heteronormativa ou homoafetiva? O narrador oferece-nos uma pista: “Éramos só orgasmos duplos em corpos separados. Às vezes, ele cochilava e acordava em sobressalto em

sobressalto temendo as horas, outras, ele dormia e com meu peito em sua boca sonhava a mãe que eu nunca fui.” (Ibidem, p. 7).

O tempo transita entre o cronológico e a divagação entre pensamentos e questionamentos. O espaço da casa é central no enredo, pois acolhe a lembrança dos encontros amorosos que ocultavam as “juras de fidelidade” de um amor clandestino, substituído pelos *affaires* de “outros que [...] ofereciam drinques e prometiam um caso sério e terno de verão.” (BARBOSA, 2005, p. 8).

A meia noite rompe como um suspense pela despedida da ladeira, fazendo-nos rememorar o tom de excitação presente no clássico conto de Machado de Assis, “Missa do Galo” de 1893, embora a produção em análise date o mês de setembro de 2004. Assim, o narrador encerra: “o nosso turno acabava antes da meia-noite [...] ele ia embora para onde pudesse acordar meio-dia, simplificar a sua vida dupla, mentir para outra pessoa, dizer que a ama e que não há lugar no coração dele para mais ninguém.” (Ibidem, p. 8).

Permanece pelo espectro feminino a continuação da obra. Em “Ressurreição”, o contista com ares de cronista maneja com as palavras em movimento, trazendo para o centro da narrativa a viagem de regresso de uma cidade que avizinha Simão Dias rumo a Lagarto. Desse modo, as referências da *sergipanidade* encontram-se não somente pela menção geográfica direta, mas nas cenas do cotidiano.

Era o último dia de abril de um ano que, por mais que eu rasgue calendários, não consigo esquecer. Recordo que a noite respirava mansa, as palavras buscavam companhia entre conversas soltas e pretensões. Lembro também que a vida se sentou ali, entre a gente, tomou cerveja, sorriu, contou anedotas e problemas naquela mesa de bar da vizinha cidade de Simão Dias. (BARBOSA, 2005, p. 9)

No encadeamento das ações, a viagem é interrompida com parada no povoado Boeiro que, ligeiramente, o conto nomeia a personagem Luíza, em estado de encantamento pela memória polida e pelo desejo desenfreado do desabafo e da liberdade. Ela [Luíza] “olhava as estrelas, a lua, o capim, o sereno, a liberdade da noite. Ouvia os grilos e sentia o cheio de gado. Contemplava o silêncio. Gostava de olhar para o longe como tentasse encontrar dentro da escuridão as respostas do futuro. (BARBOSA, 2005, p. 9).

Diante disso, a oscilação sentimental da personagem por meio de uma apresentação poética continua até a surpresa da abordagem de uma tentativa de assalto com disparos de arma de fogo. Mais uma vez, o suspense instaura-se, pois, o sangue atravessa as palavras, cumprindo uma atmosfera de medo pelo homicídio.

A personagem narradora, espectadora e testemunha do caso descreve o abalo – “Não havia mais lua, nem estrelas, nem capim, nem sereno, só cheio de sangue e aflição. Ao invés de liberdade, uma ânsia de morte. [...] Eu era um misto de miséria, medo e desespero.” (BARBOSA, 2005, p. 11) – tornando o trauma uma cicatriz permanente. Por sua vez, Carlos Reis e Ana Cristina Lopes, *Dicionário de teoria da narrativa*, em seus pressupostos fundamentais, descrevem: “tendencialmente estáticos [os fragmentos que unem informações da personagem e cenário diegético] proporcionam momentos de suspensão temporal” (1989, p. 23). Nota-se, portanto, no desfecho do conto “Ressureição” um adiamento temporal, voltando-se à cena habitual inicialmente trazida, restando apenas “uma vaga lembrança”.

Assuero Cardoso Barbosa insiste na costura literária pelo suspense. A singularidade com a qual forma *O Espectro no Espelho* corrobora para o que Julio Cortázar defende no tocante aos elementos essenciais do conto. Para ele, no capítulo “Do conto breve e seus arredores” em *Valise de cronópio*, “o traço diferencial mais marcante – já o assinei em outro lugar – seja a tensão interna da trama narrativa” (2006, p. 231). A brevidade é uma característica marcante da produção do lagartense. Suas narrativas variam entre duas, três, no máximo quatro, páginas.

No conto “Em Dias” e na narrativa título da obra (“O Espectro no Espelho”), vemos o poder de síntese dos dramas diários, citados respectivamente na ordem a seguir.

“Em dias”

Fui ao caixa eletrônico bem cedinho porque fico impaciente nas filas de espera, logo eu que tenho pressa de enganar o tempo, recuso-me a ficar prostrado ante tanta irritação. Àquela hora da manhã não havia ninguém presente, exceto alguns aposentados cochilando ou vigiando sua miséria até que as portas se abrissem dali a algumas horas. [...] O mundo estava diferente. Havia muita sujeira nas portas das repartições. Na esquina, um preservativo

sem proteção. Guardanapos amassados e perdidos. Um cachorro quente em decomposição. Vasos de lixo sem uso. Semáforo quebrado. Um carro embriagado procurando seu rumo. Uma ilusão de sol nos olhos vesgos da louca catando latas. Um bom marido trazendo a feira e a sífilis para casa.
(BARBOSA, 2005, p. 12-13)

“O Espectro no Espelho”

Reconheceu sua imagem fosca no vidro da janela do quarto onde morava e detestou o que viu. Virou-se para o espelho, este luminoso enganador de almas, viu-se melhor, penteou os cabelos, sorriu para ninguém, embora agora imaginasse outro homem diante de si. Monologou que nada existia de tão fascinante quanto aquele espelho, ninguém era mais belo que o outro em sua frente.
(BARBOSA, 2005, p. 17)

Nota-se que o reflexo do real fragmentado não é trazido pelo espelho como objeto, mas pela interpretação das personagens, sobretudo, pela ótica do narrador, que nos apresenta uma sociedade puída pelas mazelas sociais. A iniciação sexual aparece, quase por completamente, pela violência através do aliciamento ou da prostituição.

Novos horizontes se apresentam como veredas de fuga possíveis do encarceramento. Logo, o espaço da casa, novamente, ocupa as páginas da obra. Em “Mundo novo, vida nova”, a título de exemplo, o personagem Sérgio em meio ao vazio das lembranças, no ato do gozo solitário, restaura a dignidade pela imagem refletida no ambiente de morada que, por evitar o abandono, emprega os serviços da “dona Dora”, “senhora de sessenta e seis anos que ele contratou para cuidar da sua vida que ele sujava sem querer.” (BARBOSA, 2005, p. 21).

Destarte, o cotidiano prossegue oferecendo tom à narrativa. A disparidade social vê-se posta frente a frente no conto “O Mecânico”, mais uma criação que desvela as fissuras sociais advindas de uma economia pautada na exploração. Antônio José, tão somente conhecido por Tonho, ao deparar-se com a situação de concerto do automóvel de Dona Clarice, exhibe como a prestação de serviço como ação de prostituir-se é plural.

Não somente o ato de pagamento pelo corpo do *outro*, no uso e desfrute, tal como menciona o narrador acerca das mulheres do Mercado Municipal, mas também pela utilidade que concede à vida pela desigualdade, pois “para ele [personagem protagonista] a vida era uma síntese de poucos cômodos e um roncar de motores funcionando mal ou bem” (BARBOSA, 2005, p. 23-24).

À vista disso, de diferentes modos, a prostituição é uma vivência comum, cada um ao seu modo. A vulnerabilidade que esses corpos se encontram reflete no gosto amargo das palavras. No conto “Ela”, a mulher reaparece refletida pelo peso das experiências, da maternidade e da relação conjugal. Já no conto “A Doida”, a mulher persiste sendo, conforme consagrou Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo* [Le Deuxième Sexe] (1949), o *outro* diante desse “Eu” masculino.

“Ela”

Sinto-me velha toda vês que ele não me bolina, principalmente quando a enxaqueca não persiste. Eu queria tanto que ele fosse um paliativo, mas estou acostumada. Morro de medo de engordar e sonho em colocar o batom que ele detesta. [...] Meu marido chegou. Sinto-me exausta como os pratos sobre a mesa e abandonada feito os copos sujos na pia. [...] Minha filha interroga se eu gosto do pai dela, lembro da melhor atriz que conheço e afirmo que gosto. Ela sorri e diz que não acredita. O meu de doze indaga se eu tive muitos namorados e se eles eram bonitos. Eu abro os olhos verdadeiros e minto que foram quase vinte e não eram tão bonitos assim, mas pareciam, na maioria, super heróis ou jogadores de futebol. O mais velho chega e, arrumando as palavras, pergunta se eu sou feliz. Lembrando do mundo em que engano e engomo, em que levo e lavo, em que varro e vasculho, respondo amargamente que sou”

(BARBOSA, 2005, p, 30)

“A Doida”

Abriu a caixa de cigarros perpetuada em seu bolso e ofereceu um dos vinte àquela criatura opaca e passiva aos seus gestos. Ele a levou para uma das construções em andamento. Ela começou a murmurar palavras sem nexos e depois engrolou uma canção antiga. Ele tremia e pedia silêncio. A doida ria e olhava com

carinho. Suando frio, ele tocou aqueles seios nus e sem ânimo. A doida tinha a mão cega e suja de inocência que ia e vinha como o seu sorriso banguela desmanchando. Com a mão da doida sobre a sua edificação em turbulência, ele gemeu sozinho como se gritasse para o vazio sem eco.
(BARBOSA, 2005, p. 33)

A semelhança temática com a produção de Antonio Carlos Viana efetiva-se pela violação da juventude e iniciação à sexualidade de modo violento. O cerceamento da liberdade, contrariado a loucura, cerca os personagens, colocando-os em situações limite, entre reduzidas possibilidades tanto na tomada de decisões quanto de trânsito nos espaços representados. Com isso, retomamos, mais uma vez, Roland Barthes na obra inicialmente referida: “A fruição do texto [...] é [...] precoce; não surge no devido tempo, não depende de nenhum amadurecimento. Tudo é arrebatado numa só vez.” (2014, p. 69). O arrebatamento ao modo Assuero Cardoso Barbosa de narrar traz muito das características poéticas das quais forjam a escrita em versos.

A entrega à vida boêmia em meio às cenas urbanas e aos segredos amantes não deixam de lado as convenções sociais. A família e a situação de subjugação das mulheres repetem-se, não como militância do texto, embora a recepção possa julgar de tal modo, mas pelas diferentes angústias refletidas nessa dupla imagem, metaforizada pelo espelho.

Ora, em “Das Dores da Cruz”, o sangue persiste jorrando, quando a obra apresenta-nos um caso de feminicídio, cometido pelo pacato personagem João da Cruz, “pequeno agricultor do povoado Riachão Seco” (BARBOSA, 2005, p. 35), que não confiava em ninguém, negando o seu apoio à educação escolarizada das filhas Maria da Anunciação e Ressureição. Das Dores, sua companheira, é apresentada no texto como mulher “que vivia sempre calada, cabisbaixa, ora à beira do fogo, ora varrendo o terreiro em frente à casa onde moravam ou, depois de ter ajudado o marido na roça, cuidava do almoço e criava galinhas, sua devoção e penitência diárias.” (Ibidem, P. 35).

Similarmente, a resignação das personagens mulheres advinda do contexto patriarcal salta aos olhos, sobretudo, pelo diálogo firmado com a obra de onze anos após, *A saga de Zefa Ninguém* (2016), cuja adjetivação atribuída ao autor como “fiel leitor de vidas”, assim feita por Jozailto Lima em prefácio dedicado ao Assuero Cardoso Barbosa, cumpre o ofício das palavras versegadas.

O conto “Anos Nossos” fecha *O Espectro no Espelho*, trazendo uma gama de referências intertextuais e de diálogo direto com a memória atada ainda nos “anos de chumbo”, assim identificado o período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). A configuração da personagem Elba, não mais comprimida ao espaço da casa, recebe um novo tom: “intelectual, loira, de boca grande e olhos que exigem atenção, com dotes elevados e o espírito à altura da sua astúcia e sensibilidade” (BARBOSA, 2005, p. 39).

Amante da literatura, o narrador encontra em Elba o mote para trazer ao discurso o vasto repertório em poesia, cinema e música. Isso, por sua vez, descortina possibilidades, vivências e narrativas que somente pela literatura é possível deparar-se com elas, ao mesmo tempo, revivê-las, corroborando para o que Jean-Paul Sartre defende a respeito do exercício criativo: “escrever é, pois, ao mesmo tempo desvendar o mundo e propô-lo como uma tarefa à generosidade do leitor.” (SARTRE, 1993, p. 49).

Considerações finais

Embora seja a obra em destaque o rebento do autor no gênero conto, existe uma esperança anotada com os recursos advindos da sua *Antologia poética* (2021) de publicação de uma nova obra em prosa. Assim, embora 2005 marque um distanciamento temporal com os livros posteriormente lançados, de um vasto acervo poético, Assuero Cardoso Barbosa prossegue trilhando caminhos pelas narrativas ficcionais. O pincel teima em dialogar diretamente com a tela social urbana que o acompanha, alimentando essa indissolúvel relação entre conto (seja oral ou escrito), sociedade e cultura, conforme defende Maria de Lourdes Patrini (2005, p. 143).

As referências já citadas introdutoriamente, como abertura dos contos analisados, engendram uma produção que parte não somente da vivência, mas também pela leitura. Com isso, pode-se afirmar que antes de poeta e contista, o lagartense é um leitor. Além das obras clássicas e contemporâneas à formação pessoal, incluindo diversos gêneros artísticos, ele é um leitor das vidas que o avizinham. Todavia, essas marcas biográficas não cabem por catalogação ou investigação, mas pelo diálogo entre literatura e história. A sua produção cumpre, assim, a ação da representação pela *verossimilhança*.

Notamos, por fim, a versatilidade das narrativas que apresenta ao público leitor as diversas facetas e espectros, pela metáfora do *Espectro no Espelho*, lançando a sua força literária às novas gerações de escritores e escritoras. Destacamos “Tique-taque ou sirenes”, do jovem poeta sergipano Hugo Arcanjo, que versa: “E o teu beijo é um livro do Assuero,/ Cerca de Vidro ou Um Quarto de Hora,/ Gritando: “Me ame agora!” (2021, p. 47).

Referências

ARCANJO, Hugo. **Um quarto do mundo e o mundo do meu quarto: poemas de crise e isolamento social**. Aracaju: ArtNer Comunicação, 2021.

ASSIS, Machado. A missa do galo. In: ASSIS, Machado. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Aguilar, 1974.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo. Fatos e mitos**. (Vol. 1). 4ª Ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BARBOSA, Assuero Cardoso. **O Espectro no Espelho**. Lagarto: Gráfica e Editora J. Andrade, 2005.

_____. **A Cerca de Vidro**. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 2009.

_____. **Um quarto de hora**. Lagarto: Gráfica e Editora J. Andrade, 2014.

_____. **A Saga de Zefa Ninguém**. Aracaju: Gráfica e Editora J. Andrade, 2016.

_____. **Antologia poética**. Lagarto: Criação Editora, 2021.

BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.

CÉZAR OLIVEIRA, Valdiêr. Prefácio. In: BARBOSA, Assuero Cardoso. **O Espectro no Espelho**. Lagarto: Gráfica e Editora J. Andrade, 2005.

CORTÁZAR, Julio. **Válise de cronópio**. Tradução de Davi Arrigucci Junior e João Alexandre Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2006.

PATRINI, Maria de Lourdes. **A renovação do conto: emergência de uma prática oral**. São Paulo: Cortez, 2005.

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. **Dicionário de teoria narrativa**. São Paulo: Ática, 1989.

SANTOS Monteiro, Claudefranklin. **Assuero Cardoso Barbosa: assim nasceu o poeta**. Disponível em: <http://www.lagartnoticias.com.br/2020/07/24/assuero-cardoso-barbosa-assim-nasceu-o-poeta/>. Acesso em 22 de setembro de 2021.

SARTRE, Jean-Paul. **Que é a literatura?** Tradução de Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Editora Ática, 1993.

VIANA, Antonio Carlos. **Aberto está o inferno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ENTREVISTA

Entrevistadora: Daynara Lorena Aragão Côrtes

Entrevistado: Assuero Cardoso Barbosa

1ª Quando Assuero Cardoso Barbosa descobriu gosto pela literatura, reconhecendo-se como poeta/escritor?

Mais ou menos aos doze/treze anos de idade, quando incentivado por uma Professora, alguns textos meus foram expostos num mural de uma Amostra Cultural da Escola Pública onde eu estudava na época, mas “oficialmente”, quando participei em 1984, pela primeira vez, de um concurso literário e fiquei em terceiro lugar.

2ª Para você, é mais desafiador escrever em versos ou prosa?

Tanto um quanto o outro são desafiadores, cada qual com suas particularidades. O que importa na hora da criação é a inspiração, onde e como as palavras serão trabalhadas para que o chegue ao leitor algo prazeroso de lhe ou que lhe cause alguma reação emocional.

3ª Quais são as suas maiores inspirações na Literatura?

A *priori* eu costumava e gostava de escrever quando chovia. Sempre gostei do clima chuvoso e frio, emanava uma certa nostalgia, misto de saudade e inspiração. Atualmente outras coisas me impulsionam a escrever: as injustiças sociais, o amor ou a falta dele, a saudade de pessoas, as lembranças...

4ª A partir dos nomes citados, há pontos de convergências em suas obras, a exemplo de *A Cerca de Vidro* (2009), *Um quarto de hora* (2014) e *A Saga de Zefa Ninguém* (2016)?

Creio que não haja convergências entre estas obras citadas, elas são distintas, possuem temáticas diferentes, não falo em estilo, mas dos conteúdos.

5ª Comente sobre o cenário contemporâneo da literatura. Como você define esse momento?

Atualmente há muitos livros maravilhosos para serem manuseados e lidos, mas faltam mãos e olhos sensíveis para fazê-los. Temos autores e autoras incríveis esperando por leitores, MAS...

6ª Sobre *O Espectro no Espelho* (2005), há uma grande marca autobiográfica na confecção dos contos?

Alguns contos desta obra são fictícios, outros baseados em fatos reais de histórias que ouvi contar, mas de cunho autobiográfico somente Em Dias e Anos Nossos.

7ª Sabemos que a matéria prima da literatura é a própria palavra. No entanto, além dela, de onde surge ou de onde você coleta dados para a construção dos enredos?

Através de histórias e desabafo que ouvia e ouço de pessoas próximas ou não, das minhas lembranças, da imaginação, vai depender muito do que me proponho, no momento, a escrever.

8ª O que é que tem na gaveta do Assuero Cardoso Barbosa? Quais são os projetos literários para o futuro?

Estou com muitos poemas inéditos para organizar num livro, mas antes tentarei publicar dois de contos que faz anos que já deveria ter feito. Depois ainda penso em enveredar pela Literatura de Cordel e Infantil, mas preciso amadurecer muito a ideia, não é coisa fácil de fazer como muitos pensam.

23 de setembro de 2021.

A ESCOLA COM UM OLHAR VOLTADO PARA A EDUCAÇÃO MIDIÁTICA: REFLEXÃO SOBRE AS FAKE NEWS

Geraldine Leal Martins¹

RESUMO

O presente artigo descreve e analisa a influência das competências midiáticas com habilidade de analisar e identificar as fake news. Destaca o quanto é primordial compreender o grande impacto que as famosas notícias falsas vêm desencadeando nos tempos atuais. Enfatiza que o docente ainda deve desenvolver uma prática pedagógica voltada para a alfabetização midiática, com a finalidade de combater qualquer tipo de notícia inverídica.

Palavras-chave: Educação Midiática; Notícias falsas; Leitura; Processo educativo.

ABSTRACT

This article describes and analyzes the influence of media skills with the ability to analyze and identify fake news. It highlights how essential it is to understand the great impact that the famous false news has been unleashing in current times. Emphasizes that the teacher must still develop a pedagogical practice focused on media literacy, in order to combat any type of untrue news.

Keywords: Media Education; False news; Reading; Educational process.

¹ Mestranda em Educação pela UNIT/SE; Professora da rede pública municipal de Simão Dias/SE; Bibliotecária da rede pública municipal de Lagarto.

1. Introdução

Sabemos que cada vez mais somos influenciados pelos meios de comunicação. Diante disso, é papel primordial da escola incluir a educação midiática no currículo. De acordo com o site americano Famemass, no ano de 2019 o tempo que as pessoas permanecem em redes sociais é de 2h23 por dia, esse acesso vem crescendo a cada ano. Ainda ficou constatado que as informações que tratam de notícias e eventos são as principais razões pelas quais 40% dos indivíduos utilizam as redes sociais. A população brasileira ocupa o segundo lugar no ranking mundial, chegando a passar 3h45 por dia nas plataformas sociais.

Fazer com que o corpo docente e discente compreenda a importância e a finalidade das mídias é uma das tarefas da escola. A educação midiática permite que as escolas utilizem os meios de comunicação em suas práticas pedagógicas, possibilitando que os alunos tenham a capacidade de selecionar as informações que recebem de forma crítica, avaliando o que é adequado para o seu conhecimento.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a educação midiática é prevista como conteúdo obrigatório nas nossas escolas.

Assim, propostas de trabalho que potencializem aos estudantes o acesso a saberes sobre o mundo digital e a práticas da cultura digital devem também ser priorizadas, já que, direta ou indiretamente, impactam seu dia a dia nos vários campos de atuação social e despertam seu interesse e sua identificação com as TDIC. Sua utilização na escola não só possibilita maior apropriação técnica e crítica desses recursos, como também é determinante para uma aprendizagem significativa e autônoma pelos estudantes. (BRASIL, 2017, p.487)

Os diversos meios de comunicação como ferramentas no processo educacional são estruturados no sentido de fornecer vários significados, além de influenciar, despertar e possibilitar o desenvolvimento da capacidade intelectual. Nesse novo cenário, a escola deve priorizar por formar cidadãos que saibam discernir o que são as notícias verídicas e o que são as famosas *fake news*. O principal objetivo é incentivar no aluno a habilidade de fazer uma análise crítica das leituras que realiza.

Parte-se do pressuposto de que é fundamental incluir no currículo escolar conceitos de mídia e imprensa, possibilitando assim o entendimento dos processos de como as notícias são produzidas e como as mesmas exercem uma enorme influência sobre a população.

Inserir a educação midiática no processo educacional é de grande relevância. A partir do momento que a escola estabeleça o estudo dos meios de comunicação como parte fundamental no processo educativo do aluno.

A escola tem todo interesse em multiplicar experiências valorizadoras. O trabalho sobre as mídias, pela diversidade que ele suscita, permite relações menos cristalizadas.[...] (GONNET, 2004, p. 89)

Atrelado a isso, é necessário que o professor, esteja engajado na educação informacional e midiática, sabendo utilizá-la na prática educativa. Assim, o docente deve acompanhar os avanços tecnológicos e o modo como os alunos estão interagindo diante de toda essa evolução, principalmente despertar nos mesmos a leitura crítica de todas as informações que recebem das redes sociais e da imprensa. É primordial que esses elementos da comunicação sejam trabalhados desde a alfabetização dos alunos, para que assim o mesmo comece a ter o entendimento das notícias, sabendo compreender e até mesmo interiorizar os conteúdos das mesmas.

A quantidade diária de *fake news* que se espalham pela internet, possibilita ao educador selecionar essas notícias e capacitar o aluno a exercitar as formas de produção das informações. Neste artigo, trabalhamos com a hipótese de que é preciso fazer uso das plataformas digitais e das mídias, no intuito de possibilitar que as notícias falsas não sejam compartilhadas.

Por que não desenvolver a alfabetização midiática com os nossos alunos, utilizando as ferramentas necessárias, tais como: Facebook, Youtube, Instagram, [WhatsApp](#), entre outros, no intuito de avaliar a veracidade das informações?

É necessário que o educador promova aulas que priorizem o estudo de gêneros discursivos no âmbito jornalístico, enfatize as habilidades que a educação midiática proporciona ao educando, pois é através dela que é possível acessar, analisar e adquirir novos

conhecimentos com os diversos textos multimodais. A partir do momento que o professor tem o conhecimento e a aptidão de trabalhar com a produção e análise das notícias, estará possibilitando que o aluno saiba identificar as *fake news*.

2. Capacidade de compreender as *fake news*

As *fake news* são notícias falsas que se propagam pela internet, tais notícias são passadas como se fossem verdadeiras, são disseminadas principalmente pelas redes sociais. São utilizadas com o propósito de propagar e enganar os seus leitores, no que se refere às informações que na maioria das vezes são conteúdos extremamente atraentes e com finalidade de adquirir vantagens políticas e, sobretudo lucros financeiros.

No dia a dia, na ânsia de provar que estamos certos, costumamos nos apoiar em qualquer material que reforce aquilo que já pensamos, e assim, baseado em uma notícia que sequer foi checada, mas que caiu como uma luva para a nossa prévia convicção, compartilhamos ansiosamente esse conteúdo que pode ser uma desinformação, contribuindo, assim para poluir ainda mais o cenário político nacional. (RAIS, 2020, p. 18)

Cada vez mais as *fake news* são divulgadas nas diversas mídias com o intuito de colocar à prova a verdadeira informação. De acordo com a pesquisa realizada pela [Kaspersky](#), 62% dos brasileiros não sabem identificar se a notícia é falsa. Diante dessa realidade é que se faz fundamental efetivar a checagem das informações antes de propagar.

A rapidez de acesso à informação revela outro lado que é o da volatilidade dessa informação, no sentido de que cada vez mais é necessária à produção de informação para que seja possível atender a demanda insaciável por novidades, característica da Sociedade da Informação, bem como a ausência da preocupação com a fonte dessa informação por parte do receptor ou do leitor, pois a velocidade hoje em dia é mais importante do que o conteúdo, o ineditismo está relacionado com

a celeridade na circulação da informação e não necessariamente com a sua qualidade. Essa velocidade da circulação da informação aliada à possibilidade de qualquer pessoa ser um emissor dessa informação e a falta de comprometimento com as fontes cria um cenário propício para o surgimento das *fake news*. (FAUSTINO, 2010, p. 21)

Assim, as notícias falsas, como o próprio termo enfatiza, não apresenta a realidade. Dessa forma é que surgiram agências de checagem de notícias as quais possibilitam investigar as imagens e origem das mesmas. Tais agências têm a tarefa de combater a desinformação. É fato que as notícias são representações sobre determinado tema sob a percepção de quem produziu a matéria.

Do ponto de vista da estrutura, a notícia se define, no jornalismo moderno, como o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante ou interessante; e de cada fato, a partir do aspecto mais importante ou interessante. Essa definição pode ser considerada por uma série de aspectos. Em primeiro lugar, indica que não se trata exatamente de narrar os acontecimentos, mas de expô-los. (LAGE, 2015, p. 10)

Fazer uma análise das informações, verificar os textos nas diferentes mídias, buscar a veracidade das informações e fazer uso dos serviços online para identificar se de fato as notícias são verídicas é fator primordial de todo educador.

É muito comum o uso das primeiras vítimas como uma espécie de elo para compor uma corrente difusora das *fake news*. Assim, aquelas pessoas que de boa fé acreditaram estar em contato com uma verdadeira notícia, passam – ainda sem perceber – a colaborar com a disseminação e difusão dessas notícias falsas. Portanto, boa parte de toda essa produção se escoa com o apoio das próprias vítimas. (RAIS, 2020, p. 28)

O trabalho com as *fake news* na sala de aula tem que ser um conteúdo fundamental das aulas de Língua Portuguesa, deve ser uma

aula com vistas a promover uma análise crítica e interpretativa de todas as notícias que recebemos nas redes sociais. É fundamental incentivar no aluno a habilidade de fazer uma análise crítica das leituras que realiza.

Fica evidente que o aluno deve adotar uma análise consistente de todas as informações as quais tem acesso e a internet deve ser uma aliada que vem para contribuir com a checagem dos diversos fatos que são propagados, por meio dela o aluno pode combater as *fake news*, como também verificar se as informações são verdadeiras. A internet é um essencial meio de comunicação, tem a capacidade de gerar impactos tanto positivos quanto negativos.

É necessário que o educador promova o uso ético da tecnologia, além de desenvolver a capacidade de efetivar a leitura reflexiva de textos jornalístico-midiáticos, conferindo a fonte primária da notícia, como também orientar ao educando que não é correto sair compartilhando conteúdos sem antes verificar a veracidade da informação.

Em relação ao campo jornalístico-midiático, espera-se que os jovens que chegam ao Ensino Médio sejam capazes de: compreender os fatos e circunstâncias principais relatados; perceber a impossibilidade de neutralidade absoluta no relato de fatos; adotar procedimentos básicos de checagem de veracidade de informação [...] (BRASIL, 2017, p. 502)

Os estudantes são considerados um dos públicos que mais acessam a Internet, seja pelo celular ou pelos desktops. Fazer uso desse meio para fins educacionais é tarefa do educador na busca da conscientização. Não é novidade a propagação de *fake news* na Internet, mas o trabalho de verificar os fatos apresentados precisa ser critério do educador em sala de aula. Analisar o contexto informacional das notícias é uma forma de garantir que os estudantes não sejam facilmente persuadidos por tais notícias falsas.

É tarefa primordial do professor desenvolver aptidão no aluno no que se refere a verificar a fonte primária da notícia, se os sites são confiáveis e se tais publicações já circularam em algum momento.

O avanço tecnológico das últimas décadas garantiu novas formas de uso das TICS para a produção e propagação de informações, a interação e a

comunicação em tempo real, ou seja, no momento em que o fato acontece. [...] (KENSKI, 2012, p.28)

Entendemos que os educadores desempenham um papel ativo na educação dos seus discentes, possibilitando que os mesmos tenham a prática de checar todos os conteúdos apresentados nas mídias digitais. Promover um estudo, principalmente nas aulas de Língua Portuguesa, com vistas a problematizar as mensagens que são lidas faz com que os alunos busquem sempre argumentar o verdadeiro teor das informações veiculadas, avaliando com criticidade todas as notícias que tem acesso. Estimular o pensamento crítico do aluno é fazer com que ele não seja facilmente manipulado pelas *fake news*.

Nesse cenário, os jovens precisam ter uma visão crítica, criativa, ética e estética, e não somente técnica das TDIC e de seus usos, para selecionar, filtrar, compreender e produzir sentidos, de maneira crítica e criativa, em quaisquer campos da vida social. (BRASIL, 2017, p. 497)

Assim, o docente deve oportunizar ao aluno a prática eficaz da interpretação textual por meio da análise e estudo das notícias falsas. É importante desenvolver um plano de aula que alie a tecnologia, análise de textos e checagem das informações na busca da não propagação das notícias falsas.

3. A televisão digital – difusão massiva

A televisão digital pode ser vista como um instrumento de ensino, a qual faz parte do nosso cotidiano. Ela contribui tanto no aspecto de entretenimento quanto na forma de como devemos agir. A TV é uma tecnologia que exerce forte domínio no intelecto do ser humano, tem a capacidade de manipular e moldar os pensamentos.

A televisão digital oferece condições de interação e manipulação personalizadas das informações. Mesmo o sistema televisivo analógico, tradicional, oferece formas diferenciadas de interação com os telespectadores. [...] (KENSKI, 2012, p.38)

A TV por apresentar programas com grande audiência e ofertar diariamente uma avalanche de informações, disputa espaço com a internet na propagação de informações. A importância de selecionar quais programas desperta mais interesse pelo aluno e os que transmitem informação de forma que não seja conteúdo falacioso é uma das tarefas do educador frente ao consumo das informações e a forma de lidar com as *fake news*.

Sabemos que a televisão exerce uma forte influência e que por vezes a maioria das pessoas acredita em todas as notícias veiculadas em alguns programas, dessa forma faz-se necessário implantar no conteúdo programático atividades que visem ao aluno entender que tudo que passa nos referidos programas podem ser informações falsas. Criar estratégias com o objetivo de ensinar os alunos a entender e duvidar das informações que são divulgadas é fator primordial no cenário educacional.

As novas tecnologias de comunicação (TICs), sobretudo a televisão e o computador, movimentaram a educação e provocaram novas mediações entre a abordagem do professor, a compreensão do aluno e o conteúdo veiculado. A imagem, o som e o movimento oferecem informações mais realista em relação ao que está sendo ensinado. Quando bem utilizadas, provocam a alteração dos comportamentos de professores e alunos, levando-os ao melhor conhecimento e maior aprofundamento do conteúdo estudado. [...] (KENSKI, 2012, p.45)

Neste sentido, é um desafio para o educador tornar seus alunos expectadores críticos, assim faz-se fundamental desenvolver em sala de aula um debate crítico com vistas a interpretar todas as mensagens que são recebidas, principalmente as matérias que são permeadas de sensacionalismos. É necessário que o aluno aprenda a desconstruir e reconstruir o que é passado como verdade.

4. Alfabetização midiática

A alfabetização midiática possibilita ao docente e discente um conjunto de habilidades para interpretar, criticar, averiguar e explorar as informações apresentadas diante dos diversos textos digitais.

É necessário que a escola favoreça estratégias e políticas que abordem a alfabetização midiática informacional.

Em um mundo em constante mudança, a educação escolar tem de ser mais do que uma mera assimilação certificada de saberes, muito mais do que preparar consumidores ou treinar pessoas para a utilização das tecnologias de informação e comunicação. A escola precisa assumir o papel de formar cidadãos para a complexidade do mundo e dos desafios que ele propõe. Preparar cidadãos conscientes, para analisar criticamente o excesso de informações e a mudança, a fim de lidar com as inovações e as transformações sucessivas dos conhecimentos em todas as áreas. (KENSKI, 2012, p.64)

Entender a alfabetização midiática requer ter o conhecimento do ambiente da mídia. Priorizar a utilização das mídias sociais digitais em sala de aula é ensinar os alunos a interpretar qualquer informação veiculada pelas mesmas e como tal informação foi produzida.

Desde que as tecnologias de comunicação e informação começaram a se expandir pela sociedade, aconteceram muitas mudanças nas maneiras de ensinar e aprender. Independentemente do uso mais ou menos intensivo de equipamentos midiáticos nas salas de aula, professores e alunos têm contato durante todo o dia com as mais diversas mídias. [...] (KENSKI, 2012, p.5)

O educando precisa ser estimulado a sempre questionar o porquê, quando e o quê deve compartilhar nas redes sociais. Nesse viés, é possível formar cidadãos participativos e questionadores. Precisamos de alunos

informados, críticos e acima de tudo que não contribua com a disseminação das famosas *fake news*.

Percebemos é que na maioria das vezes o discente é facilmente manipulado e seduzido pelas mensagens que ele se identifica, principalmente pelos seus valores culturais, políticos e ideológicos. Dessa forma a alfabetização midiática, como sendo a base que favorece a aquisição do conhecimento e da informação capacita a que o mesmo não seja influenciado pelas inverdades.

A necessidade de expressar sentimentos e opiniões e de registrar experiências e direitos nos acompanha desde tempos remotos. Para viabilizar a comunicação entre os seus semelhantes, o homem criou um tipo especial de tecnologia, a “tecnologia de inteligência”, como é chamada por alguns autores. A base da tecnologia de inteligência é imaterial, ou seja, ela não existe como máquina, mas como linguagem. Ara que essa linguagem pudesse ser utilizada em tempos e espaços, foram desenvolvidos inúmeros processos e produtos. [...] (KENSKI, 2012, p.27)

A educação midiática promove a busca de notícias de forma criteriosa, fazer com que tais informações sejam transformadas em conhecimentos é questão primordial de todo educador.

A base da linguagem digital são os hipertextos, sequências em camadas de documentos interligados, que funcionam como páginas sem numeração e trazem informações variadas sobre determinado assunto. Vai depender da ação de cada pessoa o avanço nas informações disponíveis, aprofundando e detalhando cada vez mais com maior profundidade o nível de informações sobre determinado assunto. [...] (KENSKI, 2012, p.32)

Dessa forma, é papel do educador apresentar aos seus alunos sequências textuais, matérias, imagens e referências as quais são compartilhadas diariamente na internet com vistas a analisar o fluxo das diversas informações, a fim de evitar que não sejam compartilhadas informações tendenciosas.

5. Conclusão

Percebemos cada vez mais que o educador deve ter como meta um trabalho voltado a capacitar os alunos no intuito de que os mesmos adquiram competências midiáticas com habilidade de analisar e identificar as *fake news*. O docente ainda deve desenvolver uma prática pedagógica voltada para a alfabetização midiática, com a finalidade de combater qualquer tipo de notícia inverídica.

Enfatizamos que a televisão digital deve ser utilizada como um instrumento no processo pedagógico a qual possibilita promover aprendizagens significativas de forma atualizada e crítica no combate as notícias falsas.

A educação midiática proporciona uma nova forma de pensar, de analisar, de avaliar, de trabalhar a percepção que o aluno possa ter em relação ao mundo que vive como também capacita a ter um entendimento crítico de todas as informações que tem acesso.

Portanto, este artigo se faz relevante, pois é necessário analisar todas as informações antes de compartilhar, bem como refletir sobre o impacto que tais notícias ocasionam, as quais tem sido alvo de preocupação não só dos educadores e pesquisadores, mas de toda a sociedade.

6. Referências

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (**BNCC**). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BUCKINGHAM, David. Cultura Digital, Educação Midiática e o Lugar da Escolarização. Educ. Real., Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 37- 58, set./dez., 2010. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade

FAUSTINO, André. Fake news. São Paulo: Lura Editorial, 2019.

GONNET, Jacques. Educação e Mídias. Ed. Loyola, São Paulo; 2004.

KENSKI, Vani Moreira. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. Campinas: Editora Papirus. 2012.

Quanto tempo os brasileiros gastam em redes sociais? Disponível em <https://www.tracto.com.br/quanto-tempo-os-brasileiros-gastam-em-redes-sociais>. Acesso em 20 de Dezembro de 2020.

RAIS, Diogo. Fake News: a conexão entre a desinformação e o direito – 2.ed. ver., atual. E ampl. – São Paulo: Thomson Reuters Brail, 2020.

62% dos brasileiros não sabem reconhecer fake news, diz pesquisa. Disponível em <https://canaltech.com.br/seguranca/brasileiros-nao-sabem-reconhecer-fake-news-diz-pesquisa-160415/>. Acesso em 20 de Dezembro de 2020.

CRÔNICAS

ZEFINHA DO CRIOLO NO BATACLAN DE PARIS

Paulo Sérgio Oliveira Nunes¹

Um casal de amigos lagartenses esteve em Paris vinte dias antes do ataque terrorista reivindicado pelo “Estado Islâmico do Iraque” em 2015. Ela, muito falante e extrovertida, costuma usar com veemência, nossas gírias e palavrões sergipanos. Os fatos aqui citados são fruto da imaginação, assim como os nomes dos personagens.

O tom risível aqui usado, não diminui a horrível tragédia ocorrida naquele episódio.

Estavam Zefinha e Cardoso usufruindo merecidamente a noite parisiense, quando viram uma grande placa na fachada de um edifício com um nome que lhes pareceu familiar. Era o Café Bataclan, esse nome lembrava a novela Gabriela de Jorge Amado, que em Ilhéus tinha um “cabaré” muito bem gerenciado, pela inesquecível cafetina Maria Machado.

Cheios de orgulho, disseram que Paris copiou Ilhéus, mal sabendo que aquela casa de espetáculos foi fundada em 1865 e serviu de inspiração para a abertura de uma semelhante em Ilhéus em 1926, que o grande escritor Amado imortalizou em sua obra.

Resolveram então por curiosidade um tanto bairrista, conhecer aquela casa de diversão e já foram para pista de dança, enquanto curtiam o som da Banda de Rock norte-americana, “Eagles of Death Metal”.

De repente ouvem um burburinho na frente do café-teatro e de imediato alguns estampidos: “pá -pá- pá- pá.” Zefinha já desconfiada naquele ambiente estranho, onde não conheciam ninguém - diferentemente da Boate em Lagarto, esbugalhou os olhos e gritou:

– Eita “cabrunco” Cardoso !!! é tiro!!!

Cardoso calmamente, como é do seu feitio, disse:

– Calma Zefinha, são só umas bombinhas de São João.

Zefinha, já com os sapatos pendurados nos dedos e procurando uma porta pra fugirem, argumentou:

– São João é a “peste” Cardoso, onde já se viu festa de São João em Paris!!!

¹ Ocupante da cadeira de nº 20 da Academia Lagartense de Letras.

Um francês apavorado que estava do lado se dirigindo pra Zefinha, perguntou:

– "Ou se situe le port sortie"?

Zefinha olhou pra ele indignada e disse:

– Numa agonia da peste dessas, esse "fio do cabrunco" vem perguntar onde pode tentar a sorte na loteria!!!

Ele só tinha perguntado, onde ficava a porta de saída.

A essa altura Cardoso já estava deitado no chão, a banda que se apresentava já havia fugido do palco e no pânico que se instalou, entre gritos de dor e medo ouviu-se uma voz gritando bem alto:

– Allaaah Hu Akbar!!!

Deitada no chão Zefinha olhou preocupada pra Cardoso e disse:

– Ou peste Cardoso, na correria você não pagou a conta do bar, e o "turco" tá cobrando.

– Precisava essa brutalidade toda pra cobrar duas tapiocas "metidas a besta" - (crepes), com aquele recheio melequento - (foie gras).

Correram os dois para a janelas do primeiro andar, e buscaram ficar pendurados longe da vista dos terroristas, enquanto aguardavam ajuda.

Zefinha com as pernas trêmulas de medo, tentava segurar-se no parapeito da sacada enquanto ouvia as sirenes da polícia que finalmente chegava ao Bataclan.

Cardoso por outro lado, com a boca ainda suja do melequento "Foie Gras", gritava "aquí polícia! ", já certo que os terroristas não poderiam entender o que dizia, naquela longínqua terra da baguete.

Algum tempo depois, já com os braços doloridos de câimbras, e vendo que os ânimos já haviam serenado dentro do teatro, puderam sair do local, sem antes depararem com muitos corpos no chão, o cheiro de pólvora e sangue impregnava o ar esfumado, frequentadores e terroristas mortos e feridos, ruídos de sirenes de ambulâncias e viaturas. Não viam a hora de chegarem de volta ao hotel.

Depois, já mais calmos e na segurança do alojamento puderam conversar sobre o ocorrido.

Zefinha disse:

– Mas é uma peste mesmo! fizemos um sacrifício do cabrunco pra fazer essa viagem conhecendo a Europa, e achando que a segurança maior estava aqui. E veja no que deu!!

– Eu preferia ter vivido no tempo de Lampião, e estar no meio de uma guerra com as volantes. Mil vezes um encontro com um

“Lobisomem” e uma “Mula sem Cabeça” juntos. Trocava tudo isso que passamos aqui, por uma turnê turística no “Morro do Alemão” do Rio de Janeiro.

– O “cabrunco” é quem volta mais aqui!

Ah! voltando ao grito do terrorista quando entrou no salão; Ele só disse: Deus é o maior!

FILARMÔNICA LIRA POPULAR DE LAGARTO

Salete Maria Souza Cruz

No campo cultural, o município de Lagarto do território Sergipano, também se destaca de forma comprometida com a educação musical e o convívio social dos seus munícipes. E exatamente neste ano de 2021, fecha um ciclo de cem anos de existência, a nossa querida e nostálgica Filarmônica Lira Popular.

Várias gerações, vivem hoje, com o desafio da saudade, principalmente para aquelas que residem em outras cidades mais distantes. E essa saudade não pára de machucar e, vai atravessando o tempo revivendo as paixões que um dia tivemos em nossos caminhos.

Muitas vezes, íamos no final das tardes de domingo à Praça Filomeno Hora para ouvir a Filarmônica tocar no Coreto. Era o momento do entretenimento mais importante do dia, que seduzia os rapazes e moças que se encontravam ali, pois o seu repertório sempre constava de músicas com sentimentos patrióticos e apaixonados.

O concerto ao vivo, consolidava a promoção do desenvolvimento sociocultural, pois a elaboração musical dos músicos chamava atenção dos jovens e, conseqüentemente, despertava-os para o aprendizado musical ampliando, assim, o capital artístico lagartense. E, ao mesmo tempo, retirava-os das atividades inadequadas ao seu progresso pessoal.

Por vezes, acompanhávamos a Lira pelas ruas da cidade, desde o momento em que ela saía da sua sede localizada à Rua Acrízio Garcez.

O maestro, a partir de João Ferreira do Espírito Santo, cumpria com galhardia sua atribuição de liderança na condução da bela harmonia dos instrumentos entre os músicos. Ele, também, transformava nossas almas, alimentando-as com alegrias e felicidades, mas, principalmente, de orgulho de ser lagartense.

Acendia em nosso peito, uma chama digna de aplausos – o patriotismo. Quando a Lira tocava o Dobrado Batista de Mello, uma importante peça musical, que faz a gente olhar para dentro de si e enxergar o quanto esse país, chamado Brasil – é lindo e maravilhoso. Esta música faz com que o cabelo do corpo fique em pé, tamanha emoção. Ela nos torna gigantes, honrados, dignos...

Hoje, nosso povo anda tão fragilizado, envolto por sentimentos negativos, dividido por ideologia, por pseudo bandeiras, por

cores...Evidentemente esse Dobrado, precisa urgentemente voltar a ser tocado pela maioria das bandas de música do país – com mais frequência. Simbolizando, assim, a volta da comemoração por termos uma querida “pátria amada – Brasil” e, por sermos leais a ela.

Os instrumentos musicais da Lira, brilhando feitos barras de ouro alcançavam em todos os eventos notas afinadas, legitimando o zelo, o profissionalismo e o carinho dos seus músicos. Essa perfeita sintonia, dialoga com todos para a construção de uma produção musical, que objetivava sempre à satisfação do público.

Nas noites de Natal, após comermos o tradicional “arroz de galinha” e comparecer à “missa do galo” na Igreja Matriz, íamos assistir a Filarmônica que se apresentava no Coreto da praça tocando para a sociedade Lagartense, ampliando seu vínculo com a mesma, rumo as transformações sociais.

De tanto viver uma vida distante de você minha querida Orquestra, sinto que minha paixão vasculha minha memória atrás de lindas obras musicais para lhe presentear. Então, faço dessa saudade, um instrumento para tocar dentro do meu coração. E, para isso, também me arrisco em compor com palavras bem trabalhadas uma canção para comemorar seu aniversário na minha bela festa imaginária.

A boa música, em qualquer linguagem musical, carrega o despertar de grandes emoções. E o meu engajamento para com vocês haverá de permanecer sustentando musicalmente, a minha sobrevivência por todos os dias da vida até o fim.

SalaCruz
salacruz@gmail.com
Out/2021

PROCURA-SE TRADUTOR

Massilon Silva¹

Ontem no Shopping encontrei mais uma vez um amigo com quem costumo tomar um cafezinho e conversar sobre assuntos do cotidiano. Falamos sobre literatura, economia, religião e coisas correlatas. Sobre a corrupção na política, como ela desde sempre existiu e o quanto responde pelo atraso em que vivemos, desaguando na crítica ao chamado Presidencialismo de Coalisão que é também, em grande medida, responsável por decisões absurdas tomadas pelo Executivo Federal em nosso país. Notei que naquele dia meu amigo aparentava certo ar de preocupação e ele, sem muitas delongas, disse-me estar realmente intrigado com os rumos das relações familiares, que passam por mutações diárias depois do advento da internet e mais ainda ou com a mesma intensidade, com o que chamou de novíssima língua portuguesa. Pedi para que fosse mais claro e ele desabafou com um fato que lhe aconteceu envolvendo sua filha menor de 16 anos, a quem chamarei aqui de AMIGA I e uma sua colega de escola, da mesma idade, a quem chamarei de AMIGA II.

Preocupado com o excesso de tempo dedicado pelos jovens atuais ao celular, às mensagens enviadas e lidas via WhatsApp, individuais ou em grupos, que ao lado dos benefícios indiscutíveis que trazem à população jovem, atraem pessoas mal-intencionadas que praticam os chamados crimes cibernéticos, mostrou-se também revoltado com a linguagem que se pratica. Pedi para que fosse mais específico, e meu atarantado amigo fez o seu relato. Ao constatar que sua filha demorava muito numa conversa, resolveu interpelar, não para invadir sua privacidade, mas no intuito de orientar sobre a melhor maneira de utilizar as chamadas redes sociais. A jovem, depois de tranquilizá-lo quanto à utilização da internet, pelo menos por ela, informou que estava momentos atrás numa troca de mensagens com uma colega e, para passar maior segurança, mostrou-lhe a íntegra da conversa, na verdade para ele e para muitos de nós noutros nada convencional. Eis o que as duas amigas falavam, ou melhor, escreviam em suas respectivas telas:

¹ Jornalista, escritor e poeta, residente em Aracaju, Sergipe.

AMIGA I

- Oi, td bem?

AMIGA II

- Td, eh c vc?

AMIGA I

- Tb

AMIGA II

- Pq faltou à aula de matemática?

AMIGA I

- Hj ã deu.

AMIGA II

- Mt trabalho?

AMIGA I

- D+

AMIGA II

- PQP!

AMIGA I

- Kkk

AMIGA II

- Kkk

AMIGA I

- Falei c Jéssica.

AMIGA II

- Qdo?

AMIGA II

- Ontem

AMIGA II

- Por aq?

AMIGA I

- N, no pv.

AMIGA II

- Td bm c ela?

AMIGA I

- Acho q sim. Quer m ver.

AMIGA II

- Eu tb. Mt sds.

AMIGA I

- Agora vou sair.

AMIGA II

- TMJ

AMIGA I

- Bjs

AMIGA II

- Bjs

E assim terminamos nossa conversa, não sem antes que eu dissesse se tratar de uma conversa inocente e sadia. Meu amigo, por sua vez, apesar de mostrar-se agora mais tranquilo fez questão de dizer que mesmo assim não estava muito satisfeito, visto que não entendeu nenhuma frase, pelo menos totalmente, do diálogo e ainda arrematou: Não compreendi patavinas.

Hoje pela manhã, ao abrir o jornal como sempre costumo fazer todos os dias, depois de ler as principais notícias fui até a página de classificados e lá encontrei o seguinte anúncio: PROCURA-SE TRADUTOR. Interessados favor entrar em contato pelo telefone X XXXX-2022 ou pessoalmente na rua Steve Jobs, esquina com Steve Wozniak, Nº 5, Bairro Bil Gates, falar com Analfabeto Funcional da Silva.

POEMAS

MANOEL

Ailton S. dos Santos

E agora Manoel?
O fim chegou e os poucos que choraram eram estranhos.
Seu caminho foi de dor,
Esmagando cada afago ao alcance dos dedos.
E agora?
Seus amigos eram feitos em bares,
Estes que ao fim voltavam à seus lares,
Mas você, jamais voltou.
Sua fúria era azas imensa,
Destruindo fantasia ingênua,
Cortando as ternas assas do amor!
E agora?
Sua missão era incompreendida,
Ladrilhada por feridas,
Temperadas com rancor.
O que será que tanto procurava?
Que justificasse abandonar tua morada,
E o neto, que nunca abraçou!
Manoel,
Tiveste das crias folhas secas,
E no desfecho, triste e doente,
Nenhum deles procurou.
Foste ao centro de profunda vala,
Concretizando a prematura morte,
Que tu mesmo proclamou!
E agora...
Teve dos teus uma neutra despedida,
O tempo, tanto tempo, arrefeceu feridas,
Mas as tuas, tu mesmo, fez questão de lacerar!
Tens de mim perdão antigo, nenhum ódio,
Ou raiva que for.
Rogo que finalmente tenha abrigo,
e possa então descansar em paz.
Receba, com carinho, o pesar que trago aqui comigo,
Chorando em seu adeus. Meu pai!

10/09/2020

EBULIÇÃO

Gisela da Cruz Nascimento¹

Desculpe o transtorno, sou ansiosa
E muito de mim é consequência disso
Pois sou um emaranhado de sentimentos
Que parecem estar em ebulição

Ora eu os suporto
Ora sem pedir licença
Eles me devoram

Não há muito o que pode ser feito
Eu sinto
Sinto
E sinto

É irônico pensar
Que meu maior inimigo
Está dentro de mim

Meu maior inimigo
É o pensamento que resiste
Dentro de mim
E se expande
Para fora de mim

Entretanto
Sei que ainda existem flores em mim
Sei que elas irão resistir
Ao calor, frio e adversidades

Ainda ando com um desejo genuíno
O sonho de mudar o mundo

¹ Técnica em Redes de Computadores pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, graduanda em Letras - Português e Espanhol pela Universidade Federal de Sergipe, sócia da Associação Brasileira de Linguística e autora do livro "Codinome Girassol"

Então faço desse desejo pulsante
A descoberta do meu norte
O de amar as coisas.

MAR DOCE MAR

Jane Guimarães¹

Olhar temporal
de olhar os mares
de sentir os mares
do mar que mora em mim.
A pintura do mar
permeia meus manuscritos
dos instantes que vivo junto ao mar.
A brisa desliza num mar sonoro infinito.
Mar doce mar.
O mais secreto bailar das ondas
canto do mar
do mar que canta só para mim.
Em frente ao mar
algas marinhas
modulo os versos como gesto livre da água.
Eco do mar no fulgor do sol
Poseidon voraz das ondas
da luz que inunda a planície do mar
o vento sacode o cheiro do mar...
o uivar da brisa mar prateia a vigília dos meus sonhos
e douram o sorriso do meu amanhecer.

¹ Coordenadora do Movimento Cultural Antônio Garcia Filho (MAC). Academia Sergipana de Letras.

MADRUGADA DAS PALAVRAS

Jane Guimarães

O dia anuncia
a chegada da noite
acordes de sinfonia
na fotografia do silêncio.
Goteja o orvalho
no cenário da
noite que despe a
madrugada
e abraça a manhã.
Memórias são lenhas para me aquecer
Fotografo a existência das palavras
e as desenho
em um pálido papel.

A URNA

Massilon Silva

Na tarde morta,
Pela rua torta,
A urna funerária
Carrega um voto de pesar.

Revista da Academia Sergipana de Letras

N. 09 - 21.12.2021

Dossiê Sílvio Romero

Publicação Oficial

Academia Lagartense de Letras

Formato 17cm x 25 cm

Tipologia Calibre

Páginas 186

